PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Luiz Henrique dos Santos Blume

A Moradia da população pobre e a Reforma Urbana em Santos no final do século XIX

Mestrado em História

PUC-SP

1998

X291
Et.2

Luiz Henrique dos Santos Blume

A Moradia da população pobre e a Reforma Urbana em Santos no final do século XIX

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Yara Maria Aun Khoury

Biblioteca MA – PUCSP
100078729

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

1998

Resumo

O processo de urbanização da cidade de Santos, que se consolida no final do século XIX, segue duas direções que são interdependentes: a reforma urbana e a reforma sanitária.

Nos projetos de construção de uma cidade moderna, no final do século XIX, a questão da moradia dos trabalhadores pobres ganha visibilidade. Na medida em que estes projetos excluem as práticas e os modos de vida da população pobre, as tensões em torno de territórios, e modos de viver numa cidade que se modernizava, constituem relações sociais e alteram a cartografia de Santos.

Assim, a cidade vai se modificando para servir às funções portuária e comercial. Ao mesmo tempo em que assistimos à construção de novas avenidas e ao alargamento das antigas vielas, para o tráfego crescente das carroças que serviam às embarcações de produtos como o café, a população pobre busca acomodar-se como pode nas inúmeras pensões e hospedarias que surgem na região central.

Enquanto Santos vai assumindo características de uma cidade moderna, a necessidade de maior mão-de-obra nos serviços ligados ao porto e às obras urbanas trazem uma desorganização, consubstanciada na presença constante do trânsito permanente de carroças nas ruas.

As reformas urbanas e portuária atraem para a cidade levas de imigrantes e de trabalhadores nacionais que, sem recursos, ocupam as áreas centrais, morando em habitações coletivas. As epidemias do final do século atingiram principalmente essa população pobre que se amontoava em várias modalidades de habitações coletivas. Quando a comissão de desinfecções, nomeada pelo governo republicano, interveio em Santos, estas moradias se tornaram o centro de disputa por territórios e práticas na cidade.

Esta dissertação busca, dessa forma, dar visibilidade às tensões e conflitos que se seguiram em Santos, envolvendo a moradia da população pobre.

Sumário

Agradecimentos	p. I
Abreviaturas	p. III
Lista das iconografias	p. IV
Índice das Tabelas	p. V
Apresentação	p. 1
Cap.1 - Poder local: a cidade se prepara para o século XX	p. 23
Cap.2 - A moradia da população pobre: tensões na nova organização da cidade	p. 82
Cap. 3 - "Saudosa maloca!" Os novos arrabaldes e a expansão da cidade	p 137
Considerações finais	p. 185
Fontes Manuscritas	p. 190
Fontes Impressas	p. 193
Bibliografia	p. 197

Agradecimentos

A realização desta pesquisa só foi possível graças à colaboração de várias pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, estiveram presentes nesta jornada:

aos meus pais, pela compreensão, incentivo, exemplo ético e humanista;

à Prof.ª Yara Aun Khoury, pela acuidada orientação, precisa e sempre pertinente;

à Prof.ª Estefânia Knoutz C. Fraga, pelo apoio durante a disciplina cursada, momento em que procurávamos indicações de caminhos para a pesquisa, e dicas na Qualificação;

à Prof.ª Déa Ribeiro Fenelon, pelas dicas e sugestões importantes no momento da Qualificação;

à Prof.ª Heloísa Cruz, pelas dicas e injeções de ânimo, durante a disciplina cursada e todo o Mestrado;

à Prof.ª Ana Lúcia Duarte Lanna, que auxiliou-nos com seu livro, conversas e com a cessão de parte do material de sua pesquisa, o que só temos que agradecer imensamente;

aos funcionários dos centros de pesquisa e Arquivos Públicos. Sem eles, não poderíamos realizar nosso ofício:

às historiadoras Rita Márcia Martins Cerqueira e Maria Valéria Barbosa, que gentilmente permitiram-nos pesquisar nas coleções "Costas e Silva Sobrinho" e Fundo Câmara e Intendência, quando ainda estavam realizando o trabalho de catálogo das coleções, e ao arquiteto Nelson dos Santos Dias, que apresentou-nos a Seção de Plantas do Município de Santos, ambos do Arquivo Histórico Municipal José da Costa Sobrinho", de Santos;

aos funcionários da Fundação Arquivo e Memória de Santos, com especial gratidão ao Sr. Edson;

à bibliotecária Roseane Arrocho, da Hemeroteca Municipal "Roldão Mendes Rosa", da Secretaria Municipal de Cultura de Santos;

ao bibliotecário Wagner José de Souza, que franqueou-nos a seção de livros raros da Biblioteca Municipal de Santos "Alberto Sousa";

à Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, que franqueou-nos a leitura de jornais do período e da coleção de obras completas de Saturnino de Brito, na pessoa do bibliotecário Giulius Césare Aprigio;

ao historiador e bibliotecário Brás, que franqueou-nos a pesquisa na "Hemeroteca Júlio de Mesquita", e biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;

aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo;

aos colegas que acreditaram que fosse possível este trabalho, quando iniciávamos nossos apontamentos, no extinto *Núcleo de Estudos das Cidades Litorâneas*, do CEPEL-Unesp, professores Edith Badini da Silva, Regina Manço, Alberto, e Dulcinéia de Oliveira Gomes;

aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, com quem dividimos muitas dúvidas, amizades e nos auxiliaram em muito na elaboração deste texto, em especial aos amigos José Dioniso de Almeida, Aparecida D' Arc de Souza, Robson Laverdi, Paulo (Uberlândia), Filipe Santos Magalhães (*o "Jânio"*), Nilson Charley Frazão, Cássia Regina, Ramon Casas Vilarino, Daysi de Camargo, Ione Sousa;

aos que estiveram mais próximos das reflexões e angústias que uma dissertação provoca, amigos que pacientemente dividiram muitas horas de conversas: Valmir Carlos Bispo Santos, que gentilmente cedeu parte do material de sua pesquisa, Gilmário Mendes Brito (já pode mudar aquela pergunta: como é que foi a tese?), Carlos Alberto de Oliveira, o Schú Béto, amigo de viagens e de interurbanos (agora, e-mails), o "mano" Adelmo Ferreira du Prado, com quem já compartilhamos de reflexões sobre a História desde a graduação, Fernando Carvalho de Almeida, o irmão que a História nos deu, e à "família baiana" que nos acolheu e acolhe, Rita Maskel Rapold, Sérgio Armando Diniz Guerra, Gustavo, Marina, Jane e Julinho;

aos amigos que vieram do sul, e receberam-nos tão bem no início destas idas e vindas à São Paulo, Luciane Canto da Rosa, Vitor Hugo Rodrigues, e suas crianças, Felipe e Vitinho;

Devemos, ainda, agradecimentos ao amigo Adilson Camilo Lima, parceiro de "bohêmias", que gentilmente realizou a correção de várias versões para que chegássemos à esse texto final, e à sua companheira Márcia Regina de Almeida;

Aos amigos que forneceram suporte técnico em informática, quando parecia que "a tecnologia não estava a serviço do homem", Adelson Gois de Almeida, e Hélio "PC";

ao Reinaldo José de Oliveira, legítimo funcionário da APG da PUC-SP, por escanear as fotos, tão importantes para este trabalho;

à APG-PUCSP por possibilitar a utilização dos computadores e do scanner;

aos amigos de longa data, pela presença e força, sempre: José Henrique Garcia, Carlos "mano César", Xuxu e Cidinha Veludo;

e, finalmente, duas pessoas que em muito nos ajudaram, Rosana Miziara, com sua cumplicidade e amizade, parceira em diversos momentos do mestrado (não és a "queridona" por acaso), e à Luciana de Campos, com seu carinho, atenção, e revisões do texto, fundamentais para o término deste trabalho.

à CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa;

Abreviaturas Usadas

AHMSts – Arquivo Histórico Municipal de Santos "José da Costa Sobrinho"
AGFCS – Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos
FAMS – Fundação Arquivo e Memória de Santos
AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Listagem das Iconografias

Fotografias

Foto n.º 01 – Foto de Augusto Militão de Azevedo, 1862. Fonte: Arquivo Histórico Municipal "José da Costa Sobrinho". p. 52

Foto n.º 2: *Casa de Frontaria Azulejada*, na Rua de Santo Antônio do Valongo, década de 1890. Foto de autoria desconhecida. Acervo da *FAMS*. p.54

Foto n.º 3. Autoria desconhecida, 1.ª década do século XX. Acervo da F.A.M.S. p.60.

Foto n.º 04 *Alargamento da Rua XV de Novembro* (antiga Rua Direita). Foto de autoria desconhecida, provavelmente da 1.ª década do século XX. Acervo F.A.M.S. *p.63*

Foto n.º5. *Rua XV de Novembro (antiga Rua Direita), esquina com Rua de Santo Antônio* (atual Rua do Comércio). Foto de autoria desconhecida. Acervo F.A.M.S. (p.63) *p.63*

Foto n.º 06 Foto n.º 6. Visão Panorâmica de Santos, em 1900, vendo-se ao lado direito a Av. Ana Costa, e ao lado esquerdo, a Av. Conselheiro Nébias. Foto de autoria desconhecida. F.A.M.S. p.155

Foto n.º 07 Casa de Quintino de Lacerda, no morro do Jabaquara. Foto de autoria desconhecida, Acervo da F.A.M.S. p.172

Foto n.º 08 Foto n.º 8 Os barracões do Jabaquara, em 1900. (foto gentilmente cedida por Ana Lúcia Lanna.) p. 176 p.173

Foto n.º 9. Rua do Quilombo. Final do século XIX. Foto de autoria desconhecida. Acervo do IHGS p. 179

Telas

CALIXTO, Benedito. *Banca do Peixe e Mercado das Canoas.* p.58
óleo s/ tela, 1887, 45 X 70 cm. Acervo da Fundação Benedito Calixto.

CALIXTO, Benedito. *Porto do Bispo em 1885.* Santos, 1875 p.52
óleo s/ tela, s/d. Acervo da Fundação Pinacoteca Benedito Calixto.

Tabelas e gráficos

Tabela n.º 01 – Censo demográfico da cidade de Santos p. 46
Tabela n.º 02 – Tabela 2: Causas e número de Óbitos em Santos (1889-1914) p. 74-75
Tabela n.º 03 – n.º de prédios e densidade da moradia em Santos p. 149

Cidade

Sou um efêmero e não demasiado descontente cidadão de uma metrópole considerada moderna, porque todo o gosto conhecido foi subtraído tanto dos mobiliários e do exterior das casas quanto da topografia da cidade. *

Apresentação

Em minhas lembranças de infância, trago o dia em que meu pai levou-me para um passeio no Cais de Santos. O vai e vêm das embarcações, o cheiro do porto, a movimentação das cargas, o apito dos navios e o incessante movimento de pessoas atraíram minha curiosidade infantil, uma vez que faziam parte de um imaginário povoado de curiosidades e lembranças de minha vivência na periferia da cidade vizinha, São Vicente, onde o lazer podia consistir numa visita em família, num domingo de sol, aos navios ancorados no porto de Santos.

Essas recordações somaram-se à curiosidade em descobrir um pouco mais desta História. Chegar o mais próximo da vida que corre nas margens do porto, tomando como ponto de partida a questão da moradia dos trabalhadores pobres em Santos, no final do século XIX.

A importância dessa redescoberta se faz presente, num momento em que os Portos do Brasil passam por um processo de privatização, estabelecido pelo projeto chamado de "Lei de Modernização dos Portos", e em que as políticas de moradia e direitos sociais em Santos, em particular, sofrem um revés político com o fim dos projetos sociais de urbanização de favelas e dos projetos de revitalização da área central, através do *Programa de Locação Social*.

Elaborado durante os anos de 1992-1996, na gestão do prefeito Davi Capistrano, este programa previa a reforma dos imóveis que serviam de cortiços, seguido de um acompanhamento para a adaptação das famílias em suas novas moradias, com a permanência destas na região central. O que está em questão é a permanência ou não de parcela dos moradores da cidade, que aproxima-se em torno de 10.000 pessoas vivendo em cortiços e pensões da região central, próxima à zona portuária.

A questão básica nesta pesquisa é refletir sobre a problemática da moradia dos trabalhadores pobres em Santos, no final do século XIX, momento em que o porto e a cidade transformam-se para se adequar à modernidade almejada pelo governo republicano e seus sócios, os fazendeiros e comissários de café do interior paulista.

Pugnamos apreender a cidade *a partir das* experiências de sobrevivência e modos de vida *dos moradores pobres, nacionais e imigrantes, ex-escravos, no momento em que esses segmentos estão configurando uma classe trabalhadora urbana, e ao mesmo tempo disputando territórios e empregos na cidade.*

Nessa pesquisa temos a preocupação de buscar a configuração das tensões em torno do viver urbano na cidade, através do cruzamento de vários indícios, pontuados pelos jornais locais, relatórios de inspetores sanitários, atas da Câmara Municipal e Intendências Municipais. Estes documentos nos revelam as ações dos moradores

pobres na cidade e as alternativas de moradia que estes encontraram numa cidade que, através das reformas urbana e da construção do novo Cais do Porto, atraiu uma corrente imigratória, além da presença maciça de ex-escravos, sobretudo depois que a escravidão foi abolida na cidade, em 1886.

Os serviços de transporte e desembarque de mercadorias, ligados à função portuária, foram constantemente denunciados e responsabilizados por inviabilizarem a tranqüilidade das pessoas nas ruas da cidade. As principais reclamações, no final do século, quanto à presença de carroças e pessoas transitando pelas ruas, descreviam práticas e comportamentos da população, numa cidade que se moderniza.

Assim, o trânsito excessivo nas ruas por onde há o escoamento da produção portuária, em torno da *Igreja do Valongo*, a presença de homens e mulheres nas ruas próximas à estação ferroviária, os hotéis que hospedam famílias inteiras, além da ausência de políticas públicas para a moradia de baixa renda eram temas recorrentes. Estas questões, existentes há pelo menos um século, permanecem atuais.

Estas imagens em torno do viver urbano e das experiências populares de moradia e trabalho chegam até nós de forma fragmentada, em que muitas vezes temos apenas indícios para levantar questões que poderão permanecer em aberto, cabendo-nos apontar

caminhos para a pesquisa que possibilitarão descobrir sujeitos e problemáticas novos para a história de Santos e de seus moradores.

Para fazer este caminho, iniciamos a leitura de trabalhos de historiadores que lidaram com temáticas da cidade e da região. Essas leituras foram importantes na medida em que estes autores puderam nos trazer e problematizar questões novas.

Ventos do Mar[1], é um dos primeiros trabalhos publicados que privilegiam a história social dos trabalhadores do porto de Santos e a formação de uma cultura operária urbana destes segmentos. Ao apontar a conexão entre a urbanização da cidade e a construção do porto, a autora nos chama a atenção para a construção de uma cultura urbana, fruto do contato entre as diversas culturas e experiências anteriores dos trabalhadores do porto, sem no entanto, cair em antiga concepção historiográfica que identificava a classe trabalhadora somente nos elementos de nacionalidade estrangeira. A pesquisa sobre os elementos que forjaram uma cultura operária de solidariedade, e suas bases de sustentação, estão colocados no trabalho da historiadora, que tem como seu maior mérito a articulação dos elementos que possibilitaram a formação de uma cultura operária, tendo como princípio para a análise o processo de formação e de transformação urbana da cidade de Santos na elaboração de experiências e estratégias operárias, que resultaram na criação de várias entidades ligadas ao mundo dos trabalhadores; entre

[1] MARIA LÚCIA C. GITAHY. *Ventos do Mar:* Trabalhadores do Porto. movimento operário e cultura urbana em Santos. (1889-1914), 1992.

estas os clubes, as associações, os sindicatos e os partidos políticos com temática socialista e/ou operária, sem deixar-se levar pelas imagens fáceis de "barcelona brasileira", ou "porto vermelho".

Nesta passagem do século XIX para o século XX, segmentos sociais urbanos, como os trabalhadores imigrantes, nacionais e ex-escravos ganharam destaque e tornaram-se visíveis na cidade, em meio às reformas e transformações na sociedade brasileira. A experiência dos trabalhadores forjou adaptações e construiu, entre os moradores da cidade de Santos, uma cultura urbana, rica em diversidade, no período estudado.

Procuramos, nesta pesquisa, recuperar dimensões do cotidiano e da experiência dos trabalhadores urbanos, em seu local de moradia e de trabalho. Assim, a disputa por territórios e práticas em Santos será marcada por tensões e conflitos, revelando significativas diferenças entre os hábitos e valores dos diferentes grupos de trabalhadores da cidade.

Essas diferenças podem se dar por nacionalidade, etnia, ou entre segmentos de trabalhadores qualificados e não-qualificados, trabalhadores em serviços e trabalhadores informais, que aportavam na cidade em busca de melhores oportunidades, configurado um padrão de mobilidade da população na cidade até os primeiros anos do século XX.

Além do segmento imigrante, recém-chegado à cidade, outros sujeitos fizeram-se presentes, e chamaram a atenção para si. O

segmento dos negros, recém-libertos, viu-se excluído dos projetos de modernização em Santos. Particularmente, este elemento havia ganho especial relevo, porque havia a existência de pelo menos dois quilombos conhecidos na cidade: o Quilombo do Pai Filipe e o do Jabaquara, este último tendo como liderança o major Quintino de Lacerda. Com o fim da escravidão na cidade, em 1886, e com as reformas urbanas que remodelaram todo o seu desenho, as terras do quilombo, antes consideradas refúgio dos negros, valorizam-se, ao passo que seus moradores foram sendo expulsos. Quanto à população imigrante, esta viu-se condicionada a buscar na sublocação e locação de cômodos ou cortiços, a única possibilidade de moradia, uma vez que não havia moradias em número suficiente para abrigar toda a população e, mesmo as poucas casas disponíveis para aluguel, tinham preços inacessíveis para a maioria dessa população.

Conforme Gitahy[2], a busca pelo trabalho fácil e certo atraiu levas de imigrantes, principalmente daqueles que chegavam com indicações de parentes ou mesmo contratados pela Associação de Imigração, empreendimento organizado com dinheiro do governo republicano para atender às demandas dos fazendeiros do Oeste Paulista.

Estas imagens dos trabalhadores circulando pela cidade, buscando acomodar-se às condições mais adversas possíveis, como a

---

[2] Ibid.

falta de moradia para atender às necessidades de uma população que havia triplicado entre os anos de 1885 à 1900, são freqüentes. A dificuldade em acomodar a mão-de-obra estrangeira que chegava na cidade era uma constante nas denúncias dos médicos, nos relatórios de inspetores e de sanitaristas e mesmo nos periódicos.

Nos relatórios médicos e jornais que analisamos, notamos uma sistemática tentativa de excluir do convívio e da circulação na cidade os trabalhadores imigrantes e nacionais, incorporando, ao que entendemos por trabalhadores nacionais, os elementos negros recém-libertos. Assim é que a questão da moradia pobre e da exclusão social em Santos toma relevo em nossa pesquisa.

O contato com a pesquisa de Edith Badini da Silva[3] apresentou-nos dois representantes de projetos sanitários para a cidade com os quais lidamos durante toda a pesquisa: o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito e o médico Guilherme Álvaro.

Seguimos, então, a análise da autora, ao questionar as medidas de saneamento numa perspectiva global e regional, em particular a situação dos órfãos, vítimas da febre amarela, abrigados na Associação Protetora da Infância desvalida de Santos (conhecida atualmente como Casa da Criança). A autora desfaz o mito da eficácia das medidas de controle de doenças através de paradigmas como o conceito de saúde enquanto ausência de doenças, formuladas pela necessidade da

---

[3] EDITH B. SILVA. *Saneamento urbano e expropriação dos corpos*: as epidemias e a orfandade em Santos (1889-1932), 1992.

domesticação dos corpos, executadas através de práticas preventivas e medicamentosas, como a desinfecção de domicílios, isolamento e exclusão social dos doentes. Além de perceber a organização dos poderes médico-sanitários, tendo como princípio a teoria dos fluidos, que propunha que a contaminação se dava pelo ar e por ambientes nocivos, a análise da autora é centrada na articulação dos poderes da Companhia Docas de Santos, empresa que constrói o novo cais do porto e o explora por 90 anos, com os demais poderes e saberes médicos. A presença da companhia nas intervenções urbanísticas para a cidade foram marcantes.

A ação da medicina curativa, particular, privada, para uma intervenção social, tomando a cidade como um corpo doente, assolado pelas epidemias, tornaram-se as bases para a formação de uma mentalidade e prática higienista das autoridades sanitárias estaduais, representadas em Santos por duas comissões, a de Saneamento, chefiada pelo engenheiro Saturnino de Brito, e a Sanitária, chefiada pelo médico Guilherme Álvaro. Os sanitaristas buscaram nos diversos segmentos dominantes da sociedade apoio para sua intervenção, enquanto a filantropia deveria garantir a adesão dos pobres às medidas sanitárias.

Outra "luz" em nossa trajetória foi dada por Ana Lúcia Lanna[4], com a publicação de sua tese de Doutorado, que nos remete às transformações da cidade portuária de Santos, e a passagem da

[4] ANA LÚCIA DUARTE LANNA, *Santos:* uma cidade na Transição (1870-1913), 1996.

sociedade escravista para a sociedade liberal, capitalista, sendo o enfoque principal de sua atenção as exclusões e segregações que sofreram os elementos negros recém-libertos. A pesquisa da historiadora ajudou-nos a problematizar as transformações que Santos atravessou, no final do século XIX.

A obra é dividida em três capítulos. No primeiro, a autora analisa a formação histórica da cidade de Santos, as contradições que se seguiram ao longo do período de estudo da obra, de 1870 a 1920, que indicavam as rupturas e permanências entre uma sociedade de passado recente escravista e colonial, e uma sociedade que se quer republicana, moderna, progressista, para se enquadrar no rol das nações "civilizadas", ou dizendo de um outro modo, capitalistas.

A inauguração da ferrovia *São Paulo Railway*, em 1867, organiza o escoamento da produção de café, principal produto de exportação no período, e incrementa uma série de reformas urbanas necessárias para o bom aproveitamento dos recursos que os novos capitais injetam no país, incluindo-se as construções do cais do porto e as reformas urbano-sanitárias para o enfrentamento das epidemias que tanto assolavam os moradores da cidade... alterando os lucros das companhias de comércio de café e os fazendeiros do oeste paulista.

O processo de especulação imobiliária da cidade foi aos poucos expulsando e empurrando os segmentos de negros, ex-escravos ligados à Quintino de Lacerda para os morros e áreas mais afastadas das

terras do antigo quilombo, contribuindo para que fossem alijados da cidade que estava recebendo infra-estrutura urbana. Quando o antigo líder do quilombo morre, em 1898, este processo se aprofunda, pois há um litígio entre seus herdeiros políticos e Benjamim Fontana, que se proclama proprietário dos arrendamentos anteriormente pertencentes a Quintino.

Santos, neste período, adquire a imagem de um grande "canteiro de obras", encontrando-se em permanente estado de construção e demolição de prédios, praças, ruas e avenidas, para a edificação de novos traçados de ruas, construção de monumentos e implantação de infra-estrutura urbana.

Não só novos bairros surgem, com os empreendimentos da Vila Mathias, Vila Macuco, Vila Nova, mas também novas funções urbanas vão ganhando corpo. Estas funções estão ligadas às novas demandas dos serviços portuários. Com a construção de um cais moderno, os antigos trapiches foram substituídos por um moderno processo de trabalho e armazenameno nas atividades de embarque e desembarque de mercadorias.

Os jornais do período são bastante ilustrativos desta fase. Para análise dos periódicos locais, buscamos os conflitos e tensões na produção de significados do viver urbano em Santos. Para tanto, valemo-nos da pesquisa de Heloísa de Faria Cruz,[5] que incide sobre as

[5] HELOÍSA F. CRUZ, *Na cidade, sobre a cidade*: cultura letrada, periodismo e vida urbana, 1994.

implicações entre a cultura letrada e os grupos sociais nela representados. O trabalho da historiadora nos auxiliou a descobrir elementos para identificar a cidade como um campo de lutas em torno dos projetos que os diversos grupos e segmentos estariam formulando, no final do século XIX.

Apresentando a imprensa como elemento de formação de práticas discursivas na cidade e, vinculando-a à cultura urbana que vai criando os signos que caracterizam a constituição da cidade moderna, a autora nos chama a atenção para percebermos a cidade como um campo em que estes elementos estariam em disputa, formulando questões que seriam cruciais na constituição dessa cultura urbana, calcada nos padrões de civilidade e de urbanidade que se pretenderia construir, com os urbanistas do final do século. Desta feita, *temos em curso um processo de transformação e reinvenção dos usos da cidade moderna, em que a população pobre ganha visibilidade.*

Assim, embora apenas alguns dos periódicos locais tenham sobrevivido ao estado lastimável dos arquivos públicos, encontramos no *Diário de Santos* um interlocutor para as posições acima descritas. Partindo do ponto de vista do governo republicano, muitas vezes o jornal questiona a postura dos intendentes municipais, responsáveis pela administração da cidade. Em consonância com o projeto republicano do governo do estado, o *Diário de Santos* apresenta-

se como um periódico que lutou em prol do fim da escravidão, como um republicano das primeiras horas.

Procuramos discutir os projetos de urbanização que estavam em curso no final do século XIX. Através seções e editoriais do jornal, encontramos indícios de como esses projetos de modernização se apresentavam, quais setores representavam, e de que maneiras contribuíram para a formação de práticas em torno da higienização e salubridade.

Nas reclamações quanto aos serviços, as imagens de Santos que percebemos são de uma cidade que aos poucos vai se transformando, modernizando, não sem muitas resistências e adaptações. Esta modernização implica na tensa coexistência entre as práticas de trabalho e moradia da população pobre e as ações preventivas e medicamentosa das autoridades sanitárias.

Além disso, a multiplicação da área reservada aos serviços do cais do porto, e a ampliação de infra-estrutura urbana geraram um processo de especulação imobiliária que se seguiu nas décadas posteriores, direcionando o crescimento da cidade para os arrabaldes, e empurrando a população pobre para áreas cada vez mais afastadas do perímetro urbano, provocando um desadensamento das áreas centrais.

Além de ser um porta-voz do governo estadual, o *Diário de Santos* nos dá indícios de práticas e modos de vida que são próprios

das camadas populares, ainda que carregados de preconceito. Estas imagens que o jornal apresenta das práticas populares na cidade quase sempre revelam que o projeto modernizador não encontra uniformidade, mesmo entre os grupos dominantes em Santos.

As críticas que o jornal fazia à Câmara Municipal quase sempre endossam as posições das comissões estaduais, no que se refere às condições sanitárias da cidade. Havia um debate muito presente, no que se refere aos diversos empreendimentos necessários para eliminar da cidade a denominação de "porto maldito". Alguns articulistas apontavam falhas na erradicação das epidemias e as impingiam aos modos de vida dos moradores das tais "espeluncas" e cortiços.

A linguagem do jornal *Diário de Santos*, quando se refere aos segmentos marginalizados da cidade, ironiza os hábitos destes sujeitos, sendo que algumas vezes o humor passava da ironia para o escárnio. As mulheres que aparecem nas seções de "*Queixas e Reclamações*" e "*Occurrências*", quase sempre são tomadas como meretrizes sem nenhum caráter ou moral, ou ainda carregam os estigmas do alcoolismo e da histeria.

Dessa forma, as colunas do *Diário de Santos* foram muito importantes para nossa pesquisa, uma vez que possibilitaram que percebêssemos os vários modos de vida dos segmentos excluídos pela mentalidade higienista e por seus executores. Outro aspecto que percebemos nas notas do *Diário* refere-se à ocupação dos territórios na

cidade por segmentos da população pobre. Na medida em que o discurso higienista identifica estas pessoas como desviantes de um modelo burguês de trabalho, localizamos seus passos pela cidade, suas formas de lazer, os hotéis considerados promíscuos, as diferenças entre nacionalidades, os modos de vida e a cultura urbana em formação.

Buscamos perceber como a questão da moradia pobre em Santos ganha visibilidade e, ao mesmo tempo, como esses moradores organizam e constituem práticas e modos de viver, forjando uma cultura urbana dos trabalhadores pobres em Santos. Interessa-nos, portanto, tratar a questão da moradia dos trabalhadores pobres inserindo-a na discussão dos projetos que estavam próximos de contemplar a modernidade.

O contato com a documentação produzida pelas autoridades médicas nos possibilitou descobrir a articulação de segmentos da cidade, na organização dos poderes municipais. Após a instalação da República, o governo estadual e a Câmara de Vereadores disputam as funções de governo da cidade. Assim, os conflitos entre a comissão de saneamento e comissão sanitária estão documentados na obra de Guilherme Àlvaro, quando este realizou um balanço do que foi a campanha sanitária em Santos, relacionando os principais impedimentos e realizações de seu projeto sanitário.

Em relação aos moradores da cidade, estes documentos indicam as formas pelas quais os trabalhadores pobres, imigrantes ou

não, tornaram-se visíveis e objeto de investigação das autoridades. Ao nomear cortiços e cocheiras responsáveis pela propagação das epidemias, além de desconsiderar os modos de vida, que *neles* e *através deles* se constituem, revelam quais usos da cidade a reforma urbana reservou para estes segmentos pobres da cidade que se utilizam da moradia precária.

Ao mesmo tempo, possibilitou-nos descobri-los como constituidores de dimensões de uma cultura urbana, fruto do contato de nacionais, imigrantes e ex-escravos, que buscam nas ruas e nos modos de vida considerados ilícitos, maneiras de sobrevivência, fazendo usos da cidade que serão pouco a pouco proscritos.

Dessa forma, encontramos apoio em Roncayolo[6] e Thompson[7] para refletir sobre modos de viver e de organizar as funções na cidade. Mais do que um plano geométrico de ocupação dos espaços, pensamos a cidade trazendo à tona os usos que moradores fazem dela, particularmente os trabalhadores, enquanto sujeitos que nem sempre vão na mesma direção das funções propostas para a cidade, procurando preservar seus modos de viver e seus territórios, forjados em suas experiências cotidianas de sobrevivência.

Pensamos as experiências da moradia pobre em Santos como um conjunto de práticas que vão se constituindo no interior e nas

---

[6] MARCEL RONCAYOLO, 1986.

[7] E.P. THOMPSON, *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, 1981.

vivências dos diversos segmentos de trabalhadores, imigrantes, nacionais e ex-escravos em Santos no final do século XIX.

Estes modos de vida e de moradia pobre que estavam sendo gestados também eram experimentados como sentimentos e valores dos grupos sociais marginalizados, que se constituíram nas experiências de sobrevivência na cidade, e em seus embates cotidianos, sempre marcados pela exclusão e marginalização social, uma cultura urbana comum. Dessa forma, estes antagonismos são tratados também como interesses e valores, reelaborados coletivamente, constituindo-se enquanto experiência coletiva de vida e cultura urbana e operária. Estas práticas não podem ser tratadas isoladamente, mas sobretudo a partir das experiências coletivas e plurais que criaram significados próprios e, em síntese, "*elaboraram significados para as necessidades e interesses, mas também trataram essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais diversas maneiras.*"[8]

Assim, buscamos aqui explorar as configurações dos espaços da cidade e dos limites *na* e *da* cidade e as maneiras pelas quais os diferentes sujeitos vivenciaram as transformações na cidade e nelas influíram no trato dessa experiência como um campo de vivências no interior de redes de sociabilidade, expressando-se em solidariedades e conflitos. Dessa forma, damos visibilidade à cidade e a alguns sujeitos que estão sendo excluídos.

---

[8] FENELON, DÉA R. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa, 1993, p.73-90.

Além disso, nas transformações da paisagem urbana e na convivência própria dessa cidade que se moderniza, vão se impondo hábitos burgueses de fruição e consumo, saberes médicos, de maneira a que modos de vida e práticas de sobrevivência populares sejam considerados promíscuos, anti-higiênicos, imorais, devendo, portanto, ser extirpados da cidade.

A problemática das intervenções urbanas e a questão da salubridade também fazem parte de nossa investigação, uma vez que a moradia "pobre" será objeto constante de monitoramento e prescrição, através das várias comissões e códigos de posturas que a municipalidade irá criar, ao longo do período analisado.

A descoberta da coleção "*Costa e Silva Sobrinho*", Caixas do *Fundo Câmara* (1889-1910) e *Fundo Intendência Municipal* (1890-1908), documentação ainda inédita, além das Atas da Câmara de Santos, sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal de Santos "*José da Costa Sobrinho*", na Casa de Frontaria Azulejada, contribuiu em muito para nossa investigação. As Atas do Livro de Registros e Ofícios da Câmara Municipal, durante os anos 1865-1880, nos permitiram perceber as mudanças no aspecto colonial de Santos, e as primeiras preocupações com a salubridade e o embelezamento da cidade, através das questões apontadas pelos vereadores.

A coleção "*Costa e Silva Sobrinho*" auxiliou-nos especialmente na busca de informações sobre as intervenções na cidade

e sobre os modos de vida de seus moradores, através da coletânea de artigos do jornal "Indicador Santista", anteriores à década de 1890.

Conforme Rolnik, "a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder."[9] No entanto, o que está em discussão é a cidade e a coexistência de formas legais e ilegais de práticas urbanas, o que acaba definindo territórios permitidos e proibidos, lugares onde a lei acaba sendo omissa, como forma de pressionar os empreendimentos imobiliários e organizar uma zona de direitos da cidade, servidas de água, luz, saneamento, transporte, e outra, desprovida de melhoramentos urbanos, portanto, desvalorizada no que tange à especulação imobiliária. Nesse ponto, inserimos nossas preocupações com a questão da moradia dos trabalhadores pobres e o direito à cidade.

Para analisar as transformações pelas quais a cidade passou em seus modos de vida e hábitos cotidianos, encontramos, na coleção de fotografias da Fundação Arquivo e Memória de Santos e no Instituto Histórico e Geográfico de Santos, elementos para analisar as mudanças e a presença ou não dos segmentos de trabalhadores pobres na cidade. As fotografias nos deram uma indicação do alargamento das ruas da cidade, a modificação do tipo de comércio, o percurso das carroças e o trânsito das mesmas, o que nos permite dizer que, embora as autoridades sanitárias e governamentais insistam no desaparecimento das camadas pobres da cidade e na erradicação dos hábitos

[9] ROLNIK, R. *A cidade e a Lei*: Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo, 1997, p.13.

considerados insalubres, as imagens nos dão dicas de que essa população está presente, ainda que apareça sempre vinculada às reformas e alargamento de ruas e nos passeios, o que poderia nos indicar uma uniformidade e ordenamento dos hábitos, compatíveis com o padrão burguês que se pretende de cidade.

As mudanças nos costumes, e a urbanização e a especulação imobiliária que se seguiu nas décadas de 1880 e 1890, foram por nós pesquisadas através das imagens que os fotógrafos deixaram de uma cidade que aos poucos ia ganhando características de uma cidade moderna, com suas ruas largas e avenidas, o ritmo incessante das carroças e o intenso tráfego de mercadorias ocupando as áreas centrais, a instalação de serviços de transporte e iluminação, água e saneamento, além das novas ocupações da população que sedentarizou-se, sobretudo no início do século XX, formando novos hábitos, entre os quais o lazer e o passeio nas praças arborizadas e no transporte de bondes puxados por muares.

Além das fotografias, as telas de Benedito Calixto somam-se à esse esforço de buscar visualizar as transformações da cidade. Parte considerável da obra de Calixto é importante contribuição à memória de Santos, e às vezes são os únicos vestígios que retratam a cidade antes das transformações urbanas do final do século XIX.[10]

---

[10] EVANDRO C. JARDIM, "Benedito Calixto." In: Dalton Sala (org.) *Benedito Calixto: Memória Paulista*. p. 81-118, 1990.

O pintor buscava retratar grandes conjuntos urbanos, tomados pela observação local, ou ainda apoiado por fotografias. Mesmo que tenhamos que considerar o artista um saudosista das formas arquitetônicas clássicas, o que o levava geralmente a montar quadros urbanos às vezes sem a interferência, ou diminuta ingerência de elementos modernos, contrastando com as formas coloniais da cidade, as imagens de Calixto sobre a cidade e o porto de Santos nos auxiliam a visualizar o contraste promovido pela modernização do Cais e ainda pelos serviços a ele ligados, como o transporte de mercadorias em carroças, a existência dos trapiches, e mesmo a organização da cidade, antes das reformas urbanas do final do século. Por isso inserimos as telas "Porto de Santos em 1875" e "Banca do Peixe e Mercado das Canoas em 1850".

No primeiro capítulo, "Poder Local: *A cidade se prepara para o século XX*", discutimos como a administração vai se constituindo na gestão de uma cidade que vai se tornando mais complexa: o olhar é sobre a questão da salubridade, higiene e costumes que se pretendem desenvolver, considerados adequados a um estilo de vida próprio de uma cidade que se moderniza.

Partindo dos Códigos de Posturas, analisamos de que maneiras foram sendo formadas instituições e organismos da administração pública municipal para tratar da questão da salubridade e higienismo em Santos. Além disso, a criação de organismos de intervenção da administração local, no que se refere à ocupação de

espaços na cidade, normatização de práticas consideradas ilícitas e territórios marginais na cidade, serão objeto deste primeiro capítulo.

As transformações propostas para Santos, no sentido de adaptar-se às novas exigências do capitalismo agro-exportador, voltam-se de maneira particular para a organização dos trabalhos e serviços do Porto, o que implica numa desarticulação de poderes e de modos de trabalhar estabelecidos, em favor da modernização do Cais. Nesse sentido, os Relatórios das gestões da Associação Comercial de Santos possibilitaram-nos perceber de que maneiras o comércio local defendeu-se para resguardar seus interesses frente às concessões que o governo imperial pretendia outorgar às companhias que iriam realizar o serviço de modernização do Cais santista.

O segundo capítulo "*A moradia da população pobre: tensões na nova organização da cidade*", tratará das experiências e práticas da população pobre constantemente em luta por espaço e trabalho na cidade que se transformava. Essas experiências e dimensões da pobreza em Santos, a partir das diversas experiências de moradia dos trabalhadores pobres na cidade, no final do século XIX, e, além disso, das formas de exclusão a que foram submetidos.

Tomando como princípio dar visibilidade à estes sujeitos, através daquilo que poderia desqualificá-los, identificaremos nos jornais, relatórios médicos e processos criminais a configuração de padrões de moradia pobre em Santos.

No terceiro capítulo, *"Saudosa Maloca!": os novos arrabaldes e a expansão da cidade*", apontaremos as alternativas que surgiram a partir das experiências que formaram a cidade de Santos, incluindo-se os projetos sanitaristas e os territórios fora do perímetro urbano, alternativa para os trabalhadores pobres, excluídos da cidade.

A cidade aos poucos foi "esticando-se" para os lados das chácaras da Barra, onde os antigos arrabaldes foram substituídos por empreendimentos imobiliários, como a Vila Mathias e Vila Macuco, e novos iam surgindo, em áreas mais distantes e desprovidas de infra-estrutura urbana. Assim, de "território livre" para os abolicionistas da década de 1880, o Jabaquara agora transforma-se em arrabalde, vinculado à cidade, servindo de moradia para a população pobre, que torna-se mão-de-obra para a urbanização e construção dos empreendimentos imobiliários que a as obras da cidade necessitam.

---

* ARTUR RIMBAUD. *Uma temporada no inferno & Iluminações*. trad. de Lêdo Ivo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, p. 101.

Cap. I - Poder Local: a cidade se prepara para o século XX

Os cortiços, construídos às pressas, para albergar a numerosa imigração chegada em busca de trabalho remunerado e certo, pontuavam as zonas mais centrais da cidade, surgindo nos páteos e nos quintais dos prédios, de qualquer forma, de qualquer tamanho, compostos de cubiculos desasseiados e acanhados, feitos de taboas de caixotes e de folhas de zinco. Em taes compartimentos humidos, escuros, baixos e sem ar, aninhava-se uma população descuidada, vivendo quasi sem agua, em condições indescritíveis de desconforto.[1]

[1] GUILHERME ÁLVARO. *A campanha Sanitária de Santos: suas causas e seus effeitos*, p.38.

Em 1890, Abilio Simões, tendo alugado terreno de Bernardo José de Araújo, resolve cobrar os aluguéis atrasados e proceder à ação de despejo de Estanislau Pestana, sublocador do imóvel localizado à rua São Francisco, junto ao portão n.º 29.[2]

Prática que se tornou comum em fins do século XIX, a sublocação caracterizou *uma das* formas de moradia dos trabalhadores pobres em Santos, e trouxe à tona a questão da oferta de moradia para os trabalhadores pobres, nacionais e imigrantes recém-chegados à cidade. Além da sublocação, o albergue, a pousada, a vaga em pensões e hotéis funcionavam como estabelecimento comercial, cocheiras, armazéns ou, até mesmo, restaurantes durante o dia, transformando-se em local para dormir à noite, constituíram o padrão de moradia da população pobre nesse período.

Essas experiências de moradia da população pobre em Santos que foram aos poucos constituindo-se em modos de vida e a Reforma Urbana no final do século XIX constituem problemática privilegiada para a discussão sobre a questão da moradia e da cidade que se pretendia edificar. Os modos de vida da população pobre, imigrante e nacional são vigiados pelas autoridades médico-sanitárias e interferem em muitos interesses imobiliários. Na década de 1880 e 1890 surgem os primeiros empreendimentos imobiliários destinados à população

---

[2] *Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos.*(AGFCS) Autos de despejo em que são partes: Abílio Simões (autor) e Estanislau Pestana (réu). 1.ª Vara Cível – Maço 192. Juízo de Direito Civil. 1890.

trabalhadora, ou que se *pretendia que fosse destinada* aos trabalhadores, a Vila Matias e a Vila Macuco.

Com o propósito de historicizar os conceitos que orientaram higienistas e sanitaristas do fim do século XIX, em Santos, e seu aparente triunfo na remodelação urbana da cidade, buscamos localizar as mudanças que ocorreram na cidade, a partir de meados do século XIX. Essas mudanças trouxeram novas conformações administrativas para o município, que reorganizou os poderes locais, através das Câmaras Municipais.

O decreto que regulamentou o Serviço Sanitário em São Paulo, no ano de 1892, delegou a responsabilidade da organização e das medidas sanitárias ao governo do Estado mas, no ano seguinte, a Assembléia Legislativa Estadual passou a responsabilidade às Câmaras Municipais, encarregando-as ainda da fiscalização, da polícia sanitária, das obras de saneamento básico, da vacinação e da assistência pública.

Ao reconhecer na Medicina Social um saber específico, com licença para agir sobre tudo o que fosse considerado anti-higiênico nas cidades, transferia-se funções que antes pertenciam exclusivamente à Polícia. Além da ação dos médicos e sanitaristas incidirem sobre a salubridade das cidades, cabia a eles *"a organização social do espaço*

urbano, realocando os seus componentes para purgá-los de seus males"[3].

Sob o pretexto da erradicação das epidemias e da garantia da salubridade da cidade, as intervenções urbanas que se seguiram, ou que eram pretendidas, seja através dos códigos e posturas propostos, seja através da ação de sujeitos que representam o aparelho estatal (médicos, inspetores e polícia sanitária) visavam, sobretudo, erradicar hábitos considerados "nocivos" à sociedade burguesa. Assim, as ações médico-sanitárias estariam buscando criar maneiras de controle social, sobretudo após a abolição da escravidão, uma vez que as antigas formas de coerção e controle do trabalho escravo já não poderiam ser adotadas. Em outras palavras, estavam sendo gestadas experiências de controle e domesticação dos trabalhadores na cidade.

As respostas que esses segmentos recém-saídos da escravidão e que os grupos de imigrantes e trabalhadores nacionais construíram, em sua experiência de moradia e de vivência na cidade de Santos, tornaram-se visíveis quando esta população marginalizada defrontava-se com uma cidade em transformação. Ao mesmo tempo em que Santos estava se modernizando, segmentos de trabalhadores pobres que chegavam em número cada vez maior necessitavam se acomodar

---

[3] Neste sentido, tomamos de empréstimo a análise realizada por Wilson Roberto Gambeta, na sua dissertação de Mestrado *Soldados da Saúde*: A formação dos Serviços de Saúde Pública em São Paulo (1889-1918), p. 165, em que enfatiza a formação dos serviços de saúde pública em São Paulo, e as implicações do sanitarismo no combate às epidemias, sobretudo no período do nascente governo republicano, com a questão social.

nos inúmeros cortiços e hospedarias que existiam na região central da cidade. Estes estabelecimentos se tornaram a única alternativa de habitação para a população pobre. A existência de territórios povoados por cortiços foi duramente castigada pela imprensa local, pelos relatórios das autoridades médico-sanitárias e através dos debates ocorridos na Câmara de Vereadores. Foram caracterizados como corpos estranhos à cidade que se pretendia construir.

Nesse sentido, é necessário situar a problemática dessa população, constituída de imigrantes, nacionais e ex-escravos em Santos, neste final de século, vinculando-a aos empreendimentos que se faziam na cidade. A construção do porto e as obras de urbanização da cidade, tais como alargamento de ruas e avenidas centrais, construção dos canais de drenagem (até hoje marcos importantes, sendo pontos de referência para a localização interna), instalação de praças e bosques para que a população pudesse fruir da modernidade, como já dissemos, têm um mesmo sentido: colocar Santos no rol das cidades européias, modernas, elegantes, e atrair a mão-de-obra estrangeira para o estado de São Paulo, impulsionando a atividade agrícola no Oeste Paulista. Os investimentos procuravam dotar a cidade de modernos equipamentos para o máximo aproveitamento da atividade que se tornou a identidade da cidade: o porto e os serviços que dele derivam.

Essas novas perspectivas impulsionaram o governo municipal a realizar melhoramentos na cidade, concedendo a exploração

de serviços públicos a empresários, algumas vezes tratando-se de membros da Câmara Municipal. Em 1870 a Câmara Municipal solicita à Assembléia Provincial a permissão para a concessão e instalação de serviços urbanos, sendo concedida para uma sociedade formada por João Frederico Russel, os irmãos Thomaz e Ignacio Wallace da Gama Cochrane (este último pertencente à Câmara de Vereadores) e Eduard Eweret Benett.

A instalação de modernos equipamentos urbanos, como o serviço de água encanada e iluminação pública à gás de hulha em 1871, concedidos à *Empresa de Melhoramentos de Santos*, (única que se apresentou), e a concessão do transporte de cargas e passageiros de bondes puxados por muares, denota a preocupação da Câmara de Vereadores com o "embelezamento" e "modernização" da cidade. Por conta dessas transformações, Santos, em 1850, candidata-se à sede do governo da Província.[4]

Esta preocupação poderia também estar ligada aos interesses comerciais da Província, uma vez que no mesmo período, em 1867, temos a inauguração da Ferrovia São Paulo Railway que ligava as fazendas de café do interior paulista ao Porto de Santos.

É significativa para as futuras mudanças urbanas a inauguração da ferrovia. O alargamento dos limites da cidade seguirá uma tendência de acompanhar os trilhos dos bondes, e a ferrovia vai

[4] FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS. *História de Santos*: 1532-1936.

intensificar a relação da cidade com a produção agrícola no interior do estado. Desta feita, a cidade de Santos vai construindo sua vocação para os serviços e comércio, sobretudo ligado à produção do café. Assim, nos anos seguintes, assistimos as transformações de uma Santos colonial, retratada nas telas de Benedito Calixto e fotografias de Militão de Azevedo, e o surgimento de modernos equipamentos, como o serviço de água encanada e iluminação pública à gás de hulha em 1871, sendo que esta já em 1896 cobria quase todo o perímetro urbano da cidade.

A inauguração da estrada de ferro, ligando as regiões produtoras do interior da Província ao porto de Santos, em 1867, facilitou o escoamento da produção por este porto. Durante os anos que se seguiram, os terrenos adjacentes à Estação da *São Paulo Railway* tornaram-se objeto de disputas judiciais e desapropriações, envolvendo antigos proprietários e a Cia. que, tendo à seu favor o Decreto Imperial de Concessão dos terrenos para a construção da estação ferroviária, entra em litígio com particulares. Ao analisarmos os processos do Fórum de Santos, encontramos uma disputa judicial entre a São Paulo Railway e os irmãos João Pinto da Silva e Joaquim Pinto da Silva, proprietários de terreno adjacente à estação, na rua Marquez do Herval. Os proprietários do terreno pedem a quantia de 50$000 por m^2 de frente, totalizando 150$000 para a venda do dito terreno, quantia considerada arbitrária pela *São Paulo Railway*. Baseando-se em Decreto Provincial de desapropriação n.º 1664, de 27/10/1855, para efeito de desapropriação de

terrenos para a construção e a ampliação da estrada de ferro, a SPR oferece um "acordo" aos proprietários, e o imóvel é vendido por 37.000$000, quantia cinco vezes menor do que a que foi pedida.[5] Este processo pode nos dar a indicação do que representaram as intervenções dos novos melhoramentos da cidade.

A construção da estrada de ferro *São Paulo Railway* possibilitou, ainda, aos fazendeiros do Oeste Paulista uma organização no escoamento da produção de café que influiu em muito para a adaptação do porto de Santos às novas exigências desse empreendimento agro-exportador. Assim, a cidade convive, ao mesmo tempo, com o aumento do número de produtos para exportação, e com a insuficiência dos serviços portuários para essa nova demanda.

Conforme Wilson Gambeta,[6] as obras de construção do novo Cais do Porto impediam o pleno acesso das carroças que realizavam o serviço de embarque e desembarque de mercadorias, especialmente de café, em todos os trapiches, uma vez que a *Companhia Docas* estava substituindo-os por modernas instalações, aterrando e edificando a murada do Cais. Além disso, o número de óbitos por febre amarela aumentava muito em Santos, principalmente durante os meses de novembro a março, o que dificultava ainda mais a oferta de mão-de-obra no Cais.

---

[5] AGFCS - Autos de Desapropriação em que são partes a Cia. de Estradas de Ferro São Paulo Railway (supplicante) e João Pinto da Silva (supplicados). Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos, 1.ª Vara Cível, maço n.o 191, de 10/10/1890.

[6] WILSON R. GAMBETA. *Soldados da Saúde*, p.25.

Estes fatores inibiram a oferta de mão-de-obra de estivadores e carroceiros, necessária aos serviços do porto, principalmente entre os anos de 1894 e 1895, e provocaram o estrangulamento desses serviços. Essas constantes quedas na produção nos mostram a importância das medidas profiláticas solicitadas pela Associação Comercial de Santos, já em períodos anteriores à construção do novo cais, em 1876. Assim, a questão da higienização e da salubridade na cidade de Santos imbrica-se à política de importação de mão-de-obra imigrante, através de maciças campanhas imigratórias.

Como podemos perceber, a questão da falta de vagas no atracadouro era uma constante, o que gerava uma série de críticas das companhias de navegação, tanto pelo atraso no embarque das mercadorias, quanto pela falta de fiscalização necessária para coibir o contrabando e a rapinagem nos trapiches. Esses elementos contribuíram para constantes intervenções da Associação Comercial, que em 1876 realizou uma campanha denunciando a concessão e os privilégios exigidos pela companhia construtora para a construção do novo Cais do Porto.

Com a fundação da Associação Comercial de Santos, em 1870, os comerciantes locais procuram resguardar seus interesses, principalmente no tocante ao processo de embarque e desembarque de mercadorias, controlado pelos donos dos trapiches e armazéns, em sua maioria membros do comércio local. Quem controlasse os negócios do

Cais controlaria também a compra e venda do principal produto de exportação, o café, que nesse período, como já dissemos, supera as vendas de açúcar, tornando-se o responsável pela entrada de investimentos ingleses no país, incluindo-se a rede de serviços urbanos e as linhas de transporte ferroviário.

Defendendo projeto de construção do cais do porto que não interferisse radicalmente no plano urbanístico da cidade e, principalmente, na organização do Cais do porto, a ACS procura manter em funcionamento os diversos trapiches para embarque de mercadorias, monopolizada entre os membros do comércio local. Com a construção do Cais fora de seu controle, teme pelos preços que a *Companhia Docas* poderá cobrar, sendo privilégio desta auferir as taxas de embarque e desembarque de mercadorias no porto, conforme contrato estabelecido com o governo do estado para a realização das obras do Cais. Outrossim, as Atas da ACS nos indicam as resistências dos comerciantes da cidade aos planos do governo estadual, além de tornar visível os interesses monopolistas da *Companhia Docas*.

Dessa forma, a Reforma Urbana abrange não só as intervenções para a erradicação das epidemias, mas também a questão dos interesses locais pela permanência das formas de comércio até então realizadas. Esta reforma abre-nos ainda a possibilidade de buscar fragmentos que nos permitam discutir a consolidação ou reacomodação dos setores dominantes locais.

A construção do novo Cais do Porto e a urbanização da cidade fizeram parte da organização da cidade que tinha como objetivos as novas funções portuárias e de serviços que a exportação da produção agrícola exigia. É dessa forma que a cidade foi ganhando novas demandas de trabalhadores e serviços portuários. Adequar a cidade à essas novas demandas não foi tarefa fácil, pois implicava no aumento do número de carroças nas ruas para o transporte das mercadorias, e de cocheiras que servissem para abrigo das carroças. Estas atividades chamam a atenção das autoridades sanitárias para o aumento do número de epidemias e trabalhadores imigrantes que estes serviços requerem. Não há uma política de moradia para os trabalhadores, aliás como não há nenhuma política que assegure qualidade de vida; portanto, a oferta de vagas de moradia e de emprego não condizem com o aumento das necessidades de mão-de-obra e serviços.

Tomando como princípio a organização e a regulação da principal atividade econômica da cidade, o porto, administradores locais e regionais procuraram manter sua influência e poder nos destinos dessa atividade. Dessa forma, a ACS em 1874, realiza uma série de investidas junto ao poder monárquico para impedir a realização de um contrato de construção de um novo cais do porto que interferisse na organização do comércio local. A ACS alega que as exigências da concessão para a construção do novo cais são perniciosas ao comércio e à cidade. Para isso, centralizam a argumentação sob alguns pontos principais: a

exigência de grandes capitais, a não obrigatoriedade de a sede da empresa construtora ter uma filial na cidade, bastando ser representada por outrem, o que afastaria as chances da ACS em participar da concorrência. Ainda aponta a divisão que se estabeleceria entre a cidade e a Docas, com a limitação do acesso ao novo cais, que seria regulado por vigilância na entrada e na saída, por membros da própria empresa, e, principalmente, atacam os poderes absolutos que a empresa concedente teria, através do direito de desapropriação, ferir o princípio do direito à propriedade privada. Aliás, a questão que se colocava era em relação aos donos de trapiches, que teriam os seus negócios extintos, uma vez que as pontes e os trapiches seriam demolidos para a construção de amuradas do Cais, fato que ocorreu, após a definitiva concessão para a construção do Cais, a cargo do empreendimento comandado por Eduardo Guinle e Cândido Gafreé.

Em 1876, a diretoria da ACS resolve criar uma comissão de "notáveis" membros do comércio local, sendo eles: Barão de Embaré, J.R. Wright e R. Wursters, para realizar um parecer acerca das cláusulas que consideravam prejudiciais ao comércio local e à cidade. Diz o parecer:

> *A concessão que pede o eng.° não é mais do que o monopólio de armazéns, e trapiches, em proveito de uma cia. que ele tentará formar, e um monopólio que não é bem público - seria pois ilegal, n'este caso, o direito de desapropriação. Abrange o Cáes proposto toda a frente da cidade; a condição de construir uma muralha armada de defezas, afim de separar o terreno do Cáes e suas dependências dos circunvizinhos, tendo portas guardadas por empregados da Alfândega é absurda e*

> *revoltante, porque daria em resultado vedar completamente os habitantes o livre acesso ao mar*
> *Direito Absoluto, durante 90 anos, sobre toda a frente comercial da cidade de Santos, que ficará fechada por uma muralha com portas, cujas chaves estarão em mão da Cia.*
> *Direito de desapropriar aquilo que lhe aprouver, e mais agradar, e gozal-o em perpetuidade sem a menor consideração a direitos adquiridos pelos proprietários atuais.*
> *Monopólio de todo serviço de carga e descarga, trapiches e armazéns em Santos, e direito de perceber todas as taxas que são por tal fórma exhorbitantes que a ex-Cia das Dócas da Alfândega do Rio de Janeiro teve de abandonal-as.*[7]

Interessante se faz notar que a articulação da ACS à princípio foi eficiente, e o Ministério dos Negócios da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Império, em ofício enviado à própria ACS, no ano de 1880, deferiu o pedido dessa associação, e remeteu a construção à cargo do então presidente da província de São Paulo, onde deveriam se dar as novas negociações, entre os empresários, a Assembléia Provincial e o então Presidente da Província. Como se vê, a discussão acerca do plano urbanístico já vinha desde meados do século XIX. Não é à toa que as comissões enfrentaram tantos impedimentos locais. Além dos projetos de salubridade, a questão da organização das funções econômicas da cidade estavam sendo articuladas. Portanto, encontramos uma cidade que estava em transformação há pelo menos meio século, para essa nova participação econômica. Além disso, a questão sanitária somava esforços com o propósito de procurar alternativas que não inviabilizassem a contratação de mão-de-obra para a lavoura, através da importação dos imigrantes. Os constantes períodos de quarentena, decretados em nome

---

[7]AESP - Anexo n.° 10. Parecer da Comissão composta dos srs. Barão de Embaré, J.R.Wright e R. Wursters, sobre a proposta de Cáes e Armazens, apresentada pelo eng.° A .T.Coimbra, p.02. Santos, 24/10/1874. In: *Relatório da Associação Comercial de Santos apresentado em Sessão Ordinária da Assembléia Geral* em 14/06/1876.

da salubridade pública, contribuíam para o acirramento das discussões em torno da cidade que era a principal porta de entrada de mercadorias e de mão-de-obra.

Essa vitória do comércio local durou até nova concessão, no final do governo republicano, em 1888, ano em que a empresa de Cândido Gafreé e Guilherme Guinle iniciam definitivamente as obras do Cais. Porém, a questão que se colocava era a reação contrária dos donos de trapiches, que teriam os seus negócios extintos. Uma vez que as pontes e os trapiches seriam demolidos para a construção de amuradas do Cais, a cargo do empreendimento comandado por Eduardo Guinle e Cândido Gafreé, ocorreram vários conflitos entre os proprietários das pontes e trapiches e a Cia. Os proprietários locais alegavam que os contratos ainda tinham validade, em plena década de 1890 e, portanto, ainda estavam vigorando. Porém, as pontes e trapiches vão aos poucos cedendo espaço para as obras do cais. Assim, a luta contra as desapropriações, entre os proprietários locais e as empresas concessionárias das obras que estavam sendo realizadas na cidade, é longa.

Os relatórios da ACS podem nos informar como esse grupo está elaborando suas intervenções e, dessa maneira, criando formas de apropriação e uso dos espaços em função de interesses econômicos em jogo. Os representantes da ACS pertencem aos grupos dominantes e, muitas vezes, são também responsáveis pela

administração da cidade. Dessa forma, propõem intervenções que primam pela adequação dos melhoramentos urbanos aos seus interesses mais imediatos, nem sempre conciliáveis aos interesses das companhias que se instalaram em Santos, no final do século passado. Quando seus interesses estavam em risco, os empresários locais tomavam posições claras, como podemos observar sobre as epidemias que constantemente assolavam a cidade. Nos relatórios, podemos perceber as intenções dos comerciantes e sua preocupação com a incidência de epidemias na cidade, entre estas a de 1876, que atingiu 800 pessoas, com 280 óbitos.

> *Estado Sanitário:*
> *Não podemos furtar-nos ao dever de registrar entre os acontecimentos do ano findo, a terrível epidemia que de 29 de fevereiro aos fins de julho trouxe em sobressalto e desalento a população d'esta cidade.*
> *Triste e dolorosa nos é, por certo, a recordação d'esta lutuosa quadra que então atravessamos; mas procurando consignar n'este modesto trabalho, tudo quanto pode interessar ao comércio local, parece-nos que nada mais de perto pode afectall-o do que as condições de salubridade do nosso porto.*
> *Não dispõe, entretanto, esta cidade d'um lazareto onde possam ser recolhidos, e tratados isoladamente do resto da população, os indivíduos affectados de moléstias epidêmicas. No intuito de preencher semelhante lacuna offereceo o Diretor Secretário um projecto de lazareto, que pretendia realizar por meio de subscripção popular, promovida por uma comissão nomeada pela Directoria.*[8]

Neste Relatório, a ACS deixa claro as preocupações com o estado de salubridade e as condições que interferem na realização dos negócios locais. Por sua vez, a ACS propõe, como forma de sanar o problema, a instalação de um lazareto para o isolamento e tratamento dos doentes. Assim, passado o período da epidemia, a cidade poderia voltar

ao seu ritmo normal de trabalho. Propostas de soluções imediatas como estas são constantes nos períodos de incidência de epidemias na cidade e serão atacadas violentamente pelos emissários do governo estadual quando este assume a intervenção sanitária na cidade, em 1892.

As feições que a cidade foi tomando levavam em conta a necessidade de serviços e mão-de-obra para as obras do Cais e urbanização da cidade. Desta forma, o número de trabalhadores que vieram para Santos aumentava e, com eles, cresciam as dificuldades para se viver numa cidade que não tinha sido planejada para abrigar tal população. Assim, os conflitos entre uma cidade ideal, proposta nas pranchetas dos engenheiros, e a idealização de valores que deveriam ser inculcados à população, moldada nos valores higiênicos, não condiziam com os modos de vida e com a desorganização de uma cidade portuária que pretendia arrancar de uma só vez sua aparência colonial.

Em nossa pesquisa, redescobrimos uma cidade que tinha seu eixo margeando o Cais. A cidade teve dois núcleos iniciais: um, na região do Valongo, e outro na direção dos Quartéis. O Porto do Bispo localizava-se próximo ao Convento da Ordem Terceira de São Francisco, no Valongo. Este bairro caracterizou-se, no período de 1860 até 1890, pela função de porto da cidade, comércio e serviços. Tratava-se, portanto, de um bairro onde se realizavam os negócios.

---

[8] AESP - *Relatório da Associação Comercial de Santos apresentado em Sessão Ordinária da Assembléia Geral em 01/02/1879*. p. 37-8. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & filhos, 1879.

Nessa região situavam-se casas comerciais, alguns hotéis para imigrantes, como o Hotel Europa, funcionando na rua do Comércio, n.^{os} 39 e 41. Situava-se também a principal via de acesso da cidade, a rua de Santo Antonio e a rua Direita, ligando a região do Valongo ao chamado bairro dos Quartéis. É na Rua de São Bento, saída do Mosteiro de mesmo nome, que a estação ferroviária foi construída, em 1867, nos terrenos comprados da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. Nessa região são realizadas as primeiras obras de saneamento da cidade, ainda nos anos 1880, pela *Companhia de Melhoramentos de Santos*.

As caixas do Fundo Câmara e Fundo Intendência nos permitiram ir um pouco mais a fundo na investigação da problemática da moradia pobre, uma vez que possibilita-nos perceber os momentos em que a questão da salubridade e do saneamento encontram maior visibilidade na cidade, por conta das várias intervenções que estava passando para adequar-se ao padrão capitalista de cidade que se pretende implementar. Para tanto, a regulamentação dos diversos códigos de posturas irá aferir responsabilidades cada vez maiores aos proprietários de imóveis para a equação de problemas que tomam lugar nos assuntos da cidade, como a coleta de lixo, o abastecimento de água, as carroças, os imóveis que seriam desapropriados e as formas de desapropriação, para as obras do cais, além de uma crescente preocupação com o caráter de regulamentação dos imóveis da cidade.

Estas sessões da Câmara dos vereadores procuravam regular as transformações no traçado urbano, tendo em vista as novas funções que a presença da estrada de ferro traria à cidade e ao porto. Essas mudanças prenunciam as adaptações que a cidade teria de passar para adequar-se às demandas trazidas pela estrada ferro, ligando o planalto e a baixada. Entre estas, serão constantes dessas sessões pedidos de desapropriação para a construção do pátio de armazenamento da ferrovia, o alargamento de ruas para o trânsito de carroças, bem como outras medidas que transformaram o aspecto colonial da Vila de Santos.

As mudanças solicitadas pela empresa concessionária dos serviços da estrada de ferro, a *São Paulo Railway* nem sempre foram recebidas com entusiasmo pelos vereadores, pois implicavam em conflitos com os proprietários locais, além das instituições que estavam envolvidas na compra e venda de terrenos na cidade, que resultaram nas desapropriações para o alargamento do Porto do Bispo e a construção da Estação Ferroviária, inaugurada em 1867.

Dessa forma, a especulação urbana se inicia nas construções da região próxima ao cemitério do Paquetá, que transforma-se no primeiro bairro com características classistas. No final do século XIX, este bairro tomará ares de decadência quando os casarões habitados pela gente rica de Santos cederão lugar aos "cortiços" e "pardieiros".

As leis municipais, até 1919, não considerarão a área do antigo quilombo do Jabaquara e morro do Fontana e de São Bento como parte do perímetro urbano da cidade. Teremos, de forma semelhante ao processo regulamentou a urbanização da cidade de São Paulo, segundo Raquel Rolnik[9], a efetivação de duas regras similares para a ocupação urbana: a ocupação regular é destinada a certas regiões nobres, e a irregular percorre áreas periféricas da cidade, legitimando e empurrando os pobres para regiões onde os serviços urbanos não são acompanhados. Daí vai se constituindo uma fronteira, visível somente quando analisamos o processo que regulamentou e legitimou, por exemplo, as contendas entre Benjamin Fontana e os remanescentes do Quilombo do Jabaquara.

Os Livros de Registros e Ofícios da Câmara Municipal nos trazem informações sobre essas mudanças no traçado urbano. Durante a gestão da Câmara do ano de 1865, os vereadores discutem sobre os novos arruamentos e passeios públicos que se pretendiam realizar, para ampliar as cercanias da cidade em direção à região dos "Quartéis". Pedidos de permuta, cessão de terrenos à Ordem do Carmo e processo de compra e venda de parte do terreno pertencente à Irmandade da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco para a construção da Estação Ferroviária, entre outros, são debatidos pelos vereadores.

---

[9] RAQUEL ROLNIK. *A cidade e a Lei*.

Dessa forma, as sessões da câmara podem identificar os diversos setores da sociedade que estavam discutindo sobre os caminhos pelos quais a cidade iria desenvolver-se. Diferentemente das Atas da Câmara, os Livros de Registros vão inferir sobre pedidos de licença para a construção, alargamento, compra e venda de imóveis, indicando os proprietários e os objetivos pelos quais se darão as mudanças.

Entretanto, no que concerne às iniciativas da Câmara Municipal, pouco poderia ser feito. Pelo Regimento Geral das Câmaras Municipais do ano de 1828, em seu art. 42, que vigorou até a instalação da República, determina que qualquer medida de aforamento, permuta ou venda de terreno público teria de ser aprovada pelo presidente da Província, ou remetida à Assembléia Provincial para sua permissão, como nos informa o documento em seguida:

> *A Câmara Municipal da Cidade de Santos, vem, pedirvos a legalização de um acto seu , que , com quantos fôsse dictado pelo interesse público, não pode, em vista do que dispõe o artigo 42 da lei de 1 de outubro de 1828, ter inteira validade sem que seja por vós approvado. O terreno de marinha d'esta cidade no lugar denominado Porto do Bispo foi em maio de 1847 concedido pelo Sr. Presidente da Câmara para lograr aceso (sic) público. Em maio de 1846, Manoel Joaquim Ferreira Netto, proprietário de um terreno adjacente áquelle, querendo edificar alli uma casa de grandes dimensões, propôs à Câmara permutar parte do terreno de sua propriedade pelo terreno da Marinha que a Câmara posuia, obrigando-se, alem disso a construir um Cáes na linha da rua da Praia e a aterral-o, ficando d'esta sorte o publico no goso de maior extensão de terreno do que aquelle que estava entregue á sua servidão, além do embellesamento (grifo nosso) resultante da construção do Cáes, em um lugar onde existia antes uma praia immunda. (grifo nosso) A Câmara de então entendeu com m.ta razão que a permuta proposta era de incontestável vantagem para o público e em consequência resolveo effectuar, mandando lavrar a respectiva escriptura. Por irreflexão, porém, deixou de ser solicitada previamente à indispensável autorização da Assembléia Provincial e como a Câmara actual, reconhece a necessidade de legallizar o acto, vem a vossa presença pedir-*

> *vos que Decreteis a seguinte resolução:«fica approvada a permuta feita pela Câmara Municipal da Cidade de Santos com Manuel Joaq^m^ Ferreira Netto, em 29 de maio de 1860, de um terreno no lugar denominado Porto do Bispo - na mesma cidade debaixo da condição convecionadas, constantes das respectivas escripturas públicas.* [10]

Em 1865, a Câmara Municipal solicita orçamento do município para o pagamento de desapropriações de casas na Rua São Jerônimo, tendo em vista as obras para a cobertura do rio de mesmo nome. As obras servem para a urbanização da cidade, que se estende do Valongo para a região dos Quartéis.[11]

Pesquisas recentes indicam uma transformação não só no meio físico, mas entre os hábitos, costumes, substituindo padrões e modos de viver e morar que estavam sendo gestados nesse período. [12]

Da mesma forma, ao nos informar sobre a Reforma Urbana em Florianópolis, em fins do século XIX, Hermetes R. de Araújo[13] aproxima sua discussão de vários elementos envolvidos no processo de urbanização da cidade. Aos discursos médicos, associaram-se tecnologias de engenharia que os urbanistas trouxeram, visando a intervenção e a prevenção de moléstias. Essas instalações de serviços públicos modificariam profundamente a forma de apropriação da cidade.

---

[10] FAMS. Transcrição do Regimento das Câmaras Municipais de 1.° de outubro de 1828. Mimeo, s/d. Art. 42. "Não poderão vender, aforar, ou trocar bem em móveis do Conselho sem autoridade do Prezidente da Provincia em Comselho, enquanto serão installados os Conselhos Geraes, e na Corte sem a do Ministro do Imperio, exprimido os motivos e vantagens da alienação, aforamento, ou troca, com a discrição topografica, e avaliação por peritos dos bens que se pretendem alienar, aforar ou trocar."

[11] AHMSts - Livro de Registros e Ofícios da Câmara Municipal de Santos: 1865-1880, em 18/04/1865.

[12] ANA LÚCIA DUARTE LANNA. *Santos: uma cidade na transição* (1870-1913).

[13] HERMETES R. DE ARAÚJO. *A invenção do Litoral:* Reformas Urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República.

Assim, paralelamente às campanhas por vacinação, medicação e prevenção de doenças, os melhoramentos públicos, como a instalação de luz elétrica, abastecimento de água e esgotos, construção e ajardinamento de praças, drenagem de terrenos, precederiam aos novos padrões de viver a cidade.

Em Santos, a construção de novas avenidas que interliguem o Centro à Barra será uma das primeiras medidas que procurarão delimitar e interligar os espaços da cidade que até então se encontravam isolados, servindo como locais para pequenos sítios e chácaras. A expansão para a praia, com a construção da Avenida Conselheiro Nébias, em 1870, [14]e a abertura da Avenida Ana Costa, em 1887, com a inauguração de uma linha de bondes puxados a muares servindo aos moradores da Vila Mathias até o centro e, posteriormente até a barra, indica que os limites da cidade vão configurando uma nova dinâmica social, redimensionada pelas possibilidades de acesso as novas formas de ocupação do espaço e serviços na cidade.

A urbanização da Vila Mathias vai integrar esse bairro numa rede de serviços públicos que até então estavam restritos às áreas mais antigas e centrais, como o Valongo e o Paquetá. Não é sem motivos que a Comissão Sanitária intensificará seus trabalhos de fiscalização visando o desmantelamento dos cortiços na cidade em 1896, ano em que a Intendência Municipal e a Câmara de Vereadores apresentam novos

planos para o traçado urbanístico da cidade, prevendo a construção e a ampliação de avenidas retas e largas. A Câmara de Vereadores e a Comissão Sanitária disputam projetos diferentes de urbanização para a cidade. Pelo projeto de Saturnino, além do canal de irrigação, seria necessário também a existência de uma larga faixa paralela aos canais para a interceptação da poeira e renovação do ar, através da construção de jardins.

A permanência de moradias insalubres num bairro da cidade que já dispõe de infra-estrutura urbana desqualificaria o mesmo para a convivência com a *urbe.* A transposição dos antigos limites da cidade guiada pela construção dessas duas grandes avenidas providas de bondes, e a instalação da iluminação pública nesses bairros caracterizam a distinção entre uma periferia urbana (arrabalde) com características residenciais, nos bairros mais afastados e desprovidos de infra-estrutura urbana, e uma região central que deixará de ser a da cidade colonial - a região entre o Valongo e o Quartel- esta desvalorizada devido à construção das amuradas do Cais do Porto e da proximidade, pela expansão imobiliária, do cemitério público do Paquetá.

Sabemos que a cidade conhecia alguns arrabaldes, como o de Duas Pedras, localizado nas imediações da atual Av. Rangel Pestana, terreno que fazia limite com as terras arrendadas por Quintino de Lacerda (uma das primeiras traçadas por Mathias Costa para a venda

---

[14] OLAO RODRIGUES. *Cartilha da História de Santos.* Anteriormente conhecida como caminho velho da barra, uma vez que dois caminhos se entrecruzavam, originando a atual denominação de

de lotes em seu bairro) em convergência com a atual Rua Tiro Onze, e marcava os limites da cidade. Além da expansão imobiliária, a população aumentava vertiginosamente: em 1889, Santos contava com cerca de 15.000 habitantes alojados em 2.000 casas, sendo que em 1891 contava-se com 771 cortiços, dos quais 478 em mau estado de conservação e higiene. Os cortiços vão servir em larga escala para a moradia dos imigrantes recém-chegados, que em 1872 são cerca de 1577, sendo que o total de habitantes neste mesmo ano é de 9.151. [15]

Para descrever o aumento do número de moradores na cidade e suas implicações, temos uma tabela do número de habitantes, entre os anos de 1854 e 1913. A cidade, em 1890, conta com cerca de 13.000 habitantes, bem distante dos 7.855 do ano de 1854.

TABELA N.° 1 – POPULAÇÃO DE SANTOS

População de Santos (1854 a 1913)	
Ano	Nº de habitantes
1854	7.855
1872	9.151
1885	15.505
1886*	15605*
1890	13.012
1900	50.389
1913	88.967

Fonte: Recenseamento da Cidade e do Município de Santos[16] e Relatórios de Presidente da Província de São Paulo em 1888.

Esses dados, por si só, não explicam o adensamento no centro da cidade que se viu nos anos seguintes. Vigiados pelos

---

bairro da Encruzilhada, já possuía uma linha de bondes puxados a muares, desde 1860

[15] GUILHERME ÁLVARO. *A campanha sanitária de Santos*: suas causas e seus effeitos. p.37.

[16] *Recenseamento da Cidade e do Município de Santos*, em 31 de dezembro de 1913. Os dados em asterisco* correspondem ao *Relatórios do Presidente de Província de São Paulo*, apresentado pela Comissão Central de Estatística, em 1888.

inspetores sanitários e médicos, os moradores da cidade de Santos se tornarão alvo de projetos urbanísticos que procuram dar uma feição moderna à cidade de Santos. Não se trata de simplesmente alargar ruas e avenidas, ou mesmo uma discussão sobre as condições sanitárias da cidade. Antes de tudo, é uma discussão sobre a formação de novos valores, calcados nos ideais republicanos, "Ordem e Progresso", que manifestam-se nas diversas propostas urbanas, envolvendo os médicos, engenheiros, vereadores, governo local e estadual, oligarquias e, em última instância, os trabalhadores, objeto das intervenções "cirúrgicas" dos agentes sanitários e urbanistas.

As imagens da cidade neste momento de transição podem antecipar o que significou o problema da população pobre em Santos. Necessitando aprimorar os serviços do porto, essa população será chamada a colaborar, de início, com a construção do novo cais e a prestar serviços às empresas de melhoramentos da cidade. Teremos então, uma cidade que se transforma rapidamente. Santos é, nestes primeiros anos da construção da estrada de ferro, a cidade das carroças, que servirão para o transporte de mercadorias. A rua de São Bento, em frente à estação, em direção à rua de Santo Antônio, é constantemente tomada por este meio de transporte. Inúmeras reclamações são registradas neste trecho da cidade, que é o núcleo central no final da década de 1860.

Alguns artistas e fotógrafos procuraram deixar testemunhos dessa mudança nas cidades na metade do século XIX. A cidade que deseja tornar-se moderna deve se libertar de suas feições coloniais. Assim, testemunhar a evolução da urbanização é tarefa dos artistas, os únicos com sensibilidade para divulgar a beleza local e ao mesmo tempo indicar os passos de uma civilização que se encontra com o progresso. A divulgação das cidades através da fotografia e dos cartões-postais, iniciada no início do século, no Rio de Janeiro, com Marc Ferrez, expande seus domínios, com a criação de inúmeros ateliês fotográficos. Em São Paulo, Militão Augusto de Azevedo foi um dos precursores da ampla divulgação e consumo dos cartões-postais. Conforme Maria Cristina W. Carvalho,

> *Os cartões postais...* [tornaram-se] *...fonte fundamental de divulgação e consolidação do gosto pela fotografia... As estruturas arquitetônicas e urbanísticas comparecem reitereadamente nas fotografias do século XIX... No caso dos arquitetos somava-se, a essa aspiração o interesse particular por conhecimento de um universo referencial, importante para o desenvolvimento de sua própria profissão.*[17]

Militão Augusto de Azevedo destaca-se por retratar paisagens urbanas. A atividade fotográfica de Militão não se resume à capital, incluindo-se a cidade de Santos. Organizou vários Almanaques, coleção de fotos que indicavam as transformações ocorridas entre os anos de 1860 e 1890. Tomado por um ideário que privilegiava a idéia de progresso, ele apresentava cenas do cotidiano indicadoras da

modernização que se fazia crescente na cidade de São Paulo, sobretudo das mudanças urbanísticas e arquitetônicas. As construções e o movimento das ruas indicavam a ação modernizadora, que legitimava as transformações realizadas na cidade de São Paulo, que logo se transformaria, de acanhado burgo dos estudantes para uma cidade moderna e de características essencialmente urbanas.

O mesmo pode-se dizer de Guilherme Gaensly, que atuou na cidade de São Paulo em período posterior ao de Militão, entre 1890 e 1905. Gaensly testemunhou a rápida transformação urbana da cidade, sendo responsável pelo belo Álbun "São Paulo 1900", em que indica os passos da modernização de São Paulo no final do século XIX. Este álbun apresenta traços notadamente urbanos de uma cidade de São Paulo completamente tomada pela industrialização e urbanização. Notamos também aí o objetivo de acentuar o caráter do progresso, trazido pela imigração e pela produção do café.

A cena urbana que os fotógrafos retrataram criou um diálogo com a arquitetura. Reproduzir imagens de edifícios, praças, ruas, passeios, lugares públicos, tenciona posicionar o olhar do observador/leitor das imagens como se estivesse participando de uma visita ao monumento observado. Estabelece-se uma relação entre as imagens e seu público. Através da perpetuação do tempo na imagem fotográfica, vão se construindo as imagens que se tornarão monumentos

---

[17] Mª. CRISTINA W. CARVALHO, e SILVIA FERREIRA S. W. *Arquitetura e Fotografia no século XIX*. p.153.

para a história da cidade. Nesse sentido, a produção e o consumo das imagens de cartões-postais reiteram a presença da arquitetura e das transformações urbanas.

Em outro sentido, as imagens das transformações urbanas e construções poderiam ser encomendas dos governos e/ou empresas que documentavam o andamento das obras, a continuidade dos serviços públicos. Em Santos, Guilherme Álvaro e Saturnino de Brito utilizaram-se deste expediente para enaltecer o caráter modernizador e o aspecto de limpeza e salubridade da cidade, antes e depois da ação higienizadora. Desta feita, Guilherme Álvaro apresenta comparações de cenários urbanos para que o leitor convença-se da eficácia e da necessidade da intervenção médico-sanitária na cidade. Saturnino de Brito organizou um álbun que indica a cronologia do acompanhamento das obras de saneamento na cidade, além de apresentar seus argumentos favoráveis ao plano de organização da Planta Geral da Cidade de Santos, prevendo não só a composição dos canais de drenagem, mas também planejando por onde se daria o crescimento da cidade. Esta planta foi debatida com os vereadores, e houve inúmeras ingerências do engenheiro no que tange à responsabilidade de execução das obras do saneamento, uma vez que setores da sociedade santista mostravam-se contrários ao autoritarismo de Saturnino de Brito. Alberto Sousa, vereador da cidade e jornalista de *A Tribuna*, tornou-se porta-voz dos contrários ao projeto de arruamento de Saturnino. Apesar das

considerações de Saturnino, seu projeto foi modificado muitas vezes, conseqüência dos embates que foram travados com a Câmara.

As imagens que os sanitaristas produziram tiveram um caráter eminentemente didático, uma vez que apresentavam os aspectos pouco saudáveis da cidade antes da realização das obras e o seu progresso posterior. Assim, aqui as imagens devem não só elucidar as condições de salubridade, mas também legitimar sua atitude perante os poderes locais que em alguns momentos não aceitaram a ação arbitrária das comissões estaduais de saneamento e sanitária.

Temos abaixo uma imagem do fotógrafo paulistano Militão Augusto de Azevedo, de 1862, (foto n.º 01) em que é exibida uma visão do movimento de carroças. Nesta foto, chamamos a atenção para o aspecto da rua, ainda sem calçamento, e as construções da Rua de Santo Antônio, atual Rua do Comércio.



Foto n.º01. Foto de Augusto Militão de Azevedo, 1862. Fonte: Arquivo Histórico Municipal "José da Costa Sobrinho".

Vê-se ao fundo a Igreja de Santo Antônio do Valongo e, no lado direito, as obras de construção da mansão do comendador Manuel Ferreira. Atualmente a Casa de Frontaria Azulejada abriga o Arquivo Histórico Municipal José da Costa Sobrinho. A fachada foi restaurada em 1992, e as paredes internas ainda estão de pé. À direita, a Capela da Graça, de 1562, erguida por Frei Adorno.

Em outra foto, (n.º 2) da década de 1890, percebemos as transformações da paisagem da cidade, uma vez que o mesmo local é mostrado após o calçamento e alargamento da rua Santo Antônio, já chamada de Rua do Comércio. A mudança surge com clareza: as ruas calçadas, o transporte ordeiro das carroças, os condutores portando roupas "apresentáveis" ao convívio público numa cidade moderna. Esses

são os novos modos de vida que se quer apresentar como feições de uma cidade urbana, após a reforma do porto e a construção da infra-estrutura de saneamento da cidade. Embora as fotos não tivessem um nítido caráter de propaganda da reforma, como é o caso de fotos publicadas no trabalho de Guilherme Álvaro, essas imagens nos possibilitam apontar elementos para a discussão do modelo de cidade que os urbanistas gostariam que fosse aceito pelas autoridades municipais.



Foto n.º 2: *Casa de Frontaria Azulejada*, na Rua de Santo Antônio do Valongo, década de 1890. Foto de autoria desconhecida. Acervo da *FAMS*.

Benedito Calixto deixou-nos uma imagem desse tráfego constante do "Porto do bispo", antes do início das obras de construção do novo Cais. Conforme Jardim[18], elementos importantes são "limpos" de suas telas, como a multidão e o aspecto de desorganização das ruas. Calixto registra suas imagens quase sempre apoiado em fotografias ou figuras, pois geralmente suas telas reproduziam edifícios ou paisagens que já não existiam, como é o caso da Porto do Bispo em 1885.

Numa de suas telas, que retrata como seria o porto do Bispo em 1885, Calixto nos traz uma imagem importante do movimento deste. Em primeiro plano, vê-se alguns navios atracados, ligados à terra pelas "pontes", e os chamados "trapiches", que serviam como armazéns das mercadorias que seriam logo embarcadas. Nesse período, as obras do Cais ainda não foram iniciadas, portanto o ancoradouro de Calixto apresenta uma uniformidade irreal. O que importa é o funcionamento do porto que o pintor quis demonstrar. Em segundo plano, as mercadorias que seriam embarcadas, e também no canto, abaixo, à esquerda. Ainda em segundo plano, à esquerda, vemos a presença do elemento humano, próximo das carroças que faziam o transporte dos armazéns, localizados nas ruas de Santo Antônio, Direita, Marquez do Herval, José Ricardo, Largo do Gusmões, e das mercadorias que chegavam na estação do Valongo. Essas imagens indicam o movimento constante e viçoso dos homens e mercadorias. Ainda no canto, à esquerda, notamos a igreja de

---

[18] E.C. JARDIM, "Benedito Calixto." In: Dalton Sala (org.) *Benedito Calixto: Memória Paulista.* p. 81-118.

Jesus, Maria e José, demolida para a construção da amurada do Cais em 1890, e mais algumas pontes de embarque. Notamos também a presença de canoas, elemento importante para o abastecimento de víveres na cidade. Essas canoas faziam o serviço dos pontões



Porto do Bispo em 1885. (óleo s/ tela, s/d.) Fundação Pinacoteca Benedito Calixto.

Segundo nos informa Andrade[19], as pontes e trapiches serviam de estação de espera para as mercadorias importadas ou à exportar, junto às pontes que circundavam os navios. Além destes

equipamentos que funcionavam como estrutura para o embarque e desembarque de mercadorias, havia também os "pontões", que consistiam em embarcações utilizadas para realizar o embarque e desembarque de mercadorias toda vez que houvesse superlotação nas pontes e trapiches existentes. Dessa forma, os navios que não conseguiam vaga nos atracadouros poderiam abastecer-se sem a necessidade de longos períodos de espera nas nove pontes que existiam, durante a década de 1870. Este número, aliás, insuficiente para a movimentação dos navios. Os pontões cobravam taxas das agências de navegação que, sem vagas nas pontes e trapiches, extendiam-se a mais de cem, neste período. Os pontões consistiam em pequenos pontos na terra, de onde saíam os barcos para realizarem a operação de transbordo. Estas pontes e trapiches seriam demolidas para a construção de amuradas do Cais, na década de 1890, conforme as obras do cais estavam avançando.

Esses pontões são retratados em outra tela de Calixto "Banca do Peixe e Mercado das Canoas"[20]. Nela, em segundo plano está o Mercado na época. Nesse quadro, o elemento humano, ou melhor, a movimentação da cidade é mais presente. Ao fundo, à direita, vemos o Convento do Carmo, armazéns e o prédio da Câmara, novamente. Em primeiro plano, as embarcações que serviam de "pontões".

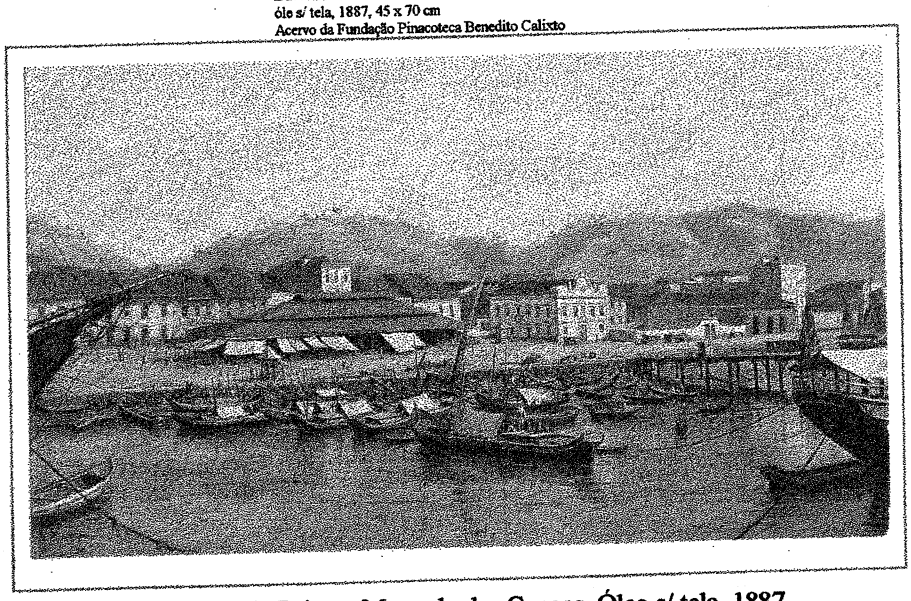
---

[20] BENEDITO CALIXTO. *Banca do Peixe e Mercado das Canoas*. óleo s/ tela, 1887, 45 X 70 cm. Acervo da Fundação Benedito Calixto.

Afonso Schimidt também nos dá uma descrição do que eram os "pontões".

> *Dali a pouco, apareceu no estuário um cargueiro, todo negro e, chegando á altura do trapiche, manobrou para acostar-se à barca. Naquele momento, como quase sempre, havia falta de espaço para atracação, de modo que um navio ancorava ao lado do outro. O que ficava entre a ponte e o recém-chegado servia de pontão.*[21]

BENEDITO CALIXTO. BANCA DE PEIXE E MERCADO DAS CANOAS
óle s/ tela, 1887, 45 x 70 cm
Acervo da Fundação Pinacoteca Benedito Calixto



Banca do Peixe e Mercado das Canoas. Óleo s/ tela, 1887.

Em outras imagens, notamos o esforço em desvencilhar a cidade dos antigos padrões urbanos. As fotos de praças, ruas largas, a urbanização do cais, a presença do bonde puxado a muares, vendidas como cartões postais, indicam, ou antes, procuram mostrar ao visitante uma imagem de cidade bela e harmoniosa, onde o progresso venceu as epidemias e as pessoas entenderam o novo espírito da *urbe*.

---

[21] AFONSO SCHIMIDT. *O Passadiço* (no tempo do Protocolo). p.15.

As fotografias e postais constituirão uma memória da cidade que será transmitida aos parentes e amigos distantes, ou mesmo às famílias, num momento de passeio ou de descontração do visitante, antes de traçar sua viagem de retorno. No caso dos moradores da cidade, uma lembrança destinada a algum parente, da cidade que escolheram para viver, e que já contava com serviços e traços modernizantes. Nesta imagem, temos a Praça Barão do Rio Branco recém-urbanizada, (foto n.º 3) com a mansão da família do comendador Português Manoel Joaquim Ferreita Netto. Ao fundo, vê-se a antiga Igreja Matriz e, ao lado, a Igreja do Carmo. Essa foto é dedicada a algum amigo, como lembrança da cidade, num tempo em que as imagens antigas como esta poderiam durar pouco tempo visto que a paisagem urbana em Santos modificou-se nos anos 80 e 90 do século passado, com as obras de alargamento e calçamento de ruas, canalização de córregos e ribeirões, e com as obras de construção da amurada do Cais.



Foto n.º 3. *Autoria desconhecida, 1.ª década do século XX. Acervo da F.A.M.S.*

Conforme Le Goff[22], podemos considerar a cidade como um espaço privilegiado de construção da memória coletiva. Os monumentos que o governo republicano construiu sobre os escombros de uma cidade colonial transformaram a cidade de Santos, destruindo as marcas de um passado escravista, colonial e clerical. Assim, a imagem que temos é de uma praça arborizada, destinada ao passeio público. Ao fundo, notamos ainda a presença de resquícios do passado colonial, com a Igreja Matriz. Esta será demolida em 1906, para dar lugar à Praça da República.

---

[22] JACQUES LE GOFF. *Documento/Monumento*, Enciclopédia Einaudi, v. 1, p. 95.

Esses monumentos descrevem a história da cidade republicana, transformando-se em documentos que servem perfeitamente aos propósitos de uma elite que se auto-intitula progressista, afinal participou do processo da abolição da escravidão, abraçou a República nas primeiras horas e, inclusive cedeu seu território à causa abolicionista e republicana.

Nesse sentido, a elite santista forjou uma imagem de "progresso", situando-se entre as cidades das nações mais civilizadas. Não é à toa que o emblema da cidade, "Pátria da Caridade e da Liberdade", aplica-se à esse passado de glórias que os membros da elite da cidade gostariam de perpetuar. Noutro sentido, os monumentos e fotos-postais perpetuam as imagens da reforma urbana.

Essas imagens, ao indicar os lugares pelos quais os engenheiros intervieram, destacando plasticamente elementos da organização e da disciplina no trabalho, a limpeza e a arrumação das ruas, o tranqüilo trajeto do bonde, nos permitem discutir a visibilidade dos trabalhadores pobres na cidade.

Ainda no tocante às reformas urbanas, outro aspecto que nos chamou a atenção nas fotos do período com as quais trabalhamos, é o caráter elucidativo, e até didático, da transformação da cidade e dos hábitos urbanos, a partir das demolições e alargamento de ruas. As reformas não só ampliam os espaços de circulação e consumo, mas também proporcionam hábitos mais civilizados, como o passeio público.

Na seqüência de fotos que se segue, podemos ver na primeira (foto n.º 4) as imagens do alargamento da rua XV de Novembro, centro comercial, onde não se vê a calçada para o passeio público. Na foto seguinte, com data aproximada entre os anos de 1900, (foto n.º 5), vemos ainda, após o alargamento, a presença da calçada, com lojas enfeitadas e o trânsito disciplinado do bonde. Nesse período, década de 90, os antigos hotéis para imigrantes, ou casas de cômodos, deslocam-se para outra região da cidade, próxima ao Cemitério Municipal do Paquetá, e também para as ruas Amador Bueno, São Francisco, General Câmara, Rua do Rosário, Bittencourt, e mesmo para as encostas do morro do Fontana, antes habitado somente pelos aquilombados de Quintino de Lacerda. Nestas regiões, os alargamentos e as desapropriações se farão mais tarde, na 1.ª década deste século, conforme percebemos através das Leis Municipais que declaravam de utilidade pública tais terrenos e prédios.[23]

Ainda podemos notar, na foto n.º 5, a organização do comércio e das casas de comissários de café, na atual Rua XV de Novembro. Percebemos que o trânsito de carroças cedeu lugar aos bondes, meio de transporte de cargas e passageiros mais condizente com o aspecto de aburguesamento que a cidade vai ganhar, principalmente após a conclusão das obras do primeiro trecho do novo cais, em 1892, e da instalação do primeiro canal de drenagem, em 1907.

---

[23] Índice das Leis Municipaes de Santos. De n.º 1 a 623. (29 de setembro de 1892 a 31 de julho de 1919). São Paulo: Casa Espíndola, 1919.Leis n.º 29, 47, 71, 72, 75, 77, 79, 82, 87, 88, 93, 99, 103, 152, 182, 185, 221, 224, 226, 227, 230, 259, 266, 268, 313, 404, 408, 418, 457, 467, 474, 476, 514, 515, 545, 565.



Foto n.º 4. *Alargamento da Rua XV de Novembro* (antiga Rua Direita). Foto de autoria desconhecida, provavelmente da 1.ª década do século XX. Acervo F.A.M.S.



Foto n.º5. *Rua XV de Novembro (antiga Rua Direita), esquina com Rua de Santo Antônio* (atual Rua do Comércio).Foto de autoria desconhecida. Acervo F.A.M.S.

Desvendando os interesses médico-sanitários e sua preocupação inicial com as endemias que poderiam prejudicar a campanha imigratória, o autor nos revela as medidas de urbanização e seu caráter racial, desmerecedor das populações "nativas", uma vez que as atenções iniciais das autoridades médicas estavam concentradas no combate à febre amarela, por esta se dar principalmente em contingentes de imigrantes.

O higienismo estava consolidando-se como uma ciência social em formação e, o afluxo de imigrantes no final do século, somou-se às preocupações dos médicos para criação de medidas de policiamento e prevenção das aglomerações urbanas. Santos, nesse final do século XIX, apresentava-se como um laboratório ideal para a criação de estruturas sociais que representassem um avanço nas formas de controle e organização social. Criando-se mecanismo "científicos" de isolamento, incutindo-se novas maneiras de morar e de trabalhar, os trabalhadores pobres da cidade viram-se impelidos a buscar subterfúgios para sua sobrevivência. Nessa luta por espaços e práticas de trabalho e moradia em Santos, muitas vezes os pobres resistiram em modificar seus modos de vida. Seja através da resistência à vacinação, seja encontrando novas alternativas de moradia e trabalho, os trabalhadores pobres procuraram seguir suas vidas, tendo para si a carga e as pressões que urbanistas, vereadores, médicos e capitalistas lhes impunham, em nome da salubridade e do progresso.

Certas práticas médicas e sanitárias desse período estavam fundadas em experiências anteriores à República e vieram aprimorando-se durante todo o século XIX, através de Leis, Decretos e orientações aos municípios brasileiros.

O Regimento das Câmaras Municipais, promulgado em 1.° de outubro de 1828[26], estabelece uma estrutura de poder político que responsabiliza o poder local por diversas funções urbanas. Além disso, cabe ao poder local o fomento de serviços essenciais à vida citadina, entre esses, a conservação de caminhos, estradas, recolhimento do lixo e cuidado com os imóveis públicos. Em seu artigo 66[27], o Regimento das Câmaras de Vereadores prescreve para o município as funções de Polícia, a fiscalização dos alinhamentos de ruas e sua conservação, bem como de Cais e praças, e ainda o estabelecimento de cemitérios públicos, fora do recinto dos templos.

O Código de Posturas de 1847 é um dos primeiros instrumentos de organização das funções da cidade. A existência de regras para os usos da cidade pode nos revelar projetos distintos de

---

[26] FAMS. Transcrição do Regimento das Câmaras Municipais de 1.° de outubro de 1828. Mimeo, s/d. O Regimento das Câmaras Municipais estabelece, entre outras, a organização das eleições para a Câmara Municipal e Assembléia Provinciais, a regulamentação de Códigos de Posturas, o registro das Leis e Regulamentos Provinciais que incidirão sobre os comportamentos e hábitos dos moradores da cidade.

[27] Id. p.75. (...) Título 3.° Das Posturas Policiais:
Art. 66 - "Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à Polícia e Economia das Povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas Posturas sobre os objectos seguintes:
§ 1.o Alinhamento, limpeza, iluminação, e dezempachamento das ruas, Cáes, e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prizões públicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefício commum dos habitantes, ou para decóro, e ornamento das Povoações." O parágrafo 10

urbanidade. O que se procura é definir novas relações sociais para o convívio na cidade, substituindo-se velhos hábitos, incompatíveis com a nova urbanidade que se procura estabelecer. O novo código, entre outros, prevê a construção do cemitério público municipal (inaugurado em 1854), os cuidados com a conservação das vias, estabelece uma largura mínima de 10 palmos para a largura das ruas, proíbe a construção de casas com abrigo de palha no interior do perímetro urbano, e define os funcionários para a fiscalização das posturas. Além das posturas propriamente ditas, o código de 1847 nos dá uma visão das questões com as quais a municipalidade vai se ocupar. Entre estas, o alinhamento das ruas, a caiação das testadas das casas que será uma das prioridades, assim como a salubridade e o embelezamento da cidade. A proibição à criação de porcos no perímetro urbano, a proibição de cobertura de palha nas casas, a destinação do lixo nas águas do que era considerado praia, a cobertura de alagadiços com o lixo recolhido na cidade, propõem uma adaptação das atitudes da população aos novos preceitos urbanos.

Podemos ponderar, no entanto, que os regulamentos nem sempre são cumpridos à risca, porém, o tratamento dado a certos "problemas" urbanos nos dá uma visibilidade de como a organização da cidade estabelece uma hierarquia de funções. Concordamos com Costa[28], ao analisar o papel das Posturas e dos Regulamentos, pois devemos centrar nossa análise nos mecanismos que as efetivam ou não, e nas

---

do referido artigo incide sobre o bom estado de conservação dos produtos alimentícios vendidos em lugares públicos, como as feiras e mercados.

ações contrárias dos sujeitos que insistem em permanecer com seus modos de vida. Essas permanências significam uma constante reelaboração das estratégias de disciplinamento pela população.

Em 1839, ocorre a mudança administrativa da Vila de Santos, elevada à categoria de cidade. Ressalte-se ainda a preocupação dos Vereadores com o embelezamento do município e o estado de conservação das Fontes do Itororó e das Duas Pedras, únicas para o abastecimento de água dos moradores.

Nesse mesmo ano, o calçamento da cidade resumia-se a simples empedramento de algumas ruas e travessas centrais, sujeitas todas a inundações freqüentes por falta de sarjetas e de bueiros. Os ribeirões do Carmo, de S. Jeronymo e de S. Bento, cujas nascentes eram aproveitadas como mananciais, nas encostas dos morros, atravessavam a descoberto o centro urbano, servindo de local de despejo para imundícies de todas as espécies.

Segundo relatos de Guilherme Álvaro, apesar de as funções administrativas das Câmaras Municipais terem sido reorganizadas a partir de 1828, não se fazia a remoção do lixo. Este ficava nas praças servindo de aterro ou permanecia nas praias e nos quintais ou ainda nos leitos dos ribeirões, perturbando o curso das águas[29].

---

[28] FRANCISCA S. D. COSTA. "Quando viver ameaça a ordem urbana." p.36.
[29] GUILHERME ÁLVARO. *Op. Cit.* p. 09.

Embora tenha havido uma preocupação com a manutenção das vias públicas, incluindo-se o Cais, na área conhecida como Porto do Bispo e Praia do Consulado, o embelezamento de praças e a acomodação do entulho para aterramentos de ruas e quintais estejam presentes nas Posturas de 1847, somente em 1868 é que os serviços de captação de água e iluminação pública a gás de hulha serão motivo de discussões na Câmara de Vereadores. Esta solicita autorização da Assembléia Provincial para permitir a concessão dos serviços aos engenheiros Thomaz Cochrane e Everett Bennet, sendo o primeiro parente do vereador santista Ignacio Wallace da Gama Cochrane.

A empresa de Melhoramentos de Santos realiza um contrato de exploração desses serviços públicos. No entanto, somente são levados a efeito dois anos mais tarde, em 1871. Ela deverá ainda se encarregar da instalação de 200 lampiões de gás de hulha, ao custo de 25 réis/hora para a Câmara Municipal e particulares.

O abastecimento de água saía ao preço de 20 réis o barril de 26 litros, ficando o custeio da instalação do encanamento até a casa do morador por conta do próprio. O contrato estipula ainda a instalação de 4 novos chafarizes, localizados no Porto do Bispo, Praça dos Andradas, Largo do Carmo e Rua do Quartel, limite da cidade para o Leste, além da manutenção dos outros 6 chafarizes existentes, com capacidade de abastecer 12.000 litros por chafariz. O serviço procurará substituir o abastecimento feito pelas fontes existentes, a Fonte de Brás Cubas e a

Fonte do Itororó, local conhecido como o arrabalde "Duas Pedras", onde terminava o que seria o perímetro urbano da cidade em direção à Rua Senador Feijó.

É interessante notar a observação do sanitarista Guilherme Álvaro ao informar que no ano de 1889, dezoito anos após o início do serviço, o abastecimento de água era insatisfatório, fazendo a população enfrentar filas nas referidas fontes das "Duas Pedras".

Em meados do século, Santos já contava com cerca de 7.855 habitantes. Nessa mesma época, com a abertura do caminho para o novo cemitério, começou-se a povoar a zona circunvizinha, próxima do Caminho Novo da Barra, facilitando-se, deste modo, o desafogo da cidade velha, apertada até então entre a praia do porto e os morros de S. Bento e de S. Jeronymo, depois chamado também Monte Serrate. A cidade colonial está restrita às barreiras naturais como nos informa Guilherme Álvaro:

> *Até 1850 Santos continuava a se desenvolver sensivelmente para os lados dos "quartéis". As edificações na praia estenderam-se bem para além da rua da Palha, abrindo-se a rua Nova, depois General Câmara, transpondo o largo da Coroação, hoje Praça Mauá, o melhor daquelle tempo, em que era o "rocio" da cidade. A rua das Flores, depois Amador Bueno, que saía de S. Jeronymo, fronteiro á Santa Casa, atingia o largo chamado depois Mauá e em seguida José Bonifácio, e começava a transpô-lo em direção ao Paquetá, onde mais tarde foi feito o Cemitério. As ruas saídas da praça da Matriz buscavam as fontes do Itororó e Das Duas Pedras, aonde a cidade acabava.*[30]

Em 1889, ano da última legislatura do Império, a Câmara Municipal de Santos é dissolvida, assumindo uma comissão provisória de

---

[30] GUILHERME ÁLVARO. Ibid. p.11.

vereadores em 1890, para realizarem-se eleições em 1891. A Câmara vai ter uma estrutura de funcionamento diferente da anterior, dividindo-se entre as funções de Poder Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Para isso, são criadas duas instâncias: uma que vai ter um caráter mais administrativo, o Conselho da Intendência, e a Câmara de Vereadores propriamente dita, com o Conselho de Vereadores. Este designará o número de Comissões Permanentes da Intendência, que poderão ser ocupadas pelos próprios vereadores ou cidadãos indicados pelo Conselho da Intendência, de acordo com as necessidades do Município. Os chefes das Comissões terão o cargo de Intendentes Municipais. Convém lembrar o caráter provisório destas Comissões ou Intendências Municipais, uma vez que algumas terão duração apenas enquanto forem necessárias, como, por exemplo, a Intendência de Saúde Pública e Cemitério, que serão unificadas a partir de 1892.

As mudanças ocorridas na estrutura da Câmara Municipal e da Intendência Municipal de Santos revelaram projetos distintos de urbanidade, indicando-nos também, como afirma Costa, que

> *A gestão do poder municipal, feita por instrumentos jurídicos e as reações a eles por parte da população alvo, desnuda a cidade como espaço de experimentação de disputas políticas em torno destas tentativas de hierarquização, já que implica na tensa coexistência de diferentes sujeitos sociais.*[31]

A estrutura administrativa da Câmara Municipal no início não sofre alterações radicais, uma vez que as decisões ainda recaíam sobre os vereadores, que tinham a incumbência de eleger o presidente do

Conselho de Intendência e indicar quais Comissões fariam parte do Conselho[32].

O primeiro Conselho de Intendência instituído em Santos data de 1890, e cria as seguintes Comissões Permanentes, segundo o seu Regimento Provisório de 19/02/1890:

> *art. 1.º § 1º. Comissão de Viação Pública; § 2.º Comissão de Obras Municipais; § 3.º Comissão de Saúde Pública; §4.º Comissão do Matadouro, Mercado, Lavanderia, Iluminação e Abastecimento de Água; § 5.º Comissão de Fazendas e Contas; § 6.º Comissão de Justiça, Instrução Pública e Estatística;*[33]

Somente com a nomeação de uma Comissão Sanitária Estadual, em 1893, é que as relações entre Governo Estadual e Câmara Municipal ficarão estremecidas. Os cargos eram designados pelo presidente do Conselho da Intendência, composto por todos os vereadores, os quais escolhiam entre eles qual seria o Presidente do Conselho. Em 08/03/1890, o número de Intendentes aumenta de 7 para 9, sendo que os trabalhos internos do Conselho seriam realizados por três sessões: Secretaria, Procuradoria e Aferição. Em 25/03/1890, de acordo com a Resolução n.º 31 foi criada a Repartição de Obras Públicas Municipais, responsável pela aprovação e arquivamento de plantas de novas edificações e reformas.

---

[31] FRANCISCA S. D. COSTA. (b) *Quando viver ameaça a Ordem Urbana: Trabalhadores Urbanos em Manaus (1890-1915)*. p. 75.

[32] O Decreto Estadual n º 13, de 15/01/1890 dissolve as Câmaras Municipais existentes até então, criando os Conselhos de Intendências Municipais. De acordo com este Decreto, o Conselho poderá nomear comissões de cidadãos para as Intendências, ou cargos da administração municipal. Apud: IEDA P. BERNARDES. *A estrutura administrativa da Câmara e da Intendência Municipal de Santos* (1890-1900), p.07.

[33] Idem.

A Junta Municipal de Higiene, por sua vez, foi criada em 01 de março de 1890, de acordo com Resolução n º 13 do Conselho. Embora tenha sido criada num período bastante turbulento para Santos, a Junta não tinha poderes para intervir sem precisar da autorização do Conselho, pois tinha caráter consultivo. Apesar de não ter autonomia perante os intendentes, diga-se vereadores, a Junta elencava uma série de atribuições, como a organização do Serviço Sanitário Municipal, construção de um Hospital de Isolamento, condenação dos cortiços e substituição deles por habitações salubres, construção da Hospedaria dos Imigrantes, limpeza das praias e da cidade. [34]

Em seguida, a Lei Estadual n º 16, de 13/11/1891 define a separação de poderes entre a Câmara Municipal e o Conselho de Intendência, cabendo à esse o Poder Executivo, e ao primeiro o Poder Legislativo.[35]

A criação da Junta Municipal vai dar alento ao combate às epidemias que fizeram um total de 1.712 óbitos no ano de 1.889, sendo 750 de febre amarela. Os relatos de jornais[36] indicam que esse foi um ano

---

[34] Ibid.. p.07.

[35] Ibid. p. 32. Uma lei posterior (Dec. est. n º 86, de 29/07/1892) determina que a Câmara Municipal em Santos será composta de 12 vereadores, determinando também as funções do Intendente. Em seus artigos 6.°, 18.° e § Único, prescrevem as funções e forma de organização do Conselho: art. 6.°- O Poder Legislativo Municipal será exercido por uma Câmara, composta de 12 vereadores em Santos; art. 18.° - A execução das Leis, Posturas, Provimentos e outras compete ao Intendente, que dentre os vereadores, for anualmente eleito para esse fim pelas mesmas Câmaras, o qual poderá ser reeleito; § Único - Nos municípios onde convier que a execução seja distribuída por seções, poderão as Câmaras criar os Lugares de mais de um Intendente, decretando quais os serviços a cargo de cada um deles;

[36] *D.O Urgente* "Os primeiros cinco anos da República em Santos" In: Tudo da Cidade. Diário Oficial do Município de Santos. Janeiro, 1.993.

em que o município praticamente tomou para si a tarefa de combater as doenças, tratar dos enfermos, vacinar os febrentos e providenciar enfermarias. As crônicas políticas anunciam que a Câmara Municipal de Vereadores, naquele ano, recusou oferta de ajuda do governo da Província, por considerá-la ínfima; o jornal "A Província de São Paulo" subscreveu uma seção para angariar fundos para as vítimas das epidemias.

TABELA 2: CAUSAS E NÚMERO DE ÓBITOS EM SANTOS (1889-1914)

anos	febre Amarela	Varíola	Tuberc.-lose	Tifo	Recém-nascido	Malária	Outros	Total de Óbitos
1889	750	11	68		11	107	37	1.712
1890	35	03	70	21	33	41	21	396
1891	977	24	102	34	51	81	53	2.473
1892	1742	823	130	19	57	66	21	4173
1893	1642	59	35	33	57	78	52	3.561
1894	172	39	173	25	30	104	39	1.440
1895	1085	06	148	9	13	141	34	2.574
1896	435	11	161	8	62	143	28	1.780
1897	37	06	154	18	33	110	85	1.331
1898	362	07	176	17	38	128	25	1.625
1899	02	03	172	30	26	121	34	1.376
1900	260	01	165	22	25	119	25	1.369
1901	02	31	173	8	10	18	34	1.312
1902	03	04	163	21	35	74	52	1.371
1903	06	01	180	16	35	91	80	1.490
1904	02	77	185	10	35	60	50	1.507
1905		06	173	6	10	40	47	1.391
1906			70	6	26	33	52	404

anos	Febre amarela	Varíola	Tubercu lose	Tifo	Recém-nascido	Malária	Outros	Total de òbitos
1907	-	03	97	9	12	42	93	609
1908	-	00	15	9	28	41	72	636
909		01	94	0	26	20	90	544
1910			17	8	20	16	08	469
1911		01	12	0	25	15	40	514
1912			87	5	32		59	639
1913		02	88	6	35	14	93	637
1914		01	73	1	25		65	603

Fonte: Gitahy, M.L.C. *Ventos do Mar.*[37]

Como vimos, a questão da salubridade vai ganhado espaço no município, por conta da incidência de epidemias que continuam a atingir a cidade, com números cada vez mais altos. Segundo levantamento realizado por Guilherme Álvaro, os índices só tendiam a aumentar, dado que as obras de saneamento ainda estavam por vir.

A Lei n º 02, de 29/09/1892, amplia as Intendências Municipais com a criação das intendências da Fazenda e Obras Municipais. Em 1894, o Conselho de Intendência Municipal destituiu a Junta Municipal de Higiene, tendo assumido as suas antigas funções a Secretaria da Intendência. O Conselho de Intendência, até 1896, passa a ser composto de três secretarias ou Comissões Permanentes: Secretaria da Intendência Municipal; Secretaria da Fazenda e Seção de Obras.

[37] MARIA L.C. GITAHY. *Ventos do Mar...*, p.35.

órgãos estaduais de saúde, associados aos empreendimentos que se realizavam nas obras do cais, constantemente tinham em seu caminho os interesses locais, contrários às realizações de mudanças estruturais na cidade, que implicariam em novas formas de gestão em Santos. A comissão sanitária estadual, com poderes de intervenção do governo estadual e ampla cobertura do governo da República, trará mudanças significativas no trato das questões da cidade, como, por exemplo, as intervenções no mercado de especulação imobiliária. Este último, nessa época, tinha nos imigrantes sua maior fonte de lucros, uma vez que era impossível, na década de 1890, escapar ao tipo de moradia que os médicos consideravam nefastas à saúde pública: os cortiços.

Marisa Romero,[38] em seu estudo sobre a presença dos médicos na inculcação do horror às epidemias nas cidades, reflete como a medicina contribuiu para o debate sobre o futuro do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Os médicos, através de sua atuação na erradicação das doenças epidêmicas por meio de pesquisas, produção de vacinas, campanhas educativas, empenhavam-se nas mudanças de comportamentos, incentivavam uma nova visão de mundo mais adequada ao rumo que, necessariamente, o país deveria tomar, ampliavam a definição de saúde e estendiam a sua prática a todos os âmbitos da vida cotidiana.

---

[37] MARIA L.C. GITAHY. *Ventos do Mar...*, p.35.
[38] MARISA ROMERO. *Do bom cidadão: as normas médicas em São Paulo* (1889-1930).

Consideravam-se assim, não só médicos, mas cientistas sociais. Com esse espírito, tomaram parte nos debates em torno da construção de uma identidade nacional, que incluía a incorporação do recém-liberto escravo negro à sociedade brasileira, do imigrante que chegava para ocupar o mercado de trabalho livre e da mestiçagem compondo grande parte da população.

Em Santos, a questão da salubridade e higienização em diversos momentos ganhou contornos de calamidade pública, principalmente nos anos de 1891 à 1893, quando o aumento da imigração, a oferta de empregos nas obras do Cais e de saneamento da cidade atraíram levas de trabalhadores, acomodados nas improvisadas estalagens e pensões, muitas vezes servindo de moradia à noite e de estabelecimento comercial ou cocheira durante o dia.

Encontramos várias denúncias dessa situação de verdadeiro amontoamento de pessoas nos cubículos que serviam de moradia para a maioria dos imigrantes recém-chegados à cidade. Entre estas, o relato do Intendente Municipal de Higiene, Isidoro Dias Campos, em 1893.

> *Encontrei buracos feitos na parede - a guisa de carneiras - onde se enclausurava a noute um infeliz mortal sem ar nem luz, pagando 2$000 de aluguel. Num dos lugares mais publicos d'esta cidade - a praça da República, tive necessidade, depois de 3 intimações, de mandar demolir uns taboleiros que José Leopardo tinha a título de dormitórios, que pelas condições de hygiene, não poderiam continuar a existir ...*[39]

[39] *Relat. Apr. à C.M.S., em sessão de 03 de agosto de 1893, pelo Intendente Municipal de Hygiene, Dr. Isidoro José Ribeiro Campos*, p.7.

Notamos a presença do poder público municipal e o esforço do Intendente Municipal de Higiene em dar conta das novas posturas, que inferiam sobre o grande número de cortiços existentes na cidade, em torno de 771, sendo 478 considerados em péssimo estado. Da mesma forma, a mentalidade higienista do controle dos corpos e dos ambientes ainda encontrava resistências, inclusive de proprietários de estabelecimentos comerciais que faziam da especulação em torno da moradia uma forma a mais de ganho. Destarte, a cidade encontrava-se fervilhada de imigrantes que chegavam e não encontravam, de pronto, vagas nas hospedarias e hotéis. Além disso, o afluxo de imigrantes no final do século era muito superior às demandas da agricultura no interior do estado[40], fazendo com que os imigrantes enfrentassem adversidades, como a falta da moradia e os baixos salários pagos, por conta da concorrência da oferta de braços disponíveis.

Na medida em que o estado de salubridade da cidade inviabilizava a continuidade da campanha imigratória, atingindo interesses de cafeicultores, armadores, Companhias de Importação e Exportação de Café, o governo estadual, em 1892, resolve nomear duas comissões para o saneamento da cidade e para o combate às epidemias que ameaçavam o Planalto. Estas comissões foram comandadas pelo engenheiro norte-americano Estevan Fuertes e pelo médico Tolentino Filgueiras, nomeados pelo então Secretário dos Negócios do Interior, Vicente de Carvalho. Este

[40] MARIA I. M. B. PINTO. *Cotidiano e sobrevivência,* p. 43.

propõe a construção de obras de esgotos na capital e cidades do interior, além do farto abastecimento de água potável.[41]

Porém, as críticas dos vereadores acentuavam-se, na medida em que ficavam claros o sentido de intervenção da Comissão Sanitária Estadual, aliada ao sentimento de que a cidade estaria abandonada à própria sorte, não fossem os interesses dos cafeicultores.

O relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Vicente de Carvalho, é ilustrativo desse período:

> *A febre amarela transpoz a barreira da Serra do Mar, que parecia oppôs-se-lhe; e revelou-se domiciliada, senhora do terreno, no Opulento Oeste do estado.*
> *O problema sanitário apresenta-se, pois, sob uma nova face. Já não basta impedir que o mal penetre: é preciso estirpal-o ...*
> *O fóco principal de nosso território, fóco constituído, de onde irradia hoje para o interior a febre amarela, é, sem contestação, a cidade de Santos.*
> *Cumpre, por outro lado, tornar effectivo a auctoridade dos organs da hygiene publica, dando-lhes a faculdade de agir por si, sem a dependencia apertada em que se acham para com o poder municipal. O Estado não pode deixar de intervir directamente contra a fabricação e venda de generos alimenticios deteriorados e fabricados,* ***na remoção, dos povoados, de estabulos e fabricas nocivas a saude publica****, no sistema de construções dentro do perimetro das cidades e vilas, o qual deve obedecer ás prescrições hygienicas; no asseio dos predios habitados, e demolição dos inhabitáveis por contrarias a hygiene; no isolamento de contagiados.*
> *A lei deve habilitar os organs da hygiene a proceder nesse sentido.* [42]

Guilherme Álvaro, da comissão sanitária estadual encarregada de debelar os focos de epidemias no estado, foi mandado para Santos em 1899, sendo chefe da mesma em 1905. Escreveu um longo tratado, no qual defende os trabalhos da Comissão, indicando em

---

[41] GUILHERME ÁLVARO, Op. cit. p.123.
[42] IHGSP - Hemeroteca "Júlio de Mesquita". Relat. Apr. ao Sr. Dr. Vice-Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário dos Negócios do Interior, Dr. Vicente de Carvalho, em 07/04/1892, p.VII.

muitas passagens os percalços e as resistências da população às medidas adotadas por esta comissão. Referência obrigatória em vários trabalhos de historiadores, nem sempre levou os créditos das pesquisas que realizou. Sua obra foi publicada na *Revista Médica de São Paulo*, entre os anos de 1905- 1907 e, posteriormente, alguns dos principais artigos que ele escreveu sobre sua atuação em Santos, à frente da Comissão Sanitária, foram reunidos sob o título *"A Campanha Sanitária de Santos: suas causas e seus effeitos"*[43]. Durante a pesquisa, valemo-nos de muitas das informações contidas em seu relatório.

Essas fontes nos permitiram visualizar os trabalhadores pobres na cidade, por um viés que destacava as ações do médico e sua equipe, numa espécie de epopéia do sanitarismo em Santos. Nessa perspectiva, os hábitos e as práticas dos pobres foram revistas, destacando seus aspectos que poderiam caracterizar atitudes de promiscuidade e imoralidade, socialmente reprováveis. Além disso, aspectos do cotidiano nos foram revelados: mesmo descritos pelo médico de uma perspectiva moralista, contrária ao progresso e às medidas profiláticas, os hábitos e as práticas dos trabalhadores pobres surgem na narrativa. Pugnamos buscar nessa narrativa localizar os conflitos e as tensões dos moradores pobres em Santos em busca de espaços e territórios para a sua sobrevivência.

---

[43] GUILHERME ÁLVARO, Op. Cit.

Os trabalhadores pobres da cidade tiveram presença marcante na conformação dos territórios e limites daquilo que se pode convencionar chamar de urbanidade. Ao mesmo tempo em que estes moradores foram aos poucos excluídos do convívio na cidade, articularam uma rede de ocupações e reocupações territoriais que marcavam a cidade, dando-lhe forma e identidade. Assim, nas moradias coletivas, cortiços, hospedarias e estalagens em torno da região das ruas Amador Bueno, Rosário, General Câmara, Praça Mauá, São Francisco, Brás Cubas, Bittencourt, esta população realizava pequenas vendas e organizava pequenos serviços. Desse modo, recuperavam a dimensão própria de "território livre".

No mesmo sentido, os jornais, ao localizarem as práticas e territórios populares de lazer, como tavernas, casas de pensão, hospedarias, como pertencentes ao mundo dos marginais, identificam seus usuários como tal e assim nos trazem à tona a cidade percorrida pelos moradores pobres, recriando identidades e traços comuns, forjando uma cultura urbana.

As descrições das *Seções Policiais*, *Occurrências*, *Editais*, dos jornais *A Tribuna* e *Diário de Santos*, dão visibilidade à população pobre, possibilitando-nos redescobri-la em suas formas mais fragmentadas. Quase como sombras, esses vultos chegam até nós e nos dão indícios de sua presença na conformação da cultura urbana em Santos.

II – A moradia da população pobre: tensões na nova organização da cidade

Uma parte considerável da nossa propriedade urbana é constituída por esses casebres immundos, sem ar, sem luz, sem espaço, acaçapados, verdadeiros antros de seres humanos...
... esses infelizes, que não podem morar em casas melhores, porque os aluguéis aqui são...fabulosos e ainda que podessem, não há casas para alugar.
Tudo se transforma em armazéns, do mesmo modo que mais tarde esses armazéns hão de transformar-se em casas de moradia.[1]

[1] *Diário de Santos*, Editorial "Os cortiços", 20/03/1893.

A imagem que a nota do jornal nos traz é de uma cidade povoada por casebres, em que prevalece um padrão de moradia precária. O edital do *Diário de Santos* situa a problemática da moradia da população pobre, vivendo em condições ínfimas de conforto, e aponta alguns dos problemas relacionados à especulação imobiliária, condições de salubridade e epidemias que atingiam principalmente esta população.

Característica comum da moradia da população pobre na cidade de Santos no final do século, a moradia em casebres, cortiços, estalagens, cocheiras, nos indicam a situação de pobreza em que viviam os trabalhadores urbanos, num momento em que a cidade vai se transformando para receber infra-estrutura urbana e portuária condizente com as políticas de incentivo à imigração e ao aumento da produção do café. Somadas ao processo que culminou com a abolição da escravidão em Santos, em 1886, atraindo levas de grupos de negros escravizados que para cá vinham em busca da tão almejada liberdade, o número de habitantes da cidade aumentou consideravelmente nessas últimas décadas.

A questão do que era a moradia destinada aos trabalhadores, nacionais e imigrantes é complexa. De início, acreditávamos que o cortiço era a forma mais comum de habitação das classes trabalhadoras. Porém, à medida em que nossa pesquisa ia

avançando, pensamos nas diversas maneiras com as quais os proprietários procuravam descaracterizar a figura eminente do cortiço para fugir à repressão das autoridades médico-sanitárias. Desse modo nos propusemos a entender o que era considerado "moradia coletiva", "pardieiro", "pocilga", "cortiço". Encontramos várias definições ao longo dos anos e pudemos perceber que a tolerância à denominação segue o mesmo rumo tomado quanto às políticas de saúde pública.

Com o propósito de buscar as experiências e as vivência da moradia dos trabalhadores pobres da cidade de Santos, desconsiderados pelas autoridades sanitárias enquanto padrões ideais de higiene e moralidade, buscamos, no entrecruzamento de diversas fontes, indícios da presença desses sujeitos na cidade. Muitas vezes esses personagens aparecem desqualificados pelos poderes locais que procuram interferir no processo de urbanização da cidade. Em outros momentos, servem como pretexto para denunciar o abuso e o arbítrio com que os membros da comissão sanitária, nomeada pelo governo estadual estão agindo, servindo como um perfeito álibi aos proprietários de hospedarias e cortiços, que mantêm suas influências com os vereadores. No meio dessa guerra de instâncias de poderes, os trabalhadores, imigrantes e nacionais, têm seu direito à moradia constantemente violado e, em certa medida, usurpado seu direito à cidade.

A leitura do material existente no *Arquivo Histórico Municipal de Santos*, no "Fundo Câmara e Intendência", durante a década de 1890, mais a leitura da "Coleção Costa e Silva Sobrinho: Material sobre a História de Santos", e análise, por amostragem, de alguns processos da 1.ª Vara Cível do Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos, percebemos segmentos da cidade constituindo-se enquanto personagens da trama urbana. São documentos que descrevem os processos administrativos que estavam constituindo-se em normas para a cidade que se pretendia edificar.

Esses documentos nos trouxeram elementos para identificar que as posturas adotadas pela Câmara de Vereadores e pelo Conselho da Intendência estavam há muito se aprimorando. Um de seus temas recorrentes é a questão da salubridade e do embelezamento da cidade, além da preocupação constante com a fiscalização das posturas municipais. A instalação dos serviços de água e esgotos e, posteriormente, da iluminação a gás, na cidade de Santos, aprofundam a disputa pela ocupação dos espaços da cidade.

A leitura dos processos existente no Fórum nos trouxeram à tona uma cidade que estava consolidando-se como uma cidade moderna e burguesa e, por isso, certas práticas comuns à população, até então levemente toleradas, passam a ser coibidas, aplicando-se as mais variadas formas, às vezes violentas, para adequar a população aos novos preceitos.

O aumento desmesurado da população santista no final do século deu lugar à especulação desenfreada dos proprietários de estalagens, pensões, cocheiras, ou qualquer tipo de habitação que oferecesse cômodos para a população imigrante. Em razão disso, as necessidades cotidianas de uma cidade, como abastecimento, oferta de moradias, empregos, serviços, tornavam-se objeto de críticas e debates públicos. A cidade passou por situações de calamidade pública durante os períodos de grandes epidemias, nos anos de 1889, 1891, 1892, 1893 e 1895.

Segundo dados fornecidos pelo Censo de 1913, em 1872 a cidade possuía cerca de 9.167 habitantes; este número sobe para cerca de 50.000 em 1900, e aumenta quase dez vezes mais, comparativamente ao ano de 1872, para cerca de 88.967 habitantes, em 1913, ano do recenseamento.

O número de habitações não atendia à demanda de trabalhadores no porto, sendo altas as taxas de densidade da população em relação ao número de habitações disponíveis. A densidade da população, em 1872 é de 6,5 pessoas por habitação e este número chega a 10,19 habitantes por moradia em 1913, conforme tabela:

TABELA N.º 03 – N.º DE PRÉDIOS E DENSIDADE DA MORADIA EM SANTOS

natureza dos prédios	1.872	1.913	stavam desabitados	
e 1 pavimento	1.160	8.134	ano de 1872	ano de 1913
e 2 pavimentos	229	520	239	11
e 3 pavimentos	18	47		
asebres		1.697		
oma	1.407	10.578	239	11

Fonte: *Recenseamento do Município de Santos em 1913.*

A moradia da população pobre, geralmente se dava em prédios de 1 pavimento, quando se tratava de "casinhas", ou "quartinhos de madeira", geralmente no quintal de alguma estalagem, ou mesmo nos fundos de casas de famílias pobres. A habitação de 2 pavimentos poderia ser caracterizada pelos estabelecimentos comerciais que funcionariam no primeiro pavimento, e o segundo seria destinado à moradia de famílias ou mesmo aos empregados. Assim é que temos notícia de que Benjamin Fontana queria a legalização de uns quartinhos de madeira no sótão de seu estabelecimento, ao lado da Igreja do Rosário.[2]

Outro dado importante é a presença de um tipo de moradia pobre que não constava no ano de 1872: os casebres. O aparecimento desse tipo de habitação coincide com as medidas mais enérgicas tomadas pelas comissões sanitárias e pelo recrudescimento do Código Sanitário de 1894, no tocante à fiscalização e normatização dos

[2] Fundo Câmara - Intendência. 1890. Caixa n.º 02. Of. do delegado de Higiene, dr. Raymundo Sóter de Araújo, ao Presidente do Conselho da Intendência da cidade de Santos, remetido ao Dr. Engenheiro, para atendimento às modificações recomendadas pelo dr. Intendente de Hygiene.

aspectos que seriam permitidos às habitações coletivas. O código Sanitário tem uma preocupação especial pela existência de cortiços na cidade, recomendando que não sejam permitidas construções novas, e as já existentes devem ser demolidas, construindo-se "Vilas Operárias" em seu lugar.[3]

Essas medidas de prevenção poderiam ter colocado a questão das habitações coletivas em cheque. A alternativa dos casebres, longe do perímetro urbano da cidade, nas encostas dos morros e no Jabaquara pode ter sido uma das possibilidades de moradia dos trabalhadores urbanos, no início do século XX.

Longe de se tornar um modelo de moradia, a solução dos casebres já deixa vislumbrar que a característica da moradia dos trabalhadores pobres mudou de padrão, uma vez que sua distribuição espacial interna pressupõe a existência de espaços mínimos de privacidade, o que poderia relaxar a vigilância das autoridades médicas. Mesmo assim, o padrão de moradia continua muito aquém dos pressupostos pelos médicos e engenheiros sanitários, distantes do modelo das Vilas Operárias.

Os relatórios dos inspetores sanitários podem nos indicar que a situação da moradia coletiva era ainda mais grave. Em 1893, o inspetor de higiene, Isidoro Dias Campos nos dá notícia de que existiriam

---

[3] *Código das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1894*. São Paulo: Typogrphia do Diário Popular, 1918, Tomo IV.

na cidade em torno de 771 cortiços, sendo 478 considerados em péssimo estado de salubridade, indicando seus respectivos endereços e proprietários. Entre os proprietários constam comerciantes influentes na cidade, como o alemão Fücher, a *Companhia de Cortume Vila Nova*, a Companhia Industrial e o *Banco de Santos*.

> *Encontrei buracos feitos na parede_ onde se enclausurava a noute um infeliz mortal sem ar nem luz, pagando 2$000 de aluguel. Num dos lugares mais publicos d'esta cidade _ a praça da República, tive necessidade, depois de 3 intimaçõe, de mandar demolir uns taboleiros que José Leopardo tinha, a título de dormitórios, que pelas condições de hygiene, não poderião continuar a existir.*
> *... os celebres Restaurant Jardineira e Hotel Toscano na praça Andrada, cujos proprietarios intimados 10 vezes cada um, persistiram na immundicie, fazendo dos acanhados forros de suas casas, baixa, sem ar, habitação para sessenta pessoas.*[4]

Essa população que se amontoava em qualquer cubículo tornava-se o centro das atenções dos jornais, em particular do *Diário de Santos*, e constitui nosso ponto de partida para discutir as tensões do viver urbano, em Santos e apontar dimensões da pobreza e do trabalho, no momento em que está constituindo-se uma idéia de modernidade e progresso, pautadas pela ação médico-sanitária,.

Essas tensões em torno das práticas populares por territórios na cidade, os hábitos de moradia e de trabalho da população pobre, incidiram na formação de uma cultura de trabalhadores urbanos, tornando-se visíveis através das notas de jornais, em que esses hábitos e modos de viver foram constantemente policiados.

---

[4] *Relatório apresentado à Câmara Municipal da Cidade de Santos (estado de São Paulo) em sessão de 03 de agosto de 1893 pelo Intendente de Hygiene Dr. Isidoro José Ribeiro Campos.* São Paulo: Typ. Da Cia. Industrial de São Paulo, 1893.

O mesmo jornal denuncia que o número de cortiços na cidade pode ser bem maior do que o divulgado pelo intendente. Em edital, o jornal publica a existência de 794 cortiços, dentro do perímetro urbano da cidade, e critica a ausência de alternativas ao problema da moradia dos trabalhadores pobres:

> *É preciso ver, examinar de perto o que são essas furnas, para se fazer uma idéia da existência que passam alli, numa promiscuidade repugnante, homens, mulheres e creanças, que a falta de hygiene, a sordidez e o ar viciado dos cubículos em que moram, tornam doentes e, portanto, aptos para contrahir os germes das moléstias infecto-contagiosas.*
>
> *Por outro lado, a municipalidade ainda não quis tratar definitivamente da creação de familistérios ou Villas Operárias, de modo a proporcionar ao elemento activo e laborioso, que entre nós é grande, habitações modestas, mas decentes e, sobretudo, hygiênicas. Houve em tempo uma proposta sobre a construção de casas operárias, de diversos tipos, chegou-se a fazer contracto entre o proponente e a Câmara, mas... ficou nisso.*[5]

O *Diário* ainda destaca a omissão da Câmara, apesar dos pedidos de demolição dos cortiços existirem desde a legislatura de 1889, quando foram contados cerca de 100 cortiços em péssimas condições, que ainda permanecem de pé.

De outra parte, os intendentes de Higiene também relatavam as dificuldade em se manter um mínimo de condições de salubridade e o enorme esforço para combater a proliferação de tais moradias. Os relatórios do Inspetor Campos são bastante ilustrativos dessa tentativa de explicar-se perante à opinião pública que se formava em torno da idéia da presença dos cortiços na cidade. Assim, descreve as visitas sanitárias:

> *Iniciei as visitas domiciliares, a inpecção de cortiços e cocheiras, foi feita com cuidado e zelo pelos meus auxiliares, prohibi a morada em certas casas que julguei inabitáveis e mandei proceder a demolição de muitas cocheiras e cortiços.*
>
> *...E como esses muitos outros que fiz intimar e demolir nas ruas do Rosário, General Câmara, Xavier da Silveira, Braz Cubas, Senador Feijó, Sete de Setembro, Bittencourt, 24 de Maio e muitas outras que seria longo ennumerar.* [6]

Como podemos perceber, a questão da salubridade da cidade e a existência de cortiços, ou moradias coletivas ganhava dimensão, principalmente nos momentos em que as epidemias atingiam grande parte da população da cidade. A ausência de esgotos e de água encanada para todos também faz parte das preocupações do Intendente de Higiene.

Porém, o que mais nos chamou a atenção neste relatório foi a relação dos cortiços existentes na cidade, cadastrados pela Intendência Municipal de Higiene, e a indicação de seus proprietários. Constam como donos de cortiços, desde pequenos comerciantes, empresas como a *Companhia do Curtume Vila Nova*, *Companhia Industrial*, o Barão de Paranapiacaba, e até um banco, o *Banco de Santos*.

Essas denúncias nos levaram a outras questões, apontadas por Maria Inez Pinto,[7] sobre a formação de um mercado de abastecimento informal em algumas cidades paulistas no final do século passado e a articulação com as constantes levas de imigrantes. Elas

---

[6] *Relat. apresentado à Câmara Municipal da Cidade de Santos (estado de São Paulo) em sessão de 03 de agosto de 1893 pelo Intendente de Hygiene Dr. Isidoro José Ribeiro Campos.*

poderiam nos ajudar a construir hipóteses sobre a existência de um mercado imobiliário que sobrevivia às custas da numerosa população que desembarcava na cidade, e que não possuía ainda uma fixação em Santos, portanto prováveis moradores das estalagens e hospedarias nas quais referia-se o inspetor sanitário no relatório descrito.

A presença de empresas que faziam parte do setor financeiro e da construção pode nos indicar que a atuação nesse mercado imobiliário de pequeno porte ainda era uma alternativa de investimento, o que só deixou de sê-lo com a instalação de companhias para a construção imobiliária e da construção dos canais de drenagem propostos na planta de Saturnino de Brito. Nesse sentido, o empresário Roberto Simonsem instala em Santos, em 1890, a *Companhia de Melhoramentos da Cidade de Santos*, com o objetivo de sair na frente na construção de empreendimentos hoteleiros. Assim, em 1898 é inaugurado o Hotel Internacional, na praia do José Menino.

Mas a cidade convivia com uma aparente desorganização e descumprimento das medidas preventivas. Assim, o jornal *Diário de Santos* é uma fonte de denúncias de infração de posturas. Aliado do governo republicano estadual, esse periódico nos traz uma série de informações sobre a cidade. Ainda que a intervenção da comissão sanitária do Estado só venha a ser sentida três anos mais tarde, os

---

[7] MARIA INEZ MACHADO BORGES PINTO. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo* (1890-1914), 1994.

relatórios de Guilherme Álvaro apontam momentos de crise entre os poderes locais, aí incluindo-se tanto governo quanto comerciantes, proprietários de casas e imóveis que seriam desapropriados para dar lugar às obras do Cais e do saneamento da cidade.

As disputas por espaço e territórios na cidade de Santos ganham visibilidade nos periódicos, ao recusarem ou adaptarem-se aos projetos de modernidade existentes.

Enquanto as epidemias ameaçavam os interesses dos negócios locais, os membros da elite de Santos propunham medidas para combatê-las, como vimos durante o ano de 1872, quando a ACS mantêm uma enfermaria sob seus cuidados.

Estas medidas, no entanto, de maneira alguma poderiam implicar na perda do poder da administração da cidade. Quando a intervenção da comissão e do governo estadual, em nome da manutenção do projeto de imigração, dá poderes absolutos à comissão sanitária, inclusive o de desapropriar em nome da salubridade pública, os vereadores passam a rebater a atuação das comissões — tanto da Comissão Sanitária quanto da Comissão de Saneamento.

Desde que assumiu a chefia dos trabalhos da comissão de Saneamento, em 1905, o engenheiro Saturnino de Brito, considerou como medida urgente e imediata para a erradicação das epidemias, a construção de canais de drenagem e a elaboração de uma nova planta de arruamentos para a cidade de Santos, além da campanha de

erradicação e desinfecção dos cortiços levada a cabo pela comissão Sanitária.

Por conta disso, o engenheiro Saturnino de Brito encontrou talvez até maior oposição na Câmara de Vereadores do que seu colega chefe da Comissão Sanitária, o médico Guilherme Álvaro. Enfrentando forte oposição dos proprietários de imóveis da cidade, o engenheiro teve que refazer diversas vezes a proposta de alargamento de ruas, construção de canais e praças.

Os debates entre as comissões nomeadas pelo governo estadual e a Câmara de Vereadores tomam os jornais como interlocutores de suas posições. A Associação Comercial também influenciava nos rumos tomados pela Câmara. Assim, a *ACS* manifesta-se contrária à intervenção do governo estadual na condução das obras do Cais, quando a concessão das obras passa para as mãos de Cândido Gaffrée e Guilherme Guinle.

Temos notícia da existência de muitos periódicos em Santos no final do século passado. Os de maior circulação eram o *Diário de Santos*, (1872-1912) e *A Tribuna*. Tendo iniciado suas atividades em 1894, este periódico é o único que permanece até hoje em circulação. O *Diário de Santos* teve como primeiro diretor-proprietário José Emilio Ribeiro Campos. Este jornal anunciava-se propriedade de uma Sociedade Comercial, e teve como diretores seguintes Alexandre Martins

(1880-1881), João José Teixeira (1881-1900), Nogueira de Carvalho (1900-1911), e por fim, Nestor Rangel Pestana e José Maria dos Santos. Os jornais neste período apresentavam já no primeiro número a sua posição política, endossando certos grupos locais ou mesmo partidos estaduais.[8]

Embora os jornais possam diferenciar-se na defesa dos partidos Municipal ou Republicano, no que tange aos moradores pobres da cidade têm uma posição muito próxima dos médicos e higienistas. As diferenças se dão na responsabilização dos poderes públicos, municipal ou estadual, em relação às epidemias, ou mesmo na defesa das iniciativas do governo estadual, acusando os interesses locais de agirem em benefício próprio enquanto o Estado fica à mercê das epidemias.

O *Diário de Santos* será um importante interlocutor para nossa pesquisa, na medida em que ele questiona a ação do poder público municipal levados ao extremo no combate às epidemias. Os editais quase sempre realçam o caráter das resistências locais, particularmente da Câmara de Vereadores e o Conselho de Intendência que, agindo em nome desta pretensa autonomia, encobriam interesses mesquinhos de pequenos comerciantes que realizavam negócios com as sublocações e assim atrasavam e mesmo impediam o processo de urbanização e reforma sanitária que as comissões estaduais de

---

[8] MARIA LÚCIA C. GITAHY, *Ventos do Mar*: trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos (1889-1914), 1992.

Saneamento e Sanitária pretendiam realizar, crucial para o desenvolvimento e modernização da cidade.

Nas seções editoriais, Occurrências, Parte Policial, Ineditaes, dos jornais, quase sempre encontramos a posição dos articulistas, no que diz respeito à necessidade da adaptação e da modernização da cidade, tomadas como uma necessidade presente. As queixas e reclamações em torno dos serviços urbanos que se instalam na cidade são constantes.

Entretanto, quando referiam-se aos objetivos da campanha contra as epidemias, esses articulistas, também vereadores e intendentes municipais, principalmente o intendente municipal de higiene, Isidoro Ribeiro Campos, que constantemente respondia aos ataques do *Diário* nas próprias colunas do jornal.

Nos periódicos locais também encontramos críticas à comissão Sanitária e de Saneamento. Alberto Souza, vereador do Partido Republicano Municipal e jornalista de *A Tribuna* era um dos porta-vozes do grupo de vereadores que realçavam o caráter oportunista e intervencionista do governo republicano estadual. Segundo ele, a cidade de Santos só recebeu a atenção do governo republicano quando as epidemias ameaçaram atingir a capital e avançar pelo interior, onde prejudicariam a política agrícola da República.

O jornalista e vereador Alberto Souza se tornou um dos nomes importantes na oposição à atitude intervencionista das comissões

estaduais. Escreveu vários artigos como colaborador dos jornais locais, especialmente *A Tribuna*, contrários ao projeto urbanístico de Saturnino de Brito, que foram publicados posteriormente em forma de síntese com o título "*A Cidade de Santos perante a comissão de saneamento: polêmica com o dr. Saturnino de Brito*".[9] A principal polêmica refere-se à planta para a cidade proposta pelo engenheiro, estabelecendo novo arruamento e planejando a expansão para a Barra e para os bairros.

Saturnino propõe completa reformulação da planta da cidade de Santos. Baseando-se nos relatórios dos planos de arruamento e obras de esgotos anteriores, elaborados em 1892 pelo engenheiro Estevan Fuertes — contratado pela municipalidade de Santos —, e nos trabalhos da Comissão de Saneamento, organizados em 1903 cuja direção foi encarregada ao eng. José Pereira Rebouças.

No entanto, haviam contradições e resistências sobre as atitudes preventivas que deveriam ser tomadas. A comissão sanitária estadual, conforme os relatos de Guilherme Álvaro, encontrou inúmeras resistências para a efetivação dessas medidas.

Temos notícia de que a partir de 1893 a atuação da comissão de desinfecções, nomeada pelo governo estadual de Cesário Mota, intensificou seus trabalhos, sobretudo nas moradias coletivas, ou

---

[9] ALBERTO SOUSA. *A municipalidade de Santos perante a Commissão de Saneamento*: polêmica com o Dr. Saturnino de Brito, 1919.

cortiços. Assim é que o *Diário de Santos* nos traz notícias de demolição de cortiços, cocheiras e estalagens na cidade.

Os relatos de Guilherme Álvaro sobre as condições de moradia e de urbanização na cidade de Santos podem nos revelar tensões em torno das medidas preventivas propostas pela comissão. A postura do sanitarista ao descrever a campanha pela vacinação da população revela uma visão de mundo calcada na cientificidade, preconceituosa, destituindo os sujeitos descritos de qualificações, realçando os aspectos de ignorância, falta de asseio e práticas consideradas viciosas. No entanto, nesses relatos escapam-nos posturas não conformistas, vontade de exercício de sobrevivência e de poder, indícios de resistência às normas e determinações da Comissão Sanitária. Assim nos relata Guilherme Álvaro:

> *Ao começar o anno de 1888 ...O transporte de doentes foi ainda feito em carros de uso ordinário, que sem o menor beneficiamento continuavam a servir a freguesia san, nenhum cuidado tendo sido tomado também para as roupas e objectos dos variolosos. Pela primeira vez se tentou applicar a vaccina á população santista, mas esta refugou-a, de modo que a doença não recebeu influxo algum daquelle meio prophylatico precioso.* "[10]

Desse modo, o que o sanitarista nos revelaria como ignorância e desinformação nos é desvelado como forma de insubordinação. Aqui o relatório adquire uma dimensão de como as classes populares experimentaram o enfrentamento com as autoridades e funcionários do Estado.

As medidas propostas pelos médicos e, principalmente, a nova planta da cidade de Santos proposta pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito vão inferir sobre as formas de ocupação e dirigir o crescimento da cidade. Desse modo, novos empreendimentos poderão substituir os investimentos antes destinados ao aluguel de moradias coletivas para trabalhadores.

Porém, outros fatores contribuíram para que esse tipo de moradia fosse aos poucos empurrado do perímetro urbano da cidade. As obras que dotaram a cidade de infra-estrutura urbana, a necessidade de apresentar resultados mínimos para a diminuição dos óbitos por conta das epidemias, principalmente a febre amarela, que vitimava sobretudo os imigrantes, resultaram na campanha sanitária organizada pelo governo estadual. Já não se tratava de adotar-se soluções paliativas, pois o projeto de imigração do governo republicano estava em crise.

Durante a década de 1890 as intervenções médicas e sanitárias atingem seu grau mais crítico na cidade de Santos. Tanto a Câmara de Vereadores quanto o governo do Estado procurarão saídas para redimir o problema da falta de salubridade da cidade. Em outra direção, os empreendimentos que estão sendo realizados vão redefinir as funções e a organização da cidade.

No tocante às classes pobres, o aumento da população, em decorrência do fim da escravidão, e as campanhas imigratórias, vão

---

[10] GUILHERME ÁLVARO, *A campanha sanitária de Santos*: suas causas e seus effeitos. p.36-37.

redimensionar os problemas urbanos. Para conter esses problemas, uma série de medidas serão tomadas.

Segundo nos informa Edith B. da Silva[11], o aumento do número de instituições que deverão cuidar dos órfãos, vítimas das epidemias que assolam a cidade, pode nos dar uma impressão de como os membros da elite local estão apreensivos com o aumento da população e com a situação de salubridade que podem tornar a cidade incontrolável. Para receber esse contingente de trabalhadores, é preciso criar instituições que irão controlar, domesticar e educar os novos cidadãos de acordo com os preceitos burgueses de trabalho e funcionamento da cidade. Neste sentido, a construção do porto e as obras de saneamento estão interligadas, e fazem parte de um processo que reorganiza a cidade, esquadrinhando ruas e avenidas, demarcando um novo espaço, no qual serão definidas novas posturas em relação ao habitar, ao lazer, à infância e ao trabalho.[12]

Acossados pelas epidemias, os trabalhadores pobres constantemente estiveram ameaçados por comissões locais ou por aquelas indicadas pelo governo estadual para sanear a cidade e encaminhar medidas profiláticas, extremamente antipopulares, tais como a vacinação (obrigatória a partir de 1892), demolição de cocheiras e estalagens, desinfecção de casas que abrigassem doentes.

---

[11] EDITH BADINI DA SILVA, *Saneamento urbano e expropriação dos corpos: As epidemias e a orfandade em Santos* (1889 - 1932), 1992.

Conforme Guilherme Álvaro, estas moradias coletivas e cocheiras localizavam-se principalmente nas ruas, *"Marquez do Herval, S. Bento, General Câmara, Amador Bueno, Rosário, Martim Afonso, Xavier da Silveira, Jabaquara, antigo quilombo, e Morro do Fontana."*[13]

O médico ainda relata as dificuldades que teve com os proprietários de tais moradias, e acusou a Câmara Municipal de compactuar com tais proprietários. Também o *Diário de Santos* mostrava-se crítico à continuidade dos cortiços, estalagens e cocheiras, endossando as posições da comissão sanitária estadual. O jornal adota a defesa da ação mais intensiva das comissões contra os botequins e casas de pasto, e acusando-os de *"que não passam de bordéis e espeluncas, em que a embriaguez e a prostituição tripudiam em pinchios de cancan".*[14]

Ainda criticando a ausência de medidas mais severas, afirma:

> *A impunidade de um abuso autoriza novos abusos e estes reproduzem freqüentemente quanto maior é a indiferença das autoridades a quem incumbe a obrigação de punir os que delinquem.*[15]

Em outro momento, o jornal reforça a posição do Intendente Municipal de Higiene, Isidoro Campos, quando este cobra

---

[12] MARIA LÚCIA C. GITAHY, *Ventos do Mar*: trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos (1889-1914), 1992.
[13] GUILHERME ÁLVARO, *Op. Cit.*, p. 60.
[14] *Diário de Santos*, Edital "Mais Verdades", 22/06/1893.
[15] *Idem.*.

uma posição da Câmara de Vereadores para a solução definitiva da construção de uma cocheira municipal:

> *Dizem-nos que o Sr. Isidoro Campos tem, por mais de uma vez, feito sentir à Câmara a necessidade de se Ter uma cocheira limpa, com dimensões regulares para os carros e animais, não obtendo até hoje resultado algum.*
>
> *A Câmara quer que o Dr. Intendente alugue a cocheira... porém recusa-se a alugá-las.*[16]

E em seguida, aponta o que seria uma contradição entre os poderes municipais:

> *A Câmara não tem o direito de impor aos outros preceitos que ela mesma não adopta.*[17]

Este debate sobre a permanência de habitações insalubres e cocheiras e carroças em trânsito na cidade ganhou destaque nas colunas do *Diário de Santos*. Logo de início, o combate à permanência das cocheiras e dos cortiços na cidade ganharam respaldo da imprensa. Em nome da salubridade, essas notícias nos revelaram tensões, em que a população pobre ganha visibilidade na cidade, disputando territórios e práticas do viver urbano. Assim é que a perseguição aos cortiços, cocheiras, estalagens, casas de pasto, ganharam significados, ao mesmo tempo em que uma luta diária, cotidiana, por projetos distintos de modernidade e de urbanização tomavam fôlego.

Nas práticas populares cotidianas, temos a movimentação da população pobre, que buscava nas ruas, no mercado

---

[16] *Diário de Santos*, 27/06/1893
[17] *Idem.*

informal, nas oportunidades de emprego nas obras do cais, nos serviços ligados ao porto, sua sobrevivência. Muitas vezes essas práticas foram reprimidas, qualificadas como imorais, impróprias para a convivência numa cidade que se moderniza. Além disso, tratava-se de impedir a manifestação de hábitos que pudessem escandalizar uma moral que se queria instituir.

A campanha imigratória atraiu levas de trabalhadores que vinham em busca de trabalho fácil e certo na cidade. Assim, a oferta de trabalho em Santos ganhou proporções que nem sempre poderiam ser atendidas. Assim, grupos de trabalhadores que chegavam, nem sempre conseguiam de imediato trabalho. Essa questão ganhou importância, uma vez que seria necessário a criação de mecanismos para o controle e a vigilância desses segmentos. Assim, o *Diário* manifesta-se pela "*necessidade de ser mantida aqui uma policia activa e severa, de modo a mais prevenir do que remediar abusos, contravenções e crimes.*"[18]

O adensamento no centro da cidade e a especulação em torno das vagas para a moradia dos imigrantes que chegavam todos os dias foram elementos cruciais para a formação de uma cultura urbana em Santos. As transformações pelas quais a cidade passou para acomodar-se às mudanças trazidas pela remodelação do Cais do Porto e pela urbanização da cidade tinham o objetivo de assegurar uma cidade aprazível à política de imigração da República e, ao mesmo tempo,

precisavam acomodar mão-de-obra necessária para a realização dessas obras e para as novas funções urbanas que a cidade de Santos estava experimentando.

Tratamos especialmente da exclusão dos segmentos pobres do convívio na cidade, e, em última análise, à ausência destes segmentos nos projetos de cidade moderna que se queria estabelecer. Desta forma, a experiência social dos moradores pobres da cidade de Santos é recuperada no momento em que discutiam-se inúmeros projetos de urbanidade, visto que em nenhum deles estaria assegurada a participação, ou mesmo a presença destes segmentos e sua visibilidade na cidade, sendo consideradas especialmente nefastas ao convívio público.

Assim, a atenção dada às casas de prostituição, tavernas, bares, moradias coletivas, quase sempre denominadas genericamente pelos jornais e relatórios sanitários como sendo "cortiços", pugnava uma reeducação dos sentidos, e mesmo das práticas destes segmentos, marginalizados e policiados em seus hábitos e costumes. Muitas vezes o que era considerado promíscuo pelas autoridades sanitárias, não passava da única forma de sobrevivência possível numa cidade portuária como Santos.

---

[18] *Diário de Santos*, 09/02/1893.

Mais uma vez, o *Diário* torna-se interlocutor dessa postura, ao informar sobre uma brincadeira trabalhadores do cais:

> *Ante-hontem, ás duas horas, no Caes do mercado, diversos indivíduos tomavam banho, em estado de nudez*[19].

Em outra, nos dá notícia de jovens trabalhadores das obras de construção do Cais do Porto:

> *os rapazes tomavam banho nús, faltando o respeito às famílias moradoras daquelas imediações.*[20]

O mesmo jornal pode nos indicar que o abastecimento d'água na cidade, principalmente em períodos de verão, é insuficiente para a população. Ademais, era raro a existência de encanamentos particulares de redes d'água, e na maioria das moradias populares, a subdivisão de quartos e cômodos aumentava em muito a necessidade de abastecimento d'água.

A moradia dos trabalhadores pobres, em geral, tratava-se de habitações coletivas, que poderiam ser o próprio local de trabalho, ou mesmo vagas em estábulos, cocheiras e até forros de restaurantes.

Um dos principais hotéis que hospedavam os imigrantes é o Hotel Europa que funcionava na rua São Bento, n.^{os} 39 e 41, e na rua José Ricardo, n.^{os} 18, 29 e 22. Os Hotéis Oriental, na rua Amador Bueno, 85, Madri, no Largo Onze de Junho, n.o 06, também serviram como hospedagem ao imigrante recém-chegado à cidade, além de, na maioria

---

[19] *Diário de Santos*, 07/02/1893.
[20] *Diário de Santos*, 21/02/1891.

dos casos, termos notícia, segundo os jornais e os relatórios do Delegado de Polícia, tratarem-se de prostíbulos.

Esse trecho da cidade era passagem para o Cais, portanto constantemente congestionado por carroças que transportavam produtos para o embarque e desembarque. É nesse trecho, também, que os trabalhadores procuravam emprego no Cais. Notamos, ainda, que os trabalhadores vão apropriando-se de territórios na cidade, não sem conflitos e tensões, pois nem sempre os modos de vida dos trabalhadores seguem a mesma direção proposta pela organização do trabalho capitalista.

A organização do horário de acordo com as *levas* de turmas, possibilitava aos trabalhadores do Cais, entre uma ordem de serviço e outra, momentos de ociosidade, incompatíveis aos novos modelos que se pretendem estabelecer, conforme nos dá notícia o jornal *Diário de Santos*:

> *Troça de vagabundos:*
>
> *... reclamação de grupo de imigrantes que reúnem-se em frente à estação para jogatinas* [21]

Ou ainda, quando tratam de uma notícia sobre trabalhadores no Largo do Carmo:

> *alguns trabalhadores de embarque, formam, no Largo do Carmo em pleno meio-dia, uma roda de buzio, enquanto esperam o café para embarcar. A polícia, não consentindo*

[21] *Diário de Santos*, 11/10/1879.

semelhante bilontrismo, convidou-os a desmancharem aquela, e formar outra... no xadrez.[22]

Estes segmentos pobres da população sobrevivem das "franjas" da cidade: seja realizando pequeno comércio nas ruas, esmolando, obtendo pequenos serviços de empreitada nas obras de saneamento ou do porto. Assim, os trabalhadores imigrantes, nacionais e ex-escravos vão se constituindo enquanto classe trabalhadora urbana, criando maneiras próprias de prática e sobrevivência na cidade de Santos.

Estes grupos de trabalhadores articulam suas experiências nos locais de trabalho e moradia, organizando vivências comuns na marginalização e exclusão social. A exclusão a que estes grupos são submetidos adquire significado nas experiências de marginalização social, em que os trabalhadores procuram constituir grupos que se identifiquem, seja por nacionalidade, etnia, local de moradia ou categoria profissional. As dimensões da pobreza a que estes trabalhadores foram submetidos adquiriram significado, na medida em que elaboraram estratégias comuns para a permanência e sobrevivência na cidade de Santos.

Num primeiro momento, encontramos, nas crônicas de certos periódicos e relatórios dos inspetores de distritos e intendentes de higiene, os moradores desse tipo de habitação, coletiva, informal,

---

[22]AHMSts -"Material para a História de Santos - Coleção José da Costa Sobrinho". Vol 27 '*Indicador Santista* do dia 20/04/1886.'

transitória, muitas vezes dissimulada por adjetivos como "casas de cômodos", "quartinhos de madeira". A moradia dos trabalhadores pobres aparecia relacionada pelas autoridades sanitárias através de sinônimos, tais como "focos epidêmicos" ou "pocilgas".

Um dos primeiros indícios que encontramos descrevendo os modos de vida dessa população refere-se à uma mulher, a quem o articulista chama de "Emília de Jesus, uma mulher de pé-calçado". Ora, o que é uma "mulher de pé-calçado"? Trata-se de uma mulher que, na linguagem atual, "não leva desaforo para casa". Mas isso nos chamou a atenção pelo fato de o articulista descrever a situação em que a mulher se encontrava, a vizinhança, a solidariedade de suas vizinhas contíguas ao seu cômodo. Assim, a indicação da presença de quartos contíguos, quintal de uso comum, com tanque também coletivo, nos deu a certeza de que se tratava de um cortiço. Além da caracterização do cortiço, o articulista nos dá uma imagem do que seriam estes seres que habitam tais "pardieiros" :

> *Um cortiço em polvorosa:*
>
> *Emilia de Jesus, portugueza, reside a R. Comendador Martins, n. 25, é uma mulher de "estrella", "veneta"e "pé calçado.*
>
> *Quando se zanga, depois de ter entornado uns "tostões" de cachaça, ninguém tem mais sossego no cortiço. Ainda hontem às 3 horas da tarde, fez um reboliço dos demônios. Depois de espatifar toda a louça particular foi chorar para o tanque, situado na extremidade de uma área que fica nos fundos do casarão.*
> *...As suas camaradas e vizinhas Maria de Jesus e Maria da Conceição, compadecidas do lastimoso estado da "piellas" resolveram ir confortá-la. Não fosse ela, por descuido, afogar-se no tanque.*

> *... Esta Emília é uma fregueza do posto e quando acorda, altas horas da manhã, sem ter sentido os estragos da "bicharia" que se esconde nas frestas da tarimba, faz sempre este pedido: - Um copo d'agua, camaradas, que estou com a boca seca como um carapau ...* [23]

Desses elementos, destacamos o caráter da contiguidade dos moradores e a solidariedade das vizinhas. Morando ao lado de seu cômodo, as mulheres vizinhas deveriam estar acostumadas às bebedeiras de Emília e, portanto, estes hábitos da vizinha lhes seriam familiares. A intervenção do aparato policial não é uma novidade, visto que esse tipo de moradia era constantemente vigiado, por ser considerado promíscuo e exigir redobrada atenção, ainda mais num período em que o número de habitações em Santos aumentou consideravelmente, em relação à períodos anteriores.

Nesse momento, a cidade já havia passado pelas maiores crises de epidemias, durante a década de 1890, e assim, atuavam de forma mais homogênea. A nomeação do médico Guilherme Álvaro para chefe da comissão sanitária, em 1905, e a nomeação do engenheiro Saturnino de Brito para chefe da comissão de saneamento, no mesmo ano, fecham o cerco aos cortiços.

Ademais, a questão do que poderia considerar-se um "cortiço", no final do século passado, era matéria duvidosa. Mesmo o que poderia considerar-se "aluguel de cômodos" era difícil de se localizar precisamente. Num dos processos de desapropriação em poder do Fórum de Santos, José Prost de Sousa, proprietário de um imóvel na rua

do Rosário n.º 191, alugou o prédio para Luís Cândido Pereira que, por sua vez, sublocou com a ciência do proprietário, o imóvel para Joaquim Atanázio da Silveira que, sem autorização, fez seu exclusivo uso, querendo alugar o mesmo prédio a Maria Celestina das Dores, pelo mesmo aluguel que se pagaria ao sub-locador, Luís Cândido Pereira. Nessa confusão, o proprietário resolve pedir o imóvel, alegando que irá morar na propriedade.[24] O juiz defere o pedido do proprietário e, assim, ao menos em parte a confusão está desfeita.

Da mesma forma é que o estivador Thomaz, em julho de 1890, é intimado a desocupar o imóvel que tinha alugado do espólio de Carlos Xavier de Moraes, na rua Xavier da Silveira, n.º 98. Com o processo de herança em andamento, o estivador deixou de pagar os meses de maio, junho e julho, devendo a quantia de 28$000 réis mensais por cada aluguel atrasado, recusando-se a efetuar o pagamento do aluguel para pessoa que não fosse a antiga proprietária, falecida recentemente.[25]

O que fica para nós é a imagem de que o caráter do tipo de moradia no final do século, além de ser o mais precário possível, também tinha um caráter de transitoriedade, em que não estavam ainda definidas as separações entre a casa e a rua, entre o domicílio familiar e

---

[23] *A Tribuna* 11/04/1913.

[24] AGFCS - 1.ª Vara Cível. Maço n.º 197. *Autos Cíveis de Despejo em que são Luís Carneiro Pereira autor, e Maria Celestino dos Santos, ré*. Santos, 25/08/1891.

o estabelecimento de trabalho. Pressupomos que a sublocação se dá quando o proprietário do imóvel, José Prost de Sousa, aluga para um estabelecimento comercial, e este subloca para efeito de moradia. Já demos notícia de como a falta de vagas e moradias na cidade, neste período, ocasionava a proliferação de "espeluncas", conforme relatório do Intendente Municipal de Higiene do ano de 1893, Isidoro Dias Campos.

Além do caráter provisório e flexível da moradia pobre, percebemos ainda diferenças significativas entre os grupos de trabalhadores, seja por conta da nacionalidade, ou mesmo de vizinhança. Notamos que a contiguidade às vezes revela-se inoportuna, como no relato seguinte, em que há um caso de violência sexual num cortiço:

> *Perversidade:*
>
> *Ante-hontem, às 10 horas da manhã, Maria Cheroni, italiana, moradora em um cortiço à General Câmara n.o 67, sahia de casa afim de levar almoço a seu marido Raphael Malosi, que é official de pedreiro.*
>
> *Maria tinha deixado ficar em casa, sua filhinha Maria Civatta Mallosi, de 7 annos de idade, em companhia de um irmãosinho.*
>
> *Quando voltou da rua, a pobre mãe encontrou a sua filhina em prantos e interrogando-a, a innocentinha contou-lhe que o morador de um dos quartos contiguos, um vendedor de frutas, também italiano, havia levado para o quarto, forçando-a.*
>
> *...O vendedor de frutas, o monstro, chama-se Silvestre Roggi.*[26]

Em notícia recheada de adjetivos, o jornalista nos traça um quadro de horror, sentimento que deve ser compartilhado pelo leitor. A descrição do articulista faz questão de confirmar, através de informação

---

[25] AGFCS- Maço n.° 192. *Autos de Ação Sumaríssima* em que são José Alves Fonseca, autor, e Thomaz de Tal, estivador. Santos, 18/07/1890.
[26] *Cidade de Santos*, 04/10/1898. Seção "Várias Notícias".

médica, o abuso sexual, realçando tratar-se de uma criança. Esse efeito causa a repulsa dos leitores, ilustrando o perfil que se quer criar do morador de cortiço. Além disso, o artigo nos dá o endereço do autor do crime, que só pôde ter acontecido por conta da contiguidade do cômodo do autor e da vítima, pois no momento do crime a mãe estava ausente de sua casa, indo levar o almoço de seu marido ao trabalho deste. Ainda indica as características do autor do crime, dizendo tratar-se de um italiano, da mesma nacionalidade da vítima, sendo vendedor de frutas e quitandas na cidade.

Os jornais, via de regra, retratam as mazelas dessa população pobre, desqualificando suas práticas e condenando o que chamam de promiscuidade e imoralidade. Apesar de condenar as moradias coletivas, o jornal *Diário de Santos* pode nos servir para notarmos de que maneiras essa população está constituindo-se enquanto segmento social importante, no momento em que está surgindo uma população de feições urbanas.

Nos jornais, em especial no *Diário de Santos*, a habitação coletiva tem vários nomes e significados. Pode ser "pardieiro", "espelunca", prostíbulo, casas de meretrizes, mas na maioria das vezes o articulista denomina a moradia pobre como cortiço. Os cortiços podem ser caracterizados como qualquer habitação que sirva de moradia precária, em geral feita de tábuas de zinco e madeira, em que várias famílias ocupam as mesmas instalações sanitárias.

No entanto, a moradia da população pobre em Santos tinha padrões ainda mais precários. Às vezes funcionava como estabelecimento comercial durante o dia e servia de pousada à noite; podia ainda ser constituída de "quartinhos de madeira", vagas em sótãos ou porões de casas.

Essa luta em torno de padrões mínimos aceitáveis de moradia também ocupava as recomendações dos médicos e inspetores sanitários. O engenheiro Saturnino de Brito recomendava a demolição de tais cortiços e casebres, mas insistia na construção de familistérios, conhecidas também como Vilas Operárias. A habitação coletiva não possuía um padrão de construção que pudesse ser aprovado por critérios técnicos. Tratava-se mais de improvisações do que de construções previamente preparadas.

Os modos de viver e de morar dos trabalhadores pobres tornam-se um campo de lutas por direitos, quando estes são vistos de um ponto de vista moral, tratados enquanto vícios de uma população que se mostra hostil aos padrões de moradia e trabalho capitalistas. Essas formas de sobrevivência populares podem remontar à tradições anteriores de organização social, enquanto membros da mesma nacionalidade ou etnia, ou mesmo ser forjadas pela situação de exclusão e precariedade em que se encontravam.

Temos notícia de inúmeras brigas e confusões entre moradores que eram vizinhos, ou mesmo entre acertos de contas de ex-

empregados e seus patrões. Algumas notícias de brigas entre indivíduos de nacionalidades diferentes nos chamaram a atenção. Pudemos recolher informações dos jornais que nos permitem indicar momentos em que a nacionalidade poderia forjar identidades e solidariedades transitórias. Assim, embora pudessem manter suas diferenças, trabalhadores de mesma nacionalidade criaram laços de solidariedade e identidade no cotidiano. Essas manifestações poderiam ser momentâneas, como no caso de algumas brigas e confusões, envolvendo trabalhadores imigrantes e nacionais. Assim, vejamos o que o *Diário* nos diz:

> *Facadas:*
>
> *Ante-hontem, às 10 horas da noite, mais ou menos, na rua do Rosário, na venda n.º 38, de propriedade de Joaquim de tal, conversavam dous italianos, um residente em São Paulo e outro na Vila Macuco, Antonio Francisco, pedreiro, com um preto, José Gregório, carregador de cestos na padaria do Povo, sito á mesma rua.*
>
> *Em meio da conversa azedaram-se os ânimos e Gregório, temendo alguma agressão, entendeu prudentemente a retirar-se. No encalço delle sahiram os dous italianos e ambos ou um deles atacaram de navalha em punho o pobre preto, que ficou horrivelmente ferido. Na luta recebeu um golpe no pescoço, outro no braço direito desde o hombro ao cotovelo, outro no pulso e nas costas da mão. Alguns desses golpes eram profundos e provocaram forte hemorragia. Após a agressão os dois italianos evadiram-se.*[27]

Em outro momento, um carroceiro cearense é agredido por espanhóis:

> *Carroceiro cearense agredido por dois espanhóis, armados de cacetes. O cearense, armado de canivete, conseguiu desarmar os dois agressores, que fugiram.*[28]

---

[27] *Diário de Santos*, 11/03/1893.
[28] Idem, 28/05/1891.

Em outra manifestação de diferenças de nacionalidades, um grupo de moradores do Jabaquara agride um cocheiro que passava pela Vila Mathias:

> *Grupo de pessoas que chegaram do Jabaquara entraram em conflito ao entrarem no bonde de carga na Vila Mathias. Os sujeitos feriram a golpes de facas e navalhas o cocheiro, segundo consta um sargento do destacamento da Fortaleza da Barra Grande.*[29]

Estas tensões sociais recaíam sobre as populações pobres, uma vez que neste final de século estavam sendo gestadas novas formas de sociabilidade, que desmereciam uma tradição rural, posto que a cidade que estava modernizando-se não se prestava aos hábitos do campo. Assim, certas práticas de abastecimento também adquiriam significados de resistência à modernidade burguesa, ao mesmo tempo em que estavam sendo regulamentadas as formas de abastecimento da cidade, com a instituição de uma polícia sanitária e Intendentes de Hygiene, bem como a recomendação dos médicos para a fiscalização da venda de produtos *in-natura* nas ruas da cidade, em especial do comércio de leite, carne e derivados.

A configuração de territórios pode se dar a partir da manutenção de certas práticas de sobrevivência, o que incluía as alternativas da moradia dos trabalhadores pobres em Santos. Assim, ao insistir na manutenção de cocheiras no perímetro urbano da cidade, na proliferação das várias "casas de pasto" , alternativa de alimentação dessa população pobre, esses segmentos marginalizados da cidade se

apropriam de territórios na cidade, dando significados às práticas cotidianas de sobrevivência.

Serão esses modos de vida condenáveis, tanto pelos médicos quanto pelos vereadores da Câmara de Santos, que, por intermédio das posturas municipais, procurarão coibir tais práticas. Entre os relatórios dos Inspetores de Distrito e Inspetores de Quarteirão, o tema da promiscuidade e da ociosidade é constante, assim como as sugestões para sua dissolução. Para entendermos como essas medidas são elaboradas, é preciso compreender os diversos momentos em que a questão da salubridade e da moralidade são colocados e a forma pela qual estão sendo pedidas as providências.

Em Relatório de Chefe de Polícia do ano de 1879, o titular prescreve os comportamentos que serão considerados nocivos à moralidade pública e passíveis de erradicação. Assim, afirma:

> *São considerados vagabundos, pelo artigo 300 do Regulamento n.o 120 de 31/01/1842, os indivíduos que não tem domicílio certo nem profissão, ou oficio, nem renda ou meio conhecido de subsistência.*
>
> *O vagabundo, o desordeiro, o jogador, o bêbado, o ratoneiro, a prostituta e os menores abandonados ao vício e à especulação de creapturas dispresiveis,sã os typos d'essas classes perigosas, e não pouco concorrem para o movimento da Penitenciaria. Como meio de reprimir taes excessos, conta a autoridade com os termos de bem viver e de segurança, de que tratam os §§ 2.o e 3.o do Art. 12 do Código do Processo Criminal, fraco recurso, mas não de todo improficuo.*[30]

---

[29] *Diário de Santos*, 10/03/1891.

[30] AESP - RCPol. 1879. Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Laurindo Abelardo de Brito, presidente da Província de São Paulo pelo Chefe de Polícia João Augusto de Padua Fleury referente ao anno de 1879, p. 45. Santos: Typ. Do Diário de Santos. 1879.

Dessa forma, as autoridades punirão os modos de vida previstos pelo Chefe de Polícia, aplicando-lhes os termos de bem-viver e, em caso de reincidência, a prisão por 24 horas. É dessa forma que o marinheiro do romance *"O passadiço"*, de Afonso Schimidt[31] é detido na cadeia, acusado de participar de uma confusão no Porto do Bispo. Procurando serviço pelas bandas desse porto, o marinheiro dorme sob a marquise, abrigando-se como pode. Sem endereço ou profissão reconhecida, na delegacia afirma que veio com o trem das onze horas, que vinha de São Paulo, em busca de emprego no porto. Indagando sobre qual o motivo de sua prisão, o carcereiro responde ser "coisa do delegado". Como bem sabemos, não seriam necessários motivos maiores do que a permanência nas ruas para a sua prisão.

As diversas linguagens de que se utilizam os inspetores sanitários, Chefes de Polícia, Câmara e a imprensa para descrever a

---

[31] AFONSO SCHIMIDT, *O Passadiço*. Neste romance, o autor retrata a cidade de Santos, em 1892, momento no qual há uma grande epidemia de febre amarela, atingindo principalmente a população imigrante recém-chegada à cidade. O episódio em questão trata-se de uma briga envolvendo a tripulação do navio italiano "Pietro Ten", o capitão do navio Mário Ánatra e guardas da alfândega que procuram o capitão da embarcação para averiguação de mercadorias ilegais no navio. Ocorre que o capitão do navio recusa-se a receber os fiscais, que montam guarda em frente à ponte de embarque. No segundo dia de vigília, invadem o navio para interrogarem o capitão sobre as mercadorias que estariam sem a documentação necessária, e, ao perceberem que foram ludibriados pelo capitão, que desembarcou as mercadorias clandestinamente, resolvem levá-lo à força para a Delegacia, ao que são respondidos pela tripulação com uma investida dos marinheiros. Como o conflito não se resolve, os delegados da Alfândega resolvem prestar queixa ao Delegado de Polícia, que, no terceiro dia, faz uma visita ao capitão, e o encontra enfermo, vítima de febre amarela. Uma noite após, o capitão sofre óbito, e a tripulação resolve vingar seu capitão, dizendo que sua morte decorreu da contenda com os inspetores alfandegários. Sucede-se uma tremenda confusão na cidade, e o enterro do capitão é adiado, até a chegada do Cônsul italiano à cidade de Santos. Para servir de testemunha, o delegado da cidade mantêm o marinheiro preso. É interessante ressaltar que este capitão, Mário Anatra, sofre um processo por perdas materiais no ano de 1890, por mau acondicionamento de mercadorias em sua fragata "Pietro Ten". AGFCS, maço n.o 192.

cidade e os sujeitos que nela habitavam, além das posturas normativas dos códigos sanitários, merecem de nós uma postura crítica, procurando entender os significados da própria linguagem nela contidas.

Assim é que o jornal *Cidade De Santos* nos dá uma notícia indicando a presença desses elementos "perigosos".

> *Desordem:*
>
> *Antes de hontem á noite na Rua do Rosário houve uma descomunal balburdia n'ua casa de reputação duvidosa por causa de galinhas e ovos. Esse motivo na apparencia tão patusco deu aza a que duas matronas se engalphan comparecendo ao logar do chinfrin mais de 70 curiosos avidos de sensações. A policia viu a tempo e os espectadores ficaram a ver navios. Também, antes assim.*[32]

Nesse relato, estão colocadas as pré-condições para identificar os elementos das "classes perigosas" . Um primeiro elemento é em relação à moral do lugar onde se passa a ação, visto ser uma "casa de reputação duvidosa", ou prostíbulo. Outro elemento é o fato de terem sido as personagens da história, duas "matronas", ou seja, a posição em que a mulher se encontra na sociedade, particularmente nos fatos ocorridos, e por isso passível de motivo de escárnio pela linguagem do articulista.

Em carta à Câmara de Vereadores, o Delegado e o subdelegado de Polícia solicitam aos mesmos que não seja mais concedida "*licença para a continuação de hotéis que acoutam meretrizes.*"[33]A repressão aos elementos das "classes perigosas", em

---

[32] *Diário de Santos*, 10/07/1887.

[33] AHMSts "Material para a História de Santos - Coleção José da Costa Sobrinho". Vol 27 *'Indicador Santista* do dia 07/06/1886.'

especial das prostitutas, é uma constante nesse processo que expulsou as classes populares do convívio no centro da cidade. Em outra notícia de periódico local, tem-se uma reclamação do barulho que é feito *"até altas horas da madrugada, no Hotel Madrid, situado no Largo Onze de Junho n.° 06."*[34]

Essas notícias veiculadas pelos jornais, reclamando da ação de desordeiros, vão recair sobre as sessões da Câmara de Vereadores. Em correspondência entre o Delegado de Polícia e a Câmara, o delegado propõe medidas para controlar e inibir o exercício da prostituição:

> *Na qualidade de Delegado de Polícia, interessado directamente na manutenção e garantia da ordem pública, cumpre-me levar ao vosso conhecimento para scientificardes a Camara Municipal que, é de urjente necessidade que seja cassada a licença dada ao Hotel Oriental, sito á rua do Amador Bueno, n.° 85.*
>
> *As Posturas da Camara Municipal não podem auctorizar a existência de um tal bordel, onde no meio da mais a rua devassidão se perdem filhos, famílias e se sacrificam pessoas que attrahidas pelo vicio e pelo deboche, se esquecem de seus deveres sociais.*
>
> *Assim, pois, a vós, como Presidente da Municipalidade Santista, também directamente interessado na manutenção da ordem publica, cumpre tomar em muita consideração o que vos acabo de expor, certo de que prestareis revelantíssimo serviço a tranquilidade publica da cidade.*[35]

Em outro momento, o delegado de Polícia sugere ao Conselho da Intendência à vacinação das prostitutas e o

---

[34] Idem, dia 08/06/1886.

[35] AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1889-1890. Caixa n.° 01. Of. do Delegado de Polícia da Cidade de Santos ao Presidente do Conselho de Vereadores da Cidade de Santos, em 24/12/1889.

acompanhamento médico, uma vez por semana.[36] Em que pese as críticas dos jornais e o posicionamento do Delegado de Polícia, a Câmara de Vereadores, em 1894, vai aprovar *"a livre permanência de hotéis que tenham por fim a hospedagem a meretrizes."* [37]

Ainda tratando-se do Delegado de Polícia, este indica à Intendência Municipal quais seriam os ambientes e modos de vida que deveriam ser extirpados da cidade. Desta feita, descreve e indica as tavernas, botequins e casas de tolerância como os locais onde a atenção das autoridades municipais deve ser redobrada, aplicando-se todos os meios necessários para sua extinção.

> *Esta Delegacia, vem perante vós, representar, contra três ordens diversas de gêneros de negócios, que abundão n'esta cidade e que trazem sérios embaraços ao serviço público e que se não são a fonte principal de todos os males, concorrem para o maior número de crimes que se praticão n'esta cidade; são elles os seguintes:*
>
> *Tavernas: Casas que se estabelecem com pequeno capital, e são fontes principais de furtos, embriaguez e suas conseqüências;*
>
> *Botequins: casas de bebidas denominadas Ship Chancler; compradores de contrabandos, focos de embriaguez, e ajuntamento de marinheiros, onde se fazem dansas que perturbão ao socego público;*
>
> *Casas de Tolerância: Antros de prostituição, embriaguez e outros vícios de onde o proprietário uzurpa o ganho das mulheres prostituídas que ali residem, e facillitar a entrada de filhos de família, menores explorando-so em seu proveito.*
>
> *Esta Delegacia espera que o sabio Conselho de Intendência Municipal do qual sois o digno presidente tomará na devida consideração a representação acima, tomando as precizas providências afim de extinguir este mal, prestando assim o*

---

[36] AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1889-1890. Caixa n.° 04.

[37] *Índice das Leis Municipaes de Santos*, de n.° 1 a 623, de 29/09/1892 a 31/97/1919. Lei n.o 59, de 9 de novembro de 1894. p. 08. São Paulo: Casa Espindola/PMS, 1919.

> *melhor serviço em favor da população d'esta cidade, que tem em vós inteira confiança por ser de seu digno representante.*[38]

Em outro processo, no qual o Cônsul da Alemanha solicita a intervenção do Delegado de Polícia para dar fim aos encontros de marinheiros e prostitutas no estabelecimento vizinho à sua casa, notamos que a estalagem funciona ao mesmo tempo para acobertar marinheiros fugidos, botequim e moradia para trabalhadores do Cais.

> *Emilio Frederico [ilegível]. Natural de Hambugo, 28 annos de idade, casado, digo, solteiro, rezidente n'esta cidade, em casa da Chip-Consular, [ilegível] á rua 15 de Novembro, n.°, digo, s/n.o, onde é empregado; testemunha jurado nas formas da Lei, e sendo requerido, respondeo que conhece os negociantes Freitas & Smith, com casa de bebidas a rua do General Câmara n.o 13; sabe que os ditos negociantes constituem em sua casa de negocio ajunctamentos dictos dansas, desassocegos e embriaguezes, que os mesmos negociantes acouttão em sua casa marinheiros fugidios, e isto afirma, por ter sido testemunha de um facto que se deu a pouco com esse marinheiro allemão, e que só com a intervenção do Cônsul foi possivel de lá tirar, e que finalmente sabe que os dictos negociantes tirão lucros das orgias que consentem em sua casa. E por nada mais dizia e não lhe foi perguntado.* [39]

O processo em questão trata de uma hospedaria que é vizinha ao corpo consular. O depoimento do empregado de outro estabelecimento tem por objetivo confirmar as denúncias feitas pelo próprio Cônsul que, segundo os autos, tratava-se de uma reincidência. Essas denúncias vinham ao encontro dos propósitos do Delegado de Polícia, que já há algum tempo, indicava quais medidas de combate à

---

[38] AHMSts - Fundo Câmara - Intendência. 1890 Caixa n.° 04. *Of. do Delegado de Polícia, Francisco Cruz, ao Presidente do Conselho de Intendência Municipal, Dr. Jorge Xavier Carvalho de Mendonça*, em 04/03/1890.

[39] AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1889-1890. Caixa n.° 02. 'Inquérito Policial, relativamente a falta de moralidade da Casa de Bebidas á rua de General Câmara, n.° 13.' Ofício

prostituição deveriam ser tomadas. Nesse processo, podemos identificar elementos comuns à esse tipo de negócio, o dos Ship-Chancler. Conforme descrição do delegado de polícia, esse tipo de estabelecimento se prestava a receber mercadorias contrabandeadas, além de realizar comércio de pequenos lucros.

É muito tênue a linha que divisa o tipo de casas de negócio existentes em Santos no período. Os tipos de estabelecimentos comerciais mais comum são as "Casas de Pasto", Tavernas, Botequins e Casas de Secos & Molhados, onde misturam-se as funções de moradia da família do dono do estabelecimento, estalagem, botequim e, em alguns casos, ainda existe a sublocação para pernoite ou mesmo para local de moradia. No ano de 1885, temos notícia de que existiriam 24 casas de pasto em Santos, com a devida licença junto à Câmara de Vereadores.[40] Em 1897, esse número aumenta ainda mais. Existem, só no perímetro urbano, cerca de 250 casas de Secos & Molhados, 227 botequins, 76 quitandas, 55 Casas de Pasto, 26 Padarias; e fora do perímetro urbano, 94 casas de Secos & Molhados, 07 Botequins, 04 Padarias, 02 Casas de Pasto, 02 pensões e 02 casas de cômodos.[41]

O aumento do número de estabelecimentos de pequenos negócios indica um aumento no número de consumidores de pequena

---

enviado ao Presidente do Conselho de Intendência, pelo Delegado de Polícia, Francisco Cruz, em 01/05/1890.

[40] AHMSts -"Material para a História de Santos - Coleção José da Costa Sobrinho". Vol 27 *Indicador Santista* do dia 13/07/1885.

renda, como os trabalhadores do porto e da *Empreza de Melhoramentos do Brazil*. Em processo de arrecadação de bens, temos a descrição de um botequim, à rua de São Bento n.° 55. O dono do estabelecimento fugiu da cidade, deixando os pertences do botequim num vizinho próximo, talvez com a intenção de retornar mais tarde para apanhá-los. O proprietário, então, pede ao Juiz que proceda à arrecadação de bens e desiste da cobrança dos aluguéis atrasados, desde que possa vender a chave do estabelecimento e os pertences de Joaquim Sobrinho de Souza. Nos Autos, temos uma descrição dos produtos e utensílios do botequim:

> *Auto de Arrecadação:*
>
> *Aos 11/06/1890, n'esta cidade de Santos, em a rua de São Bento n.o 55, onde foi vindo o Juiz de Direito Comercial substituto suplente em exercício pleno Francisco Corrêa de Almeida com o escrivão interino, abri, procedendo a arrecadação dos bens existentes na referida caza onde era estabelecido com caza de pasto João Sobrinho de Souza, que desapareceo d'esta cidade, cujos bens são os seguintes: 26 garrafas de cerveja Mariny; 4 frascos de bitter alemão; 10 garrafas de xarope nacional; 7 pacotes de phosphoros; 1 lata de azeite; uma outra de azeitonas; 2 lampeões; 1 lata com farinha; 1 barrica com resto de arroz; 2 caixas com batatas; resto de carne seca; i barrica vazia; [ilegível]; 2/5 vazios; uma ½ freguezia; duas oita grandes; 5 barricas; 1 tina; 1 balança velha e pezo. E nada mais havendo o juiz Mathias Joaquim de Miranda, repozitario dos bens arrecadados, no qual tomou posse dos mesmos, e assigna este auto, obrigando-se as penas de fiel depositário."*[42]

Atitudes como a de João Sobrinho de Souza nos remetem ao caráter de transitoriedade que a cidade de Santos apresentava no período. Conforme no informa Gambeta,

---

[41] AESP- RCMS. *Relatório Apresentado ao Presidente da Câmara e ao Intendente Municipal*, 1898-1901.

> *O tipo mais freqüente do estrangeiro em Santos era o do homem, jovem, solteiro ou desligado temporariamente de família, português ou espanhol, que deixara seu país ou o interior atraído por um trabalho sazonal.(...) Regressar à pátria, ir para outro país ou tentar o comércio miúdo com as economias conseguidas eram os projetos comuns. Sem muitas alternativas, a habitação insalubre da zona portuária seria aceita, pelo menos em caráter provisório.*[43]

A questão da moradia atinge seu momento crítico, quando é associada aos focos de epidemias. Conforme tabela do número de óbitos e o tipo de doenças (ver tabela página 73), temos para nós que os anos em que há maior incidência de epidemias são os anos de 1889, 1892, 1893 e 1895. Acrescentamos que deve-se levar em conta o caráter de sazonalidade da incidência da febre amarela, tendo nos meses de dezembro à março o maior número de vítimas.

Uma série de medidas são tomadas para coibir o aparecimento de novos focos de epidemias. Uma delas é a nomeação da Comissão Sanitária Estadual, em 1893; outra, a proibição pela Câmara Municipal da construção de moradias que serviriam de cortiços, e outra ainda é a regulamentação de semelhante proibição pelo Código Sanitário Estadual, em 1894, uma vez que o Código de Posturas de Santos, no ano de 1897 também vai propor semelhante medida. Esses dados nos fornecem um quadro no qual a questão da moradia popular, especialmente da moradia em cortiços, tem seu momento de maior combate pelas autoridades médico-sanitárias.

---

[42] AGFCS - Maço 192 - "*Auto de Arrecadação de bens de João Sobrinho de Souza, em que é Mathias Joaquim de Miranda* (autor)", em 14/06/1890.

Outro fator que vai merecer a atenção dos Intendentes Municipais e autoridades nomeadas pelo governo do Estado é a situação em que se encontram as cocheiras, existentes em grande número para o transporte de mercadorias no Cais, e mesmo para o transporte de passageiros. Guilherme Álvaro vai ocupar-se do tema e, assim, discute o aumento do número de carroças na cidade, ao mesmo tempo em que repousa sobre estas a propagação das epidemias, uma vez que servem ao transporte de pessoas doentes e sãs. Assim as descreve:

> *Para fazer o transporte do café para as embarcações e da carga para o caminho de ferro, o numero das carroças havia crescido enormemente, augmentando por isso o numero de cocheiras, construidas tambem ao accaso, de qualquer feitio, com pranchões e telhas de zinco, quasi sempre como complemento dos cortiços, sem agua e sem esgotos, abafadas e insalubres, sem asseio de especie alguma. Os monturos se accumulavam em todas, formando-se fartos viveiros de moscas, torturantes dos moradores das visinhanças, onde tambem a mosquitada, oriunda das aguas contidas nos recipientes abandonados nos pateos dos cortiços e das cocheiras, constituiam-se praga perigosa.*[44]

Em vários ofícios, o Intendente Municipal de Higiene recomenda a autuação de cocheiras que, além de estarem fora dos preceitos higiênicos recomendados pela Câmara, ainda servem como moradia, ou pernoite para os trabalhadores. Num desses ofícios, o Presidente do Conselho de Intendência Municipal solicita auxílio do Delegado de Polícia para punir os infratores:

---

[43] WILSON ROBERTO GAMBETA, "Desacumular a pobreza': Santos, Limiar do século", p. 19 1984.

44 GUILHERME ÁLVARO,op. Cit. p. 38.

> *Cidadão Delegado de Polícia:*
>
> *Levo ao Vosso conhecimento que hoje recebi do Inspector districtal Jorge Acioli uma parte contra Manuel Dias Anastacio e seu empregado, queixando-se do procedimento irregular daquele cidadão, na ocasião em que aprehendidas carroças estacionadas na rua, não tendo a vossa presença por não se ter acompanhado de praças; informando mais, que factos idênticos já se tem repetido em relação ao mesmo cidadão, com outros inspectores. Confiando em vosso patriotismo e interesse pela cousa pública, espero que vós tomareis medidas que julgadas apropriadas a serem respeitadas as resoluções da Câmara Municipal.*[45]

O proprietário da cocheira e seu empregado resistirão, numa atitude claramente de confronto com a autoridade de higiene, que necessitará de solicitar auxílio policial para fazer cumprir a resolução da Intendência. Em outro momento, o jornal *Diário de Santos* denuncia o estado de salubridade da cidade, ao mesmo tempo em que cobra providências enérgicas para coibir certas práticas dos proprietários de cocheiras.

> *... os estábulos e algumas cocheiras existentes na cidade estão em lastimável estado e os excreta dos animais e o capim em constante maceração viciam o ar ambiente, comprometendo a saúde. Em muitos pontos da cidade existem aguas estagnadas e nem siquer uma carrada de barro ou saibro vem destruir esses pantanos, fatores de febres malárias. Os esgotos, com a falta de chuvas, não são lavados, e desobstruídos, apezar de tal serviço.... As praias ali estão immundas, vindo o receptaculo de toda sorte de detritos orgânicos..*"[46]

Agindo dessa maneira, o jornal se apresenta como representante dos interesses dos moradores da cidade. Em editorial de 06/05/1890, critica a linha de oposição ao governo do Estado, adotada pelo *Diário da Manhã*, ao mesmo tempo em que acusa a Intendência

---

45 AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1892. Caixa n.° 04. *Ofício do Presidente do Conselho de Intendência Municipal ao Delegado de Polícia* - ofício n.° 05, em 31/10/1892.
46 *Diário de Santos*, 10/01/1890. Editorial "Cousas Municipais".

Municipal pela ineficiente campanha pela erradicação da doenças, que no ano anterior vitimaram cerca de 1712 pessoas.

Ao mesmo tempo, o *Diário de Santos* adota uma posição de denunciar os interesses especulativos em torno do valor dos fretes, que encorajam o crescimento dos pedidos de licença para a edificação ou ainda, a renovação das já existentes. Em edital, afirma que:

> *Com as dificuldades inherentes à expedição de cargas, pela estrada de ferro ingleza... desenvolveu-se nesta cidade tal ganância na exploração de carretos, que muitos indivíduos, aliás em condições de certa ordem, tornaram-se proprietários de carroças.*
>
> *De modo que diariamente são levados a despacho do Dr. Presidente da Câmara Municipal requerimentos e mais requerimentos, pedindo-se licença para a construção e reconstrução de cocheiras.*
>
> *Temos plena certeza que o digno cidadão Intendente de Hygiene, actual presidente em exercício, saberá perfeitamente resolver o assumpto, tendo em vista, antes de tudo, evitar que taes concessões venham prejudicar a salubridade pública.*
>
> *Para evitar o mal resultante da permanência das cocheiras dentro do perímetro da cidade, o remédio, a nosso ver, é a remoção total para os pontos afastados*[47].

Percebemos, então, que o jornal *Diário de Santos* é um dos elementos importantes nesta guerra declarada aos cortiços e cocheiras, responsabilizados pelo estado de calamidade pública em que a cidade se encontra. Na maioria dos editoriais, o jornal se posiciona à favor das intervenções da Comissão Sanitária Estadual que vai se estabelecer em Santos, e criticar a omissão dos Vereadores ao estado de salubridade da cidade. O jornal considera inócuas as tentativas de sanar o problema adotadas pela Intendência Municipal, até este momento.

---

[47] *Diário de Santos*, 04/04/1893.

Em que pese as críticas do jornal, a Intendência Municipal vai continuar com sua política de perseguição às cocheiras. Em relatório dirigido ao Intendente de Justiça, o fiscal do 7.° distrito informa a demolição de mais algumas cocheiras na cidade:

> *Tendo decorrido o prazo de oito dias que lhe marquei para o S^nr. José Cayellitz demolir a cocheira que sem licença da Câmara Municipal construio á rua Sete de Setembro entre a Constituição e Conselheiro Nébias conforme o auto já em mão de V.S^a e não tendo o implicante atendido a minha intimação, visto achar-se a referida cocheira no mesmo estado, levo isso ao conhecimento de V.S^a para os devidos efeitos.*[48]

Em outra comunicação, o inspetor do 2.° distrito, José Accioli, relata ainda a demolição de quatro cocheiras, por não terem licença nem estarem nas condições higiênicas, sendo uma na rua Bittencourt, n.° 85, e duas na rua Eduardo Ferreira, ao lado da Cia. de Panificação, e outra em frente à mesma. O inspetor indica ainda a necessidade da demolição de mais duas situadas no caminho velho da Barra, por se acharem em péssimo estado e tendo por terem reclamado diversos moradores vizinhos à mesma.[49]

Nesse mesmo processo, temos notícia de mais demolições de cocheiras. Desta vez, na rua Brás Cubas, esquina com da Predial (três cocheiras), em frente do Macuco e Predial (uma), na rua do Rosário n.^os 263 (uma) e 262 (uma). Estava declarada guerra aos locais considerados focos epidêmicos.

---

[48] AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1892. Caixa n.° 04. Ofício do Inspetor do 7° distrito Joaquim E. Barboza ao Intendente Comissário de Justiça. 03/11/1892.

Analisando alguns processos do período da década de 1860, em que são réus proprietários de imóveis situados na Rua do Rosário e Rua Áurea, por infração de posturas, percebemos que a atenção do fiscal da Câmara Municipal se dirige à sonegação de impostos, uma vez que os proprietários omitiram o aumento de cômodo e janela.

Encontramos uma consulta do subdelegado de polícia à Câmara de Vereadores no mês de julho de 1869, em que esta, em ofício esclarecendo acerca de pagamento de impostos sobre casas de cômodos, assim responde:

> *A C.M. d'esta cidade, respondendo a consulta que V.S.a lhe fez em officio de 5 do corrente, tem a dizer-lhe que não obstante, digo obsta para arrecadação do imposto de 16% sobre casas de aluguel, o haver sido criado o imposto de 500 réis por cada porta e janella, visto como sendo ambos esses impostos decretados pela Assembléia Provincial somente à esta incumbe abolir qualquer d'elles. Deve, portanto, V.Ex.a proceder à arrecadação de ambos os impostos, enquanto não forem revogadas as Leis que as crearão.*[50]

O réu Antônio Ribeiro Bastos Carneiro alega que não realizou as devidas notificações ao Fiscal da Câmara por completa ineficiência desse serviço, uma vez que foi autuado quarenta dias após o início das obras.

Nos autos do processo, não há nenhuma menção do fiscal em relação ao estado de salubridade do cômodo em questão.

---

[49] AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1892. Caixa n.° 04. *Oficio do Inspetor do 2.° Distrito ao Intendente de Obras Públicas Narciso de Andrade*. 08/11/1892.

[50] *Auto de Infração de Posturas* em que são a Câmara Municipal de Santos, o autor, e José Ribeiro de Bastos Carneiro, o réu. 1869. Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos, 4.a Vara Cível, Maço 116, n.o 30. folhas 1 a 17, em 15/10/1869.

Porém, o réu é condenado a demolir a construção irregular, e ao pagamento de 20$000 das custas dos autos, com base em ter cometido uma infração do artigo 3.º do Código de posturas, visto que fez uma obra interna na frente da sua casa na rua do Rosário sem proceder à respectiva licença necessária.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi o tratamento dos grupos dominantes locais em relação ao estado de salubridade da cidade e, especialmente aos cortiços, e os diferentes momentos em que esta questão está colocada.

Acuada pela imprensa local e ameaçada de perder poderes para o governo do Estado, que intervêm na cidade através da Comissão Sanitária e Comissão de Saneamento, a administração local procura ganhar a liderança e reconquistar o prestígio junto à cidade. Assim, em decreto de 1º de março de 1892, proíbe a construção de prédios que sirvam para moradias coletivas, torna obrigatória a apresentação de plantas de novas construções e reformas, condicionando-as à aprovação do engenheiro da Intendência.

Porém, essas posturas da Câmara indicam uma disputa intermitente sobre quem decidirá sobre o crescimento e a organização da cidade. Os decretos indicam a pressão dos grupos, em determinado momento. Assim é que, em 1894, a Câmara revoga a proibição anterior e, em seu lugar, procura regulamentar sua existência, através do

monitoramento e determinação de que os proprietários reformem os prédios que não estejam habitáveis[51].

Esse recuo da Câmara será duramente criticado em editorial do jornal *Diário de Santos*, um dos defensores da adoção de medidas drásticas, em relação ao estado de salubridade, especialmente no tratamento dado aos cortiços.

Se em meados do século XIX, o tratamento dado à esse tipo de habitação passa por uma política de fiscalização de evasão de rendas do município, no final do século, chega à insensibilidade total com os moradores. Numa dessas manifestações, o jornal *Diário de Santos*, em defesa do plano de saneamento e da política de salubridade pública adotada pela comissão sanitária estadual, que previa a desinfecção e demolição dos cortiços, demonstra sua posição em editorial:

> *... e diz-nos o cidadão presidente da Câmara tem mandado proceder à cobertura de valas e ribeiros, como se isto constituisse por si só o necessário para acautelar a saúde pública contra o ataque de moléstias contagiosas; e diz-nos finalmente, o cidadão presidente que tem mandado desinfectar* ***cortiços, quando devia mandar queimá-los.*** *"*[52](grifo nosso)

A questão da tolerância ou "carga" aos cortiços tem uma história que acompanha o processo de urbanização da cidade e construção do novo Cais. A partir da nomeação de uma Junta Municipal de Hygiene, pela Intendência Municipal, em 1890, a perseguição ganha

---

[51] Fundação Arquivo e Memória - Leis Muncipaes, n.° 46, de 17 de outubro de 1894 _ "Obriga os ***proprietários de cortiços*** dentro do perímetro urbano a reformal-os no prazo de 60 dias." *Índice das Leis Municipaes de Santos*, de n.° 1 a 623, de 29/09/1892 a 31/97/1919.p. 07. São Paulo: Casa Espindola/PMS, 1919.

mais força. São Atribuições da comissão dar parecer sobre a construção do cemitério do Saboó e sobre o plano de saneamento para a cidade.

As duas comissões que tratavam anteriormente desses assunto, serão extintas e a nova Junta Municipal de Hygiene tomará sob sua responsabilidade as missões que antes lhe eram conferidas. Foi ainda nomeado um engenheiro para a Intendência, o engenheiro Dr. Calixto de Paula Souza que será o responsável pela fiscalização do novo plano de arruamento e nivelamento das ruas, de acordo com o Código de Posturas que está sendo aplicado em Santos.

Ainda em 1890, o Conselho de Intendência Municipal proíbe a construção de cortiços e exige que os novos prédios a serem construídos apresentem as devidas plantas para aprovação na Intendência Municipal, pelo engenheiro da Intendência. Este deve aprovar ou não todas as adequações das plantas dos imóveis da cidade aos novos comportamentos que a municipalidade exige, o que implica na proibição dos cortiços. Porém, a questão da moradia insalubre deverá continuar, pelo menos sob outras formas.

Guilherme Álvaro dedicou boa parte de sua obra no combate à este tipo de habitação coletiva, sempre condenando-a e impingindo-lhe o aumento do número de epidemias na cidade. Assim, descreve-os:

> *Os cortiços, construídos ás pressas para albergar a numerosa immigração chegada em busca de trabalho remunerado e*

[52] *Diário de Santos*, 6ªa feira, 10/01/1890.

> *certo, pontuaram as zonas mais centraes da cidade, surgindo nos pateos e nos quintaes dos predios, de qualquer forma, de qualquer tamanho, composta de cubiculos desasseiados e acanhados, feitos de taboas de caixotes e de folhas de zinco. Em tais compartimentos humidos, escuros, baixos e sem ar, aninhava-se uma população descuidada, vivendo quasi sem agua, em condições indescriptiveis de desconforto.*[53]

Outro complicador sobre esta questão é o surgimento das chamadas "casas de cômodos", ou "quartinhos de madeira", que aparecem na década de 1890. Esse tipo de habitação coletiva seria permanente ou provisória? Quais seriam seus proprietários? Existiriam regulamentos para estabelecer um padrão de moradia? Num processo da Intendência Municipal de Higiene, de 1890, o fiscal da Intendência encarregado de dar parecer sobre a construção de Benjamin Fontana, nos dá uma imagem do que seria a mistura de funções, dentro dos padrões de moradia e de trabalho vigentes. Descreve a propriedade, como um armazém que abriga um sótão, ligando as ruas do Rosário com a rua Amador Bueno. Nesse sótão, o médico da Intendência, dr. Raymundo Sóter de Araújo, prescreve os compartimentos com divisões, que não poderiam servir de moradia permanente, porém, caberia exercer a função de dormitório somente, sem as funções de cozinha e banheiro, para, no máximo, duas pessoas. Ora, se os aposentos do sótão não serviriam para moradia permanente, para quem serviriam? Sabendo que Benjamin Fontana é um dos comerciantes locais de maior grilagem (diga-se especulação), é bem provável que os cômodos fossem utilizados para

---

[53] GUILHERME ÁLVARO, Op. Cit. p. 38.

moradia permanente, embora os moradores pudessem ser provisórios, como era comum à época.[54]

Dessa forma, o tipo de moradia oferecido por Benjamin Fontana não se conformava na definição clássica, definida pelos médicos, do que seria um "cortiço". No entanto, a política de tolerância à esse tipo de "alternativa" para não caracterizar a moradia como cortiço dependeria do momento em que as condições de salubridade na cidade estivessem estáveis, o que era uma inconstante. Em 1892, o governo do Estado encampa os serviços de esgoto e contrata o eng.° Estevan A. Fuertes que em relatório apresentado às autoridades paulistas, as péssimas condições sanitárias da cidade "à incúria municipal"[55].

O historiador Costa e Silva S°, organizador de uma coleção de efemérides santistas, ao transcrever uma notícia do periódico *Indicador Santista*, de 1885, nos informa acerca das novas posturas aprovadas pela Câmara Municipal e, em particular, ilustra o que seria considerado um "cortiço".

> *Os cortiços deverão ser caiados duas vezes por ano, e não se poderá conservar neles número de inquilinos superior à lotação. As casas habitadas por grande número de pessoas que não constituem família serão considerados cortiços. É prohibido cannalisar materiais fecaes para os cannos de dranagem. Porcos dentro da cidade ficam expressamente*

---

[54] Fundo Câmara - Intendência. 1890. Caixa n.° 02. Of. do delegado de Higiene, dr. Raymundo Sóter de Araújo, ao Presidente do Conselho da Intendência da cidade de Santos, remetido ao Dr. Engenheiro, para atendimento às modificações recomendadas pelo dr. Intendente de Hygiene.

[55] WILSON GAMBETA, Op.cit. p. 56.

prohibidos. As frentes e muros das casas deverão ser caiados todos os anos no mez de janeiro.[56]

Como podemos observar, o critério para definir o tipo de habitação coletiva é a questão moral. A presença do elemento familiar é suficiente para distinguir entre uma habitação coletiva e um "cortiço". Vejamos como o Código Sanitário Estadual, homologado poucos anos depois, distingue o que considera "cortiço". O capítulo V, que trata das Habitações das Classe Pobres, é bastante claro em sua mensagem. Nele, é proibida a construção de habitações coletivas que impliquem em amontoamentos humanos e criem ambientes promíscuos.

Quando o Código Sanitário Estadual de 1894 é homologado, a questão da salubridade e higienismo está presente em vários de seus artigos. Em suas posturas encontram-se a preocupação com o despejo de detritos nos rios, a utilização de latrinas coletivas, fazendo a prescrição para moradias insalubres e cortiços. Em seu Capítulo V, art. 138,144 e 145, afirma:

Art. 138- Deve ser terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que as municipalidades providenciem para que desapareçam os existentes;

Art. 144- Deve ser determinada a lotação dessas casas, não sendo permittidos aposentos de dormir com menos de 14 metros cubicos livres para cada individuo;

Art. 145- Não se deve ser permittida a lavagem de roupas no interior destas habitações e, para evital-o, convem que as municipalidades cuidem do estabelecimento de lavanderias públicas;[57]

---

[56] Material para a História de Santos. "Indicador Santista", dezembro de 1885. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 27, p.62.
[57] Idem.

O mesmo código, em artigo posterior, condena à demolição as habitações que demonstrem a impossibilidade de recuperação da salubridade.

> *Art. 148. Quando o saneamento fôr impossivel, deverá ser condemnado o immovel, e a demolição ou interdicto é medida que se impõe;*[58]

Nota-se uma mudança no trato da questão da moradia "insalubre", tratada agora com prescrição médica, com direito à bula e tratamento medicamentoso, uma vez que se encontrem indícios de doenças, como a febre amarela.

O que esses depoimentos nos revelam é o fato de a cidade estar expandindo-se para os lados do Morro do Jabaquara, indo de encontro aos novos empreendimentos realizados por Mathias Costa, na Vila que recebeu seu nome. Antes relegada às "Duas Pedras" denominada de "arrabalde", ganha ares de subúrbio, ao receber novos equipamentos de luz, saneamento e água. Num período em que as comissões de higiene da cidade intensificam sua atenção nas casas de cômodos e cortiços nas áreas centrais, os arrabaldes poderiam surgir como um "território livre", ainda inexplorado?

---

[58] Ibidem.

III- "Saudosa maloca!": os novos arrabaldes e a expansão da cidade

Os arrabaldes são os pobres, os artíficies, os marinheiros, as indústrias barulhentas e malcheirosas, os albergues baratos, as postas, as cavalariças para os cavalos da posta, as habitações dos moços de fretes.[1]

[1] Fernand Braudel. *Civilização Material e Capitalismo*: séculos XV- XVIII, p.425.

A expansão da cidade de Santos seguiu o caminho para a Barra. As obras de infra-estrutura que estavam sendo realizadas na cidade, no final do século passado, criaram novas maneiras de portar-se, com o serviço de bondes ligando áreas até então destinadas exclusivamente para as chácaras na Barra, onde a elite santista descansava e cuidava de suas propriedades.

A expansão do Cais do porto aumentou a produção, exigindo demandas por terrenos para o armazenamento de mercadorias. Dessa forma, as propriedades que antes eram destinadas à moradia das famílias pobres forma sendo demolidas para dar lugar aos depósitos e armazéns que os serviços portuários exigiam. Além disso, houve também a campanha dos médicos para evitar os efeitos das aglomerações no perímetro urbano da cidade, o que, segundo eles, eram os principais responsáveis pela grande incidência de epidemias. A política de desadensamento do centro da cidade e o combate às formas de moradia precária em hotéis, restaurantes, cocheiras, cortiços, quartinhos de madeira, enfim, a toda habitação coletiva, fariam surgir novas alternativas de moradia para a população pobre, que aos poucos foi sendo expulsa das áreas mais centrais da cidade.

Por outro lado, o centro da cidade torna-se importante para a continuidade das obras do cais, que exige terrenos para o alargamento dos antigos trapiches. As desapropriações das áreas próximas ao traçado do

Cais comprometeram a oferta de vagas para moradia dos trabalhadores na cidade.

As áreas centrais, servidas de infra-estrutura urbana, como água e esgoto, transporte e iluminação pública, são valorizadas, prestando-se a servir as funções de circulação e de consumo de mercadorias. Para tanto, os usos e as práticas da população deveriam ser reguladas.

Além disso, o policiamento sanitário intensifica-se a partir de 1894, quando o Código Sanitário Estadual proíbe a construção e a permanência de cortiços no perímetro urbano da cidade. Essas medidas intensificam-se quando os projetos de construção de empreendimentos imobiliários podem atender uma demanda por moradias, que não fossem mais os cortiços no centro da cidade.

A execução de empreendimentos imobiliários e a realização das obras de saneamento, arruamento e o próprio Cais do Porto, foi aos poucos empurrando os mais pobres para regiões desprovidas de serviços de água, luz e esgotos. A existência de um novo segmento de trabalhadores, empregados da Cia. Docas, possibilitou a criação de loteamentos que fugissem ao padrão de moradia precária, até então vigente, destinada aos trabalhadores pobres.

Com a expansão dos empreendimentos realizados por Mathias Costa, em direção aos limites da cidade, o Jabaquara passou a ser

o arrabalde mais próximo do perímetro urbano. Passou a ser, ainda, um novo tipo de território, tendo sido valorizadas as suas funções de moradia para aqueles trabalhadores pobres que não tinham recursos para permanecerem no centro, ou mesmo nas Vilas Mathias e Vila Macuco.

Com a organização do trabalho no porto, após as investidas da Cia. Docas para o controle absoluto do embarque e armazenamento da exportação e importação de mercadorias, a Vila Mathias e a Vila Macuco passaram a ser alternativas para esses trabalhadores, já sedentarizados na cidade e de melhor nível salarial. Como resultado, as encostas dos morros do Fontana, antigo quilombo do Jabaquara, foram pouco a pouco ocupadas por moradias dos trabalhadores pobres.

Por outro lado, a instalação de rede de água e de iluminação pública ampliou-se na cidade. Em 1896, a rede de luz e água encanada estendia-se até os limites do perímetro urbano, para a *Vila Mathias* e *Vila Macuco*. A extensão da linha de bondes de Mathias Costa, em 1887, para a *Vila Mathias* e, posteriormente, em 1889, para a *Barra*, fez com que estes bairros se tornassem um espaço de ligação entre as antigas chácaras na Barra e a cidade.

Neder, ao estudar a transformação urbana no Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX, propõe que

> *...os planos e reformas urbanísticas foram acompanhadas de projetos de controle social que redefiniram a ação policial e moldaram os padrões de conduta e sociabilidade no espaço*

> *urbano... Definiram, também, o lugar de cada grupamento étnico-cultural e/ou social....processo de segregação no espaço urbano carioca, quando a cidade européia... diferenciou-se das áreas para onde os trabalhadores pobres (geralmente negros) foram empurrados: os morros e a periferia.*[2]

Podemos pensar nesta questão ao abordarmos a política de desadensamento da cidade, principalmente após a Comissão Sanitária Estadual intervir na cidade, em 1893. A preocupação crescente com o aumento dos limites do perímetro urbano, a especulação urbana, o arrendamento do Jabaquara, os serviços de esgoto, água e luz na região das ruas São Bento, Amador Bueno, Frei Gaspar, Rosário, Direita, Comércio, General Câmara, em direção ao que era até 1888 denominado arrabalde "Duas Pedras", considerado o limite da cidade, provocou lentamente a ocupação de áreas fora do perímetro urbano. Assim, em 1895, o arrabalde "Duas pedras" passa a contar como território da cidade.

Podemos notar que os morros e o Jabaquara ficam fora do que é considerado perímetro urbano da cidade, locais em que os serviços de infra-estrutura, como água, luz, saneamento, não chegam. Assim, mais uma vez valemo-nos de Roncayolo, quando aponta que:

> *A oposição centro/periferia assume a nova dimensão sob a forma de cidade/subúrbios. Esboçam-se clivagens entre as novas zonas residenciais abertas na periferia.*[3]

Concordamos com o autor à esse respeito: no tocante às reformas da região central, não há grandes extensões de terrenos sem os

---

[2] GIZLENE NEDER. "Cidade, Identidade e Exclusão Social." v. 2, n.º 3, p. 113.
[3] MARCEL RONCAYOLO, op.cit. p. 445.

devidos serviços de infra-estrutura urbana. Porém, a formação da Vila Mathias e o desadensamento do centro podem muito bem estar articulados, de forma que tanto o aspecto dos terrenos e propriedades localizados no centro da cidade, quanto os novos modos de vida que se queriam estabelecer estariam articulados com uma idéia de cidade que privilegiava modelos de circulação e consumo.

Gambeta[4], por sua vez, propõe que as intervenções da comissão sanitária estadual, especialmente após a entrada em vigor do novo código Sanitário Estadual, em 1894, intensificaram-se, impondo uma varredura aos cortiços no perímetro urbano. Desse modo, a moradia da população pobre foi sendo excluída para os vargedos do Macuco, Vila Mathias, e para os morros, onde eram tolerados, fugindo das visitas domiciliares freqüentes dos inspetores sanitários e, ao mesmo tempo, do fisco municipal.

Entendemos também que a reforma urbana e a reforma sanitária estão imbricadas. Apontamos como elemento significativo nessa política de ordenação urbana o papel que a cidade desempenharia junto à um importante setor da economia nacional, isto é, o setor da prestação de serviços, com a exportação de produtos agrícolas. Além disso, o crescimento da cidade e da capacidade de trabalho no porto implicou na oferta de uma

[4] WILSON R. GAMBETA. "Desacumular a pobreza: Santos, Limiar do século".

rede de serviços urbanos necessários à articulação do trabalho no porto e na cidade.

Assim, em 1868 é criada a Empresa de Melhoramentos, de propriedade dos engenheiros Thomaz Cochrane e Everett Bennet (sendo o primeiro parente do vereador santista Ignacio Wallace da Gama Cochrane, durante a legislatura de 1864-1871) que realiza um contrato de exploração dos serviços públicos de captação de água e de iluminação pública a gás de hulha, somente levados a efeito dois anos após sua criação, em 1871.

Constantemente acusada de desrespeito aos contratos, a empresa fornecedora de água, luz e transporte é posteriormente vendida à Cia. City of Santos Improvements. Reclamações também acontecem com relação aos serviços de bondes, freqüentemente denunciados pelos abusos nos horários, incertos, e mesmo pela desorganização das diversas companhias que passam a disputar o serviço de bondes. Essas reclamações referem-se ainda ao empreendimento realizado por Mathias Costa, em 1887, que organizara o primeiro serviço de bondes ligando a cidade à Barra, atualmente conhecida como a região da Orla da Praia.

A abertura da Avenida Conselheiro Nébias, em 1880, liga o antigo caminho velho da Barra ao centro da cidade, com a junção das duas linhas de bondes puxados por muares. A instalação de serviços de água encanada e iluminação pública a gás de hulha, em 1871, e a inauguração do

serviço de bondes puxados por muares, em 1889, ligando a Vila Mathias ao centro da cidade, possibilitaram a instalação de equipamentos de infra-estrutura urbana, valorizando antigas chácaras e arrabaldes da cidade.

Dessa forma, valorizaram-se empreendimentos imobiliários que acompanharam o crescimento da cidade, ligando os bairros afastados, ou arrabaldes, ao centro da cidade, onde se realizavam obras de saneamento, instalação de água encanada, abertura e alargamento de ruas, para servir à função de escoamento dos produtos do porto.

A urbanização da Vila Mathias integrou este bairro a uma rede de serviços públicos que até então estavam restritos às áreas mais centrais, como o Valongo e o Paquetá. Não é sem motivos que a Comissão Sanitária intensificou seus trabalhos de fiscalização, visando o desmantelamento dos cortiços na cidade, em 1896. Neste mesmo ano, a Intendência Municipal e a Câmara de Vereadores apresentaram novos planos para o traçado urbanístico da cidade, prevendo a construção e a ampliação de avenidas retas e largas.

A possibilidade de expansão da área territorial do perímetro urbano, incluindo-se as terras do Jabaquara, provocou mudanças significativas na configuração da cidade em arrabaldes e subúrbios. Conforme os arruamentos propostos por Saturnino de Brito em 1890, previa-se não só o alargamento das ruas e avenidas já existentes, mas também

pretendia-se planejar o crescimento da cidade, tendo como eixo de crescimento as obras de saneamento, através das avenidas-parque.

O engenheiro Saturnino de Brito em 1898 já havia estudado o problema do saneamento de Santos, propondo então a adoção do mesmo sistema sugerido por Rebouças - o sistema separador absoluto — em que as águas pluviais e de esgotos são separadas para posterior tratamento dos esgotos sanitários.

Saturnino propõe, ainda, o planejamento e a expansão da cidade delimitando-se as ruas dos subúrbios em diagonal, a construção de avenidas marginais aos canais, a criação de parques e jardins que interceptem o transporte aéreo da poeira em ruas retas e largas. O novo plano urbanístico da *Planta de Santos* prevê a própria execução levando-se em conta três questões fundamentais para o sucesso do empreendimento de saneamento da cidade.

A primeira delas refere-se ao tratamento dos esgotos sanitários, incluindo sua coleta, elevação e emissão da contribuição de despejos por meio da divisão da área em pequenos distritos sanitários; a descarga *in natura* em pleno mar, ou descarga, após depuração, no emissário submarino construído para este fim.

A segunda tarefa a ser executada refere-se à reforma completa das instalações domiciliares. Aqui inclui-se a desinfecção e o desmantelamento das habitações consideradas insalubres (cortiços,

cocheiras, prostíbulos, etc.) e seu constante monitoramento pela Comissão Sanitária.

O último ponto a ser empreendido trata da *"construção de canais de drenagem, com avenidas marginais, cortando-se a planície de subúrbios e abertos de mar a mar de modo que se dê a renovação das águas."*[5]

Essas idéias encontram sua orientação na teoria dos fluidos, segundo a qual, o ar e a água eram também portadores de emanações fétidas conhecidas como miasmas.[6]

Concordamos com a análise de Carlos Roberto de Andrade[7], segundo o qual o projeto de Saturnino prevê não só a expansão da cidade em planos, subúrbios, zonas distritais, mas também projeta uma nova concepção estética para a fruição da cidade. Criando-se as avenidas-parque, os canais a céu aberto, Saturnino procura aproximar a cidade de Santos às cidades modernas da Europa e dos Estados Unidos, em particular à Washington, despertando formas de sensibilidade modernas, através do olhar, transformando-a em paisagem.

No ano de 1896, temos notícia, segundo relatório do engenheiro Cochrane, contratado pela Intendência para a realização dos

---

[5] F. R. SATURNINO DE BRITO, *Albun: Cannaes de Drenagem* - superficial . Commissão de Saneamento de Santos (1906-1907) . São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild, 1908.

[6] MARISA V.T CARPINTÉRO, "Imagens do conforto: A casa operária nas primeiras décadas do século XX em São Paulo". In: (org.) BRESCIANI, M. S. M. *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*, 1994.

No ano de 1896, temos notícia, segundo relatório do engenheiro Cochrane, contratado pela Intendência para a realização dos trabalhos de estudo e levantamento do saneamento da cidade, que "*existem em Santos e Villa Mathias 3.500 casas, e por uma estatística que mandamos levantar encontram-se 2.400 prédios com aparelhos de exgottos.*"[8]

A referência do engenheiro à existência do aparelho sanitário nos domicílios é importante, uma vez que a *Empreza de Melhoramentos do Brazil*, de propriedade de Thomas Cochrane, é a responsável pela realização das obras de saneamento na cidade. Esta empresa seguiu as orientações do projeto do engenheiro José Pereira Rebouças,

O plano parte do princípio separador absoluto que tem dois sistemas, um que recebe as águas superficiais (rios, córregos, chuvas) e outro que coleta os esgotos sanitários. As águas das chuvas seriam coletadas nas galerias e mandadas para os canais, onde iriam para um coletor tronco, que por sua vez conduziria até a Usina Terminal do José Menino. Desta unidade um emissário levaria os dejetos até a Ponte de Itaipú, passando pelo continente pela Ponte Pênsil, construída especialmente para esse fim.[9]

---

8 RELATÓRIO COCRHANE, 1896. Relatório sobre o Serviço de Exgottos de Santos apresentado ao Dr. Teodoro Dias de Carvalho Jr. Secretário do Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane - chefe da comisão de Saneamento - em 1896. Impresso por Oscar Monteiro. Rua Travessa do Sem. Queiroz, 3, São Paulo.

[9]F. R. SATURNINO DE BRITO. Op. cit.

O que nos parece é que, ao mesmo tempo em que os melhoramentos urbanos avançavam, os modos de vida também se modificavam, uma vez que se poda usufruir de certos privilégios, como ter água encanada em casa e bondes na porta. Entretanto, parece-nos que esse movimento de expansão da cidade foi desigual, revelando, já no início da década de 1890, o crescimento dos bairros em que os serviços públicos eram instalados. Num primeiro momento, esses serviços públicos eram oferecidos como privilégios, servindo até mesmo para a realização de tratamento médico.

O jornal *Diário de Santos, por exemplo,* nos dá indícios das mudanças que estavam acontecendo na cidade. Vejamos:

> Aluga-se quartos com todos os pertences, no Recreio da Barra, pela linha de bonds da Vila Mathias, junto do chafariz.

O proprietário dos terrenos anuncia o aluguel de quartos, com a comodidade de ter a linha de bondes da Vila Mathias em frente à sua casa. Esta ocupação da Barra, atualmente a praia dos santistas, se deram conforme os serviços urbanos se desenvolveram na cidade. Ainda que incipientes, os serviços de água e luz chegaram, em 1896, até a Vila Mathias e Vila Macuco, bairros aprazíveis que fazem parte das novas formas de ocupação imobiliária.

Outro dado interessante é quanto à densidade da moradia em Santos, conforme tabela abaixo, organizada a partir do Censo de 1913,

TABELA N.º 3 N.º DE PRÉDIOS E DENSIDADE DA MORADIA EM SANTOS

Categorias da população	Natureza dos prédios	Estado dos prédios		Total	Densidade Média
	Casebres	Em ruínas	Em reconstrução		
População urbana	236	234	51	6790	14,00
População rural	2261	3	4	3788	4,70
Somas e médias	2497	237	55	10578	10,19

Fonte: Recenseamento do Município e da Cidade de Santos.[10]

Em 1872 existiam na cidade cerca de 1.407 prédios, para uma população de 9.141 habitantes. No ano de 1913, a densidade predial da área total da cidade era de 10,19 pessoas por domicílio, só comparável à cidade do Rio de Janeiro, em 1906, que era de 10,45. Se levarmos em conta a população concentrada no perímetro urbano, na zona de população aglomerada, a taxa é ainda bem maior: 14 pessoas por prédio, enquanto que na zona rural, ou de população disseminada, é de 4,70.

Nos primeiros anos da década de 1890, temos notícia de que o crescimento da cidade está sendo incorporado pelos moradores. Com efeito, Catharina Emerick Ablas, proprietária de terrenos e prédios na Rua Conselheiro Nébias, reclamava para que o Conselho de Intendência Municipal providenciasse a instalação de combustores para iluminação, na rua Conselheiro Nébias, uma vez que seus terrenos

> *se acham dentro da nova demarcação da cidade...* [e ainda] *Porque a suplicante, em virtude da nova demarcação, esteja*

[10] *Recenseamento do Município e da cidade de Santos*, em 1913, Segunda Parte, p. X.

> *sujeita ao pagamento dos impostos prediaes, tem direito ao gozo dos beneficios por parte da Municipalidade, que são agora a gaz.*[11]

O mesmo acontece em outro anúncio em que se pode ler:

> *Aluga-se na Vila Mathias, na rua do dr. Julio de Mesquita, uma casa para família de tratamento. Tem agua encanada em casa, bonds na porta. Trata-se com Emil Sauer.*[12]

Por outro lado, o *Diário de Santos* lamenta a ausência de atividades de lazer no centro da cidade:

> *Reclamações quanto ao lazer no domingo: as bandas musicais só tocam na Barra ou em São Vicente, e não há lazer no centro da cidade.*[13]

A cobrança feita pelo jornal, da existência de serviços públicos que forneçam aos moradores das áreas centrais da cidade uma forma de lazer, já eram sentidas. Poderíamos nos perguntar se esse tipo de reclamação já estaria em consonância com os novos modos de viver da burguesia, que procuraria estabelecer formas de lazer que substituíssem as já conhecidas, como o entrudo, e passariam a organizar divertimentos que ensinassem à população como ela deveria usufruir da nova cidade, com suas avenidas largas e próximas aos canais de drenagem, incluindo-se os passeios aos jardins da praia, que se tornariam comuns nas primeiras décadas do nosso século.[14]

---

[11] AHMSts. Fundo Câmara - Intendência. 1889, 1890. Caixa 01. Ofício ao Presidente do Conselho de Vereadores, em 05/1/1889.
[12] *Diário da Manhã*, em 05/03/1890.
[13] *Diário de Santos*, 29/0/1890.
[14] ANA LÚCIA LANNA, em palestra realizada no Programa de Pós-Graduação em História da PUC, a autora indicou-nos possibilidades de discutir a substiuição do Entrudo pelos bailes carnavalescos, organizados pelas Associações Desportivas da Cidade. De uma festa popular, tendo como cenário as

Temos uma imagem dessa nova modalidade de lazer, em que alguns grupos de moradores da cidade de Santos utilizam-se das linhas de bondes para realizar passeios à Barra e tomar banhos de mar junto à sua família, que mora nos terrenos das antigas chácaras, agora margeando as avenidas dos canais de drenagem construídos de acordo com a planta de Saturnino de Brito.

> *Quando meu pai trabalhava nos canais de Santos, o chefe dele era o dr. Rebouças ... Ficamos numa casa de madeira diante do canal que ia para São Vicente, ali na estrada Santos-Juquiá.*
> *O banho de mar pra fazer bem tinha que ser ao raiar do dia, ainda no lusco-fusco da madrugada....*
> *No mês de setembro os dias ainda não são largos, um negro nos acompanhava com uma lanterna.*
> *Quando voltamos já estava dia e fizemos uma caminhada dentro da mata de beira-mar. Íamos por uma trilha que passava no fundo das chácaras com enormes solares. Foi em setembro de 1904.*
> *Quem tocava o único hotel de Santos, o Parque Balneário, era uma italiana chamada d. Elisa Poli. Quase matei meus pais de susto nesse hotel; estavam todos almoçando. Tive uma dor de barriga nos sanitários, que ficavam sobre a água, em braços de mar. Dei um grito estridente. Toda mesa do hotel levantou, pensaram que eu havia caído na água.*[15]

Além do aspecto do passeio em família, novos hábitos são compartilhados pelos trabalhadores das empresas de saneamento, como o almoço em restaurante no *Hotel Parque Balneário*, e o banho de mar, acompanhado de um empregado da família. Assim, uma nova modalidade de trabalhadores que usufruíam de novos equipamentos como os hotéis à beira-mar indicam-nos que o padrão de precariedade e miséria dos imigrantes no final do século XIX estava aos poucos ampliando-se, fomentada pelas obras

---

ruas da cidade, as festas e bailes carnavalescos passam a ser realizados em clubes e associações, tornando-se privativos e seletivos.

de urbanização e empreendimentos capitalistas que se faziam na cidade de Santos.

Essas novas demandas implicam na tensa convivência com antigos modos de viver na cidade. Em contraste com as reclamações de ausência de lazer e infra-estrutura no perímetro urbano de Santos, a moradia dos trabalhadores pobres aos poucos vai se modificando, não sem manter certas características comuns aos cortiços e às habitações coletivas. Estas características comuns podem ser encontradas na descrição das terras do antigo quilombo do Jabaquara, que se transformou em objeto de litígio entre os herdeiros políticos de Quintino de Lacerda e Benjamin Fontana, arrendatário dos terrenos próximos ao antigo quilombo.

Já não se trata de erradicar os cortiços da região central da cidade, mas de possibilitar um convívio da cidade com a pobreza ou, ainda, estabelecer padrões de moradia e de urbanidade, instituindo linhas divisórias entre o que é considerado perímetro urbano e o subúrbio.

Dessa forma, temos um processo em que os territórios da moradia pobre novamente tem que ser configurados. Conforme Gambeta[16], as alternativas para a moradia pobre ganham nova dimensão, uma vez que trata-se da coexistência de padrões diferenciados de moradia, em que os

---

[15] ECLEA BOSI. *Memória e Sociedade*: lembranças de velhos. p.255-256.
[16] WILSON R. GAMBETA. "Desacumular a pobreza: Santos, Limiar do século".

padrões de pobreza, se não são aceitos plenamente, ao menos são tolerados, porém fora dos limites da cidade urbanizada.

Mas essa tolerância às moradias precárias acompanha o processo de luta por territórios na cidade. Enquanto as áreas centrais da cidade podiam absorver a demanda por moradias, o Jabaquara apresentava-se como uma região sem valor comercial. No entanto, após os serviços de bondes e iluminação terem sido estendidos para os limites do perímetro urbano, essas áreas passaram a abrigar uma mão-de-obra mais sofisticada, com maiores posses, sendo, portanto, mais valorizadas. Enquanto os trabalhadores concentravam-se no centro da cidade, vivendo nos porões e habitações coletivas, o território do Jabaquara permaneceu livre também da especulação imobiliária.

Poderia-se dizer, então, que os projetos imobiliários indicaram o crescimento de Santos. Conforme Rolnik[17], ao regular os usos dos territórios da cidade, a legislação estabelece limites para a concentração de pessoas, aumentando o valor imobiliário destas propriedades e, por outro, ao proibir a concentração de famílias no perímetro urbano da cidade, impele que esta população procure outras formas alternativas de moradia e de trabalho.

---

[17] RAQUEL ROLNIK. *A cidade e a Lei*: Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo, p.101.

Ao proibir a existência de cortiços no perímetro urbano, em 1894, a legislação obriga os moradores pobres a disputarem novos territórios que possibilitassem a continuidade e a sua permanência próximo à cidade, ao porto, seu local de trabalho. Com a expansão das linhas de bonde em Santos, temos para nós que as áreas antes chamadas de "arrabaldes", próximas aos vargedos do Macuco e do Jabaquara, foram os próximos locais onde aconteceu uma disputa por espaço e territórios na cidade.

Dessa maneira, a ligação ao centro estava garantida e, assim, os trabalhadores pobres somaram-se aos ex-escravos do núcleo criado pelos abolicionistas para a constituição dos quilombos da cidade, no Jabaquara. Temos em conta também que essas áreas, com a expansão das obras dos canais de drenagem, foram entrecortadas por vazios imensos, sem nenhuma infra-estrutura urbana de água, esgotos e iluminação. Tivemos, então, o mesmo processo que criou propriedades mais "nobres", ou ainda, terrenos para a especulação imobiliária, disputados por diversos segmentos da cidade. Para ilustrarmos, podemos observar que a Cia. Docas, Benjamin Fontana, Cândida de Matos e outros, moveram um processo de litígio pelas terras do Morro do Tachinho, Morro do Fontana e Morro do Nova Cintra, estes dois últimos fazendo limites com as terras que Fontana diz serem sua propriedade, no Jabaquara.



Foto n.º 6. Visão Panorâmica de Santos, em 1900, vendo-se ao lado direito a Av. Ana Costa, e ao lado esquerdo, a Av. Conselheiro Nébias. Foto de autoria desconhecida. F.A.M.S.

Ainda tratando dessa expansão, podemos observar na foto n.º 6, ao fundo, o empreendimento da Vila Mathias, no sopé do morro do Fontana. Os limites da cidade estão nessa região, conforme podemos visualizar pelo vazio entre os terrenos e casas existentes. Além disso, os serviços de iluminação a gás de hulha e, os trilhos do bonde da *Empresa Construtora de Santos*, responsável também pelas obras no Cais, e a *Companhia de Viação* de Mathias Costa utilizavam-se das ruas Ana Costa e Conselheiro Nébias, ligando o centro da cidade à barra, passando por esses bairros que aparecem na foto.

O que queremos mostrar, com essa imagem, é que o processo de expansão da cidade seguiu em direção à barra, mas deixou um

intervalo de terrenos considerados sem nenhum valor nos anos 80. Estes terrenos serviram de abrigo para o grupo de Quintino de Lacerda e, na virada do século, já estão plenamente habitados, fazendo parte do que consideramos perímetro urbano da cidade, embora os serviços de infra-estrutura urbana, como água, luz, esgotos, ainda não estejam plenamente consolidados. A partir de 1907, com as obras do saneamento, essa região já está plenamente urbanizada. Enquanto isso não ocorre, o bairro do Jabaquara e as áreas próximas do morro do Fontana transformam-se em último refúgio para os trabalhadores pobres. O que temos em conta é que tanto a comissão de saneamento e quanto a sanitária entrarão em conflito com as autoridades municipais, que mantém a região como um "território livre".

De acordo com os relatórios apresentados pela comissão de saneamento, em 1907, o projeto de Saturnino[18], além do canal de irrigação, previa também a necessidade da existência de uma larga faixa paralela aos canais para a interceptação da poeira e renovação do ar, através da construção de jardins. Isso teria motivado setores da Câmara Municipal, representados pelo vereador Alberto Sousa, jornalista de *A Tribuna*, a protestar contra a planta de arruamentos de Saturnino. Para viabilizá-la, o engenheiro propunha o crescimento da cidade tendo como

eixos de expansão as avenidas do Saneamento, e os canais de drenagem.[19]

A Câmara de Vereadores e a Comissão Sanitária disputam projetos diferentes de urbanização para a cidade. Um dos motivos poderia ser a desapropriação de parte das chácaras e sítios das regiões por onde passariam os canais de drenagem. Essa proposta poderia inviabilizar futuros empreendimentos imobiliários. A Câmara Municipal apresentou uma proposta de crescimento da cidade em diagonais, sem um planejamento para a intervenção urbana. Os vereadores criticavam principalmente o plano de crescimento de Santos segundo uma lógica diferente do crescimento natural das cidades.

No plano de expansão de Santos, Saturnino incluía o pagamento das obras de saneamento nas taxas de contribuição de melhorias. Além das taxas, as edificações futuras teriam de respeitar um regulamento de construções novas que incluía equipamentos adequados para a emissão de esgotos, separando-se as águas servidas por esgotos da captação de águas fluviais. Ademais, as desapropriações necessárias ao projeto da construção dos canais de drenagem, estipulando-se um preço que não significasse uma valorização pelo mercado, inviabilizaria a

[19] Os relatórios apresentados por Saturnino de Brito estão reunidos na coleção *Album dos Canais de Drenagem*, e *Obras Completas*. Para essa análise particular, sobre os conflitos com a Câmara Municipal, recomendamos sobretudo o livro de Alberto Sousa "*A municipalidade de Santos perante a Comissão de Saneamento*: Polêmica com o Dr. Saturnino de Brito".

venda dos imóveis pelos proprietários de terrenos que seriam beneficiados com as obras.

Dessa maneira, a população pobre foi sendo empurrada para mais longe, onde não havia infra-estrutura urbana. A Vila Macuco, ocupada a partir de 1890, foi um dos bairros que empurraram o crescimento do perímetro urbano da cidade.

Os arrabaldes, principalmente o Jabaquara, transformaram-se em alternativa para a moradia dos pobres. Com as reformas urbanas, o que era até a década de 80 considerado fora do perímetro urbano, portanto, fora dos limites da cidade, passou a ser disputado por Benjamin Fontana, que procurava obter lucro com o aluguel de algumas casas. Esse litígio está documentado nos processos criminais, em poder do Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos.

Esse crescimento dos arrabaldes, configurando padrões distintos de moradia e trabalho em Santos, traz algumas conseqüências, como podemos observar em Thompson,[20] que nos chama a atenção para os efeitos visuais de degradação do ambiente urbano das cidades industriais. A permanência de longas filas à noite para o abastecimento de água, o mau cheiro do lixo industrial, a densidade demográfica são indícios da situação

[20] E.P. THOMPSON. *A formação da classe operária inglesa*. vol II .p.185-7

dos trabalhadores no período logo imediato ao da Revolução Industrial.[21] Em Santos, os dados apontados anteriormente indicam uma proporção de uma casa para cada 7,5 moradores, quando a população era de 15.000 habitantes.

Aos novos padrões, seriam necessárias novas estruturas administrativas para o controle e o funcionamento das instituições que auxiliariam no processo de urbanização e saneamento. Assim sendo, a estrutura da Câmara Municipal teria de ser remodelada, para atender aos novos pressupostos do progresso, trazidos no bojo das discussões sobre a implantação dos projetos de reforma urbana em Santos.

Em outro sentido, o número de moradores da cidade estava crescendo, por um lado devido ao aumento da mão de obra nos serviços do porto e, por outro, pelo aumento do número de escravos fugidos que tinham a cidade como um de seus refúgios. Temos notícia de que a cidade tornou-se reduto de negros fugidos desde os anos de 1870. Já nos anos finais da década de 80, o quilombo do Jabaquara já tinha uma conexão entre os principais grupos de caifazes da capital da Província, que davam cobertura na fuga de escravos no interior do Estado. Conforme Ferreira[22], a presença do quilombo do Jabaquara incluiu vários setores da sociedade santista na cobertura e no apoio das fugas para o quilombo. No entanto, o caráter de

---

[21] Ibidem.
[22] SIMONE B. FERREIRA. *Quilombo do Jabaquara:* Territorialidade Social?

"território negro" da área do quilombo não foi respeitado após a morte de seu principal líder, Quintino de Lacerda, em 1898. Neste mesmo ano, houve uma pendenga jurídica entre este e o proprietário das terras do quilombo, Benjamin Fontana, o que obrigou os moradores do antigo quilombo do Jabaquara a pagar o arrendamento das terras ao proprietário.

A autora, dessa forma, traça um paralelo entre o crescente desenvolvimento da área urbana da cidade, a partir das construções das avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias, a instalação dos serviços de bondes ligando o centro da cidade às chácaras da Barra, e o loteamento das terras pertencentes a Mathias Costa, como os fatores que expulsaram os antigos aquilombados de seu território. Além disso, Ferreira questiona o caráter de "quilombo" do Jabaquara, uma vez que este refúgio é uma concessão dos abolicionistas, enquanto permanecesse a escravidão. Após o decreto que põe fim à escravidão em Santos, em 1886, as terras do Jabaquara deixam de ser do "quilombo" e passam a ser arrendadas por Benjamin Fontana aos aquilombados, tendo como seu administrador Quintino de Lacerda, até o ano de 1898, pouco antes de sua morte. Agora, os ex-escravos já eram cidadãos livres e, portanto poderiam seguir as regras da sociedade capitalista, ou seja, pagar pela sua moradia.

Além disso, o arrendamento revelou-se um ótimo negócio para Fontana. Por contrato estabelecido com Quintino, este lhe deveria o aluguel mensal de 400$000 e poderia usufruir dos ganhos que obtivesse.

Com o fim do arrendamento, o contrato estipulava que Quintino deveria pagar o equivalente a 5.000$000 até serem os terrenos e prédios desocupados. O contrato previa ainda o pagamento de multa de 5 contos de réis, caso não liquidasse a dívida e desocupasse as terras de Fontana. Consta que existiam cerca de 10.000 moradores no quilombo até o ano de 1898, sendo que alguns mantinham pequenas plantações, possivelmente para a própria subsistência, ou ainda para o abastecimento do pequeno comércio nas "casas de pasto" da cidade.

Interessa-nos, também, discutir a visibilidade desses elementos negros, recém-libertos, misturando-se aos segmentos pobres, nacionais e imigrantes na cidade, na disputa por trabalho e moradia, na década de 1890. A exclusão forçada desses elementos do perímetro urbano da cidade coincide com os melhoramentos urbanos e com a expansão dos serviços de infra-estrutura urbana, como, por exemplo, os serviços de água, luz e esgotos. E ainda, com a expansão do serviço de bondes, ligando os pontos de expansão da cidade, como a Vila Mathias e a Vila Macuco.

Aliando a expansão urbana à especulação imobiliária e aos mecanismos de controle da população pobre, em 1888, Guilherme Álvaro nos dá notícia do que significou o Quilombo do Jabaquara para o aumento do número de moradores na cidade:

> *Ao começar o anno de 1888, em que a população santista augmentou sensivelmente com a chegada ao Jabaquara, o quilombo de Quintino de Lacerda, de grandes levas de*

escravisados fugidos das fazendas do Interior da Provincia, a variola reinava aqui, tendo causado 12 obitos em janeiro.[23]

As novas avenidas que cortavam as terras do antigo quilombo do Jabaquara, fruto da expansão do empreendimento realizado por Mathias Costa, inseriam este território no plano de crescimento da cidade. Desta forma, a inclusão das terras do Jabaquara no processo de expansão urbana e de especulação imobiliária ganhou o interesse de empreendedores capitalistas, que viram, na exploração e venda de lotes do antigo quilombo, uma forma de obter lucros. Assim, o processo envolvendo Benjamin Fontana e Quintino de Lacerda ganhou evidência.

Nesta mesma época, o arrabalde do Jabaquara foi se configurando como um local propício para a exploração de terras que servissem de moradia e para a reserva de trabalhadores no porto. Antes da ocupação desenfreada que vimos no final do século XIX, o "arrabalde" contava com 10.000 pessoas[24], número bastante representativo, visto que a população de Santos no período girava em torno de 50.000 pessoas.

Ao mesmo tempo em que a cidade de Santos crescia rapidamente nos anos finais da década de 1890, a população que vivia amontoada nos cortiços nas regiões centrais foi sendo constantemtente policiada. Como sabemos, o código de Posturas determinava a proibição de

---

[23] GUILHERME ÁLVARO, Op. Cit., p.36.

[24] Não existem dados censitários disponíveis sobre a população que viveu nas terras do quilombo do Jabaquara. Esta informação baseia-se nos dados obtidos em ALICE AGUIAR DE B. FONTES, Apud: SIMONE BATISTA FERREIRA. Op. Cit. p. 101.

cortiços na cidade. Essa postura do Código Sanitário Estadual encontrou resistências para ser aplicada em Santos, uma vez que existia uma Lei Municipal de 1894 que "*Obriga os proprietários de cortiços dentro do perímetro urbano a reformal-os no prazo de 60 dias.*"[25]

Portanto, no mesmo ano em que o governo estadual acirrava a perseguição aos cortiços, uma lei municipal abrandava o tratamento dado à questão. Podemos indicar que as posições do governo estadual nem sempre eram respeitadas pelas autoridades municipais. Assim, a existência da possibilidade da permanência de cortiços, desde que seus proprietários os reformassem, nos dá indícios de que em Santos a questão do higienismo está disputando posições com diversos segmentos que lucravam com a especulação imobiliária. Estes setores, por sua vez, tinham influência junto à Câmara de Vereadores, com poder de criar leis que amenizassem as intervenções das comissões sanitária estadual e polícia sanitária.

As terras do antigo quilombo são cenários da última batalha por territórios em Santos, no final do século passado. Localizadas entre os loteamentos da Vila Mathias e o centro da cidade, sofreu a força das disputas territoriais dos empreendedores e construtores da cidade. Além disso, a abertura de novas avenidas e o alargamento das já existentes, que

---

[25] Lei n.º 46, de 16 de outubro de 1894. Índice das Leis Municipais de Santos, de n.º 1 a 623, em 29 de setembro de 1892 a 31 de julho de 1919. Prefeitura Municipal de Santos. São Paulo: Casa Espíndola, 1919.

faziam a ligação do empreendimento de Mathias Costa com a cidade, trouxe conseqüências aos moradores do Jabaquara.

Em 1897, com o prolongamento da rua Rangel Pestana até o morro, a Intendência Municipal desapropriou partes dessas propriedades[26]. Assim, o Jabaquara foi um elo de transição entre a cidade e os terrenos da Barra, constituindo-se num local em disputa, onde os sujeitos estão a meio-termo entre as moradias de trabalhadores consideradas "salubres", e os "cortiços", estes últimos cada vez mais policiados e vigiados. Então, a alternativa de moradia dos trabalhadores pobres foi o "arrabaldes" do Jabaquara.

O Jabaquara transforma-se, dessa forma, em arrabalde com o arrendamento das terras do Quilombo entre Fontana e Quintino, e com a inclusão do bairro à cidade, através das linhas de bondes e da expulsão dos cortiços das áreas centrais de Santos. Assistimos, assim, a um processo violento da constituição de Benjamin Fontana como um personagem da luta por empreendimentos imobiliários. Fontana representa uma disputa por espaço na sociedade; o que sobra para ele também são as "franjas" dos empreendimentos imobiliários; o "filé" fica com a Cia. City, proprietária dos serviços urbanos, e com Mathias Costa, empreendedor dos loteamentos que levam seu nome.

Como já dissemos anteriormente, o que era até então um "território livre", a partir da decretação do fim da escravidão em Santos, em 1886, torna-se objeto de litígio pela sua posse e exploração. Neste mesmo ano, Benjamin Fontana, invocando direitos de proprietário, passa a arrendar as terras para Quintino de Lacerda, até o ano de 1895. Pelo contrato estipulado, Quintino deverá pagar 400$000 mensais pelo aluguel das terras, e poderia retirar o que lhe conviesse das mesmas.

Em 1895, o contrato é refeito, e Fontana exige de Quintino o pagamento dos aluguéis atrasados. Com a morte de Quintino de Lacerda, em 1898, Fontana pede ação de despejo dos moradores dos barracões arrendados para Quintino, no Jabaquara. Segundo Fontana, seu "compadre e amigo" Quintino obtinha dos terrenos o *"aluguel de 60 ou 70 casinhas, que poderiam chegar a 5 ou 6 contos",* além de extensos capinzais. O que estamos querendo discutir é que no arrabalde do Jabaquara viviam cerca de 10.000 moradores, morando em casinhas de madeira, ou em barracões enfileirados. Portanto, apesar de ser um local de extrema dificuldade de acesso, o Jabaquara representava um importante núcleo habitacional na cidade. Se tivermos em conta que a cidade no final da década de 1890 possuía cerca de 50.000 habitantes, teremos no Jabaquara cerca 20% da população residente em Santos.

---

[26] Lei n.º 87, de 03 de fevereiro de 1897, e Lei n.º 99, de 19 de maio de 1897. Índice das Leis Municipais de Santos, de n.º 1 a 623, em 29 de setembro de 1892 a 31 de julho de 1919. Prefeitura

Esse contingente de população também é diferente da população de negros fugidos nos anos da década de 70 e 80 do século passado. No mesmo processo em que Fontana exige o pagamento do arrendamento das terras, temos notícia de que vários moradores que trabalhavam na cidade e residiam no Jabaquara tratavam-se de imigrantes, ou trabalhadores pobres. Assim Fontana utiliza-se do argumento de que as terras arrendadas dão lucros ao locatário, para retomar a propriedade.

Outro dado importante é que o processo nos informa sobre as atividades de subsistência e o trabalho realizado pela maioria dos moradores:

> *... que eles supplicantes, todos de profissão roceiros, que algum tempo antes da Lei de 13 de Maio, há seis anos mais ou menos houveram de aforamento dos donos do sítio Jabaqura. Benjamin Fontana e Sua mulher, parte dos terrenos do dito sítio e aí edificaram casas para seus domicílios, fizeram outras benfeitorias, entre as quais muitas plantações de cujo produto vivem. Sucedeu, porém, que a 6 e 7 do corrente mês de junho, um indivíduo de nome Luiz José de Matos e mais Antonio Sodré, Pedro de Lanuzaria, José Lourenço com muita gente assalariada, começaram a usar o terreno dos suplicantes, querendo construir, abrir valas, danificando as plantações e demais benfeitorias. Sem os supplicantes saberem com que direito praticavam tais violências e danos.*

Esse processo continua adiante, em que há uma disputa pelas terras do morro do Tachinho. Estão envolvidos Benjamin Fontana (réu), e D. Cândida de Matos e seu marido, que se dizem donos das terras do

---

Municipal de Santos. São Paulo: Casa Espíndola, 1919, p.10-11.

morro do Nova Cintra. No litígio há a queixa de que os supostos proprietários, D. Cândida de Matos e seu marido tenham utilizado da força policial, que invadiu as casas dos moradores, agrediu-os e prendeu-os sem motivo legal. O cerne dessa questão é que as terras do morro do Jabaquara, onde Benjamin Fontana tem seus arrendamentos, ficam próximas aos terrenos que supostamente pertencem a D. Cândida de Matos. Estes terrenos, por sua vez, não tem seus limites demarcados.

O conjunto desses procedimentos revelam que a propriedade fundiária na cidade de Santos está passando por uma valorização fundiária, fruto da expansão urbana e dos novos sujeitos que se apresentam. Benjamin Fontana é um dos personagens mais presentes nessa formação de um mercado imobiliário urbano na cidade. Além de se dizer proprietário dos terrenos próximos ao morro do Jabaquara, também era proprietário de inúmeras casas de cômodos, cortiços e quartinhos de madeira pela cidade.

Em relatório do delegado de Hygiene, Soter de Araújo, o médico da municipalidade descrevia uma das propriedades de Fontana, no largo do Rosário, ao lado da igreja do mesmo nome. Segundo consta do relatório, Fontana estaria construindo um armazém com galpão nos fundos. Este armazém possuía 5 portas, galpão nos fundos e sótão, onde estariam sendo demarcadas divisórias para futura locação. O delegado de Higiene pondera que as divisórias só poderiam ser destinadas a, no máximo, dois

moradores, e os fundos do armazém não se prestariam a servir de moradia coletiva. No entanto, a descrição do galpão que Fontana estava construindo assemelha-se muito aos quartinhos de cômodos existentes na cidade. O delegado de higiene assim o descreve:

> *para os fundos do terreno, há, do lado de leste, uma espécie de galpão, extenso de cincoenta metros, mais ou menos, cimentado e na altura de um palmo acima do nível do terreno, coberto de telha em quasi toda a extensão, tendo apenas uma beira de menos de um metro, coberta de folhas de zinco.*[27]

Fontana é um dos homens que disputavam o mercado imobiliário da cidade, e procurou fazer desses empreendimentos um meio de vida. Até o Código Sanitário de 1894, que proibia qualquer construção coletiva que caracterizasse um aglomeramento de famílias, ou cortiços de madeira e zinco, permitia as construções de quartinhos de madeira e de cômodos.

Possivelmente quando as comissões sanitárias e de saneamento acirraram a perseguição às moradias coletivas no perímetro urbano, particularmente a partir de 1893, quando intervieram com força de polícia sanitária na cidade, os negócios de aluguéis de cômodos e quartinhos de madeira não representavam mais uma fonte segura de investimentos. É por isso que os arrendamentos no Jabaquara e sua divisão em lotes significariam mais e melhores lucros. Daí, talvez o interesse maior dos

---

[27] AHMSts- Fundo Câmara – Intendência (1890, caixa 02) Pareceres da Comissão de Viação e Obras Públicas. *Relatório apresentado Ao cidadão Luiz José dos Santos Dias pelo Delegado de Hygiene, dr. Raymundo Soter de Araújo*, em 13/03/1890.

capitalistas em garantir a propriedade dos terrenos fora do perímetro urbano, onde poderiam com mais cautela arrendar terras, e mesmo construir cômodos.

A questão judicial entre Quintino e Fontana faz parte do processo de ampliação dos limites da cidade, com a instalação de serviços de água, luz e iluminação elétrica nas terras antes consideradas "arrabaldes". Até 1850 considerava-se como marco dos limites da cidade o arrabalde "Duas Pedras". Em 1894, esse limite estendia-se "*do cemitério da Philosophia, fraldeando a montanha até o Itororó, praia do Embaré, acompanhando sempre o littoral até o rio S. Jorge*".[28]

Temos, também, uma descrição do Jabaquara num período anterior ao processo de expansão urbana que incluiu as terras do antigo quilombo ao processo de expansão imobiliária da cidade. Ali, os negros estavam sob a proteção e a tutela de Quintino de Lacerda, o que de certa forma assegurava um controle político e social dos habitantes do quilombo. Afastados ainda do centro urbano da cidade por fatores geográficos, o morro do Jabaquara foi durante os anos 80 e primeira metade da década de 90 o "reduto dos negros".

Algumas descrições deste reduto podem nos apresentar imagens de que no Jabaquara os negros vivessem em liberdade,

---

[28] Lei n.º 24, de 09/06/1894. *Índice das Leis Municipais de Santos*, de n.º 1 a 623, em 29 de setembro de 1892 a 31 de julho de 1919, p.5.

constituindo dessa forma um "território negro". Embora excluídos de um convívio social mais intenso na cidade, o lugar reservado aos negros era também o lugar onde a cidade poderia realizar festas e encontros, em nome da causa abolicionista. É por isso que os batuques organizados por Santos Garrafão atraíam os jovens abolicionistas para seus encontros domingueiros no quilombo de Pai Felipe, bem próximo ao morro do Jabaquara.

> *Pae Felippe veio para o Jabaquara com sua gente, e como "rei" que era em trinta annos de floresta livre, ficou isolado, além da ponta do morro, fazendo os seus tambaques e caxambús, que pouco falavam aos brancos, mas muito diziam às suas recordações.*[29]

Silva Jardim, um abolicionista da cidade, oferece-nos uma descrição do quilombo do Jabaquara. Além de apresentar um aspecto tosco e rude para o padrão das moradias, o antigo quilombo possuía uma estrutura em que davam-se festas, dançava-se e organizavam-se as reuniões dos abolicionistas:

> *Vejam esta série de casinhas, ligadas entre si, num grande barracão, precedidas de um armazém, que serve fornecimento a todos. Em frente ao terreiro, o pátio comum, e, em banda, um carramanchão para descanso geral e para a festa. Deste lado a planície, que olha a terra, deixando à margem o mar, que murmura ao longe; nesta planície estão as terras aforadas onde os pretos trabalham; deste lado a montanha, enorme, que defende o quilombo contra a cidade, no caso de ataque; um só carreiro, dificilmente transitável e sempre vigiado pelos espias do chefe, podia servir de comunicações. Vejam ali, naquela encosta, uma única habitação anterior ao quilombo, e a ele cavaleiro; casa de campo de um abolicionista, palmeiras ao derredor, dando ares daquele quilombo do Leblon, do Seixas, no Rio de Janeiro, que*

---

[29] *A Tribuna* – Ed. Comemorativa do 1.º Centenário da Cidade de Santos. Santos, 26/01/1939. Apud: Simone Raquel Batista Ferreira: *Quilombo do Jabaquara: territorialidade social?* p.69.

> *avista do alto o mar quebrando na areia, em Copacabana, e de onde vieram flores à princesa no dia 13 de maio.*[30]

Esta descrição das "casinhas" nos permite sugerir que o mesmo processo de ocupação de moradias pobres também ocorria, ao menos em território fora do perímetro urbano. Mesmo que não existisse a questão do adensamento, com grande número de famílias cohabitando o mesmo espaço, a existência de equipamentos de uso coletivo denuncia o caráter precário dessas moradias.

Conforme Conrad[31], a aparência das moradias do Jabaquara assemelhava-se à uma cidade-favela. Isto realça as denúncias de que se tratava de um amontoado de casas sem infra-estrutura, como água encanada, luz elétrica e saneamento básico, e que eram formadas por cabanas de madeira, palha e barro, com folhas de zinco como telhados Nestas habitações eles não tardaram a plantar jardins e a ganhar dinheiro como carregadores de café nas docas ou como da manufatureiros de carvão.

Deste período, temos algumas imagens que nos indicam que as casas do quilombo eram enfileiradas e que algumas poderiam ter seus pequenos roçados. Além disso, por estas imagens, comprova-se que a contigüidade das casas era uma realidade. Ademais, a presença de pedreiras ao fundo do vale do Jabaquara nos indica o local para o qual

---

[30] Silva Jardim, em seu livro *Memórias e Viagens* assim descreve o quilombo do Jabaquara. Apud: Olao Rodrigues. *Cartilha da História de Santos*. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1980, pp. 44-45.

Quintino de Lacerda contratava trabalhadores do próprio reduto a fim de realizar a construção das amuradas do Cais e os serviços de infra-estrutura urbana.



Foto n.º 7. Casa de Quintino de Lacerda, no morro do Jabaquara. Foto de autoria desconhecida, Acervo da F.A.M.S.[32]

---

[31] ROBERT CONRAD, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2.ª ed. Apud: Simone Batista Ferreira. Quilombo do Jabaqura: territorialidade social? p.75.

[32] Casa de Quintino de Lacerda , no morro do Jabaquara. Autoria desconhecida. Acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos. (foto gentilmente cedida por Ana Lúcia Duarte Lanna)



Os barracões de Quintino de Lacerda, ultimos vestigios do "Jabaquara", onde elle terminou seus dias, a 13 de Agosto de 1898. — Aspecto tirado em 1900

Foto n.º 8 Os barracões do Jabaquara, em 1900. (foto gentilmente cedida por Ana Lúcia Lanna.)

Devemos dizer, no entanto, que o território do Jabaquara não é somente um território de negros libertos, mas também representa um território onde são permitidas certas liberalidades, onde a sexualidade encontra espaço para manifestar-se sem tantas repreensões. Desta feita, o "território negro" também é um espaço de encontros entre brancos e negros, em que há uma moralidade permissiva, embora restrita aos momento festivos, em ocasiões de alforria de escravos.

Conforme Lanna, "*tratava-se de relegar as formas populares de manifestação, até então aceitas e incorporadas pela sociedade, para o*

território do ilícito, da contravenção."[33] Assim regulavam-se não só os territórios, mas também os momentos para a convivência harmônica entre brancos e negros. Mesmo assim, essas festas permaneceram após a abolição da escravidão em Santos, em 1886.

Outro personagem ligado ao quilombo do Jabaquara é o português Santos Garrafão. Casado com a negra Brandina, dona de pensão na cidade, ele era dono de uma venda no fim da Rua Direita e elemento importante na ligação dos abolicionistas e moradores do Jabaquara com os demais santistas. Com uma carroça, percorria as principais ruas da cidade coletando alimentos para serem distribuídos no quilombo.

Quintino de Lacerda, líder do quilombo do Jabaquara, foi aos poucos ganhando prestígio e autoridade na cidade. Chegou a ser vereador, em 1895, tendo exercido as funções de inspetor sanitário e inspetor de quarteirão. Consta que servia também de intermediário na contratação de serviços dos moradores do Jabaquara. É dessa forma que organizou uma empresa de prestação de serviços à Intendência Municipal e participou de licitação para a limpeza de valas na Vila Mathias, Av. Ana Costa e Otaviana. Nessa empreitada, Quintino emprega 12 funcionários e recebeu por isso 950$000, devendo também constituir a força reserva do grupo de incêndios. Encontramos, ainda, nos arquivos do Fórum de Santos, menção a outro

---

[33] ANA LÚCIA DUARTE LANNA *Santos: uma cidade na transição*. (1870-1920)

pedido de concorrência para prestação de serviços de limpeza de valas no Boqueirão até a Ponta da Praia e nessa licitação, ele não sai vitorioso.[34]

É importante citarmos que a concorrência pública para a limpeza de valas foi solicitada por um abaixo-assinado de moradores da Vila Mathias, que também utilizaram-se dos jornais para denunciar o estado lastimável em que se encontravam as ruas dessa mesma vila. Assim, percebemos que iniciava-se uma luta por direitos dos moradores dos bairros que já possuíam alguma infra-estrutura urbana. Dessa forma, a exigência de serviços urbanos indicam que mudanças no comportamento dos moradores já foram assimiladas, como a importância da salubridade e do escoamento das "águas servidas".

Os padrões de moradia e de urbanidade, no entanto, não são os mesmos para a cidade e para os arrabaldes. É necessário debater sobre a existência de diferentes padrões de infra-estrutura urbana de Santos. Essas diferenças podem ser observadas na petição em que Júlio Backheuser, morador da Barra, solicita ao Presidente do Conselho de Intendência que remova o chafariz público que fica em frente à sua chácara, porque este lhe impede o trânsito, dificulta o cercamento de sua propriedade

[34] AHMSts- Fundo Câmara – Intendência (1889-1890 caixa 02) Pareceres da Comissão de Viação e Obras Públicas.

e, sobretudo, pela ausência de necessidade do mesmo, pois "*todos os moradores tem água encanada*".[35]

Em contraste, podemos observar a situação de outro equipamento público que servia aos moradores do centro da cidade, no Largo dos Gusmões. Por se tratar de local de grande aglomeração e trânsito, o inspetor do distrito oficiou ao Inspetor de Viação e Obras que o mictório encontrava-se sem água, o que causaria transtornos, uma vez que este servia aos freqüentadores do Mercado Municipal.[36]

Embora estejam presentes elementos que nos indicam a presença ou a ausência de equipamentos de infra-estrutura urbana, demarcando fronteiras invisíveis,[37] o processo que regulamenta e legitima a distribuição irregular desses serviços é o mesmo que organiza o fornecimento de mão-de-obra menos qualificada para os serviços da cidade, como a limpeza de valas, a abertura de ruas, e garante, ainda, um suplemento de trabalhadores da reserva, caso houvesse greves. Assim, os moradores do antigo quilombo do Jabaquara tornaram-se força supletiva do Cais, substituindo os operários em greve em 1891.

Cabe aqui discutirmos as relações entre o arrabalde do Jabaquara, a mudança da constituição de seus moradores e a existência de

---

[35] AHMSts- Fundo Câmara - Intendência (1889-1890 caixa 02) Pareceres da Comissão de Viação e Obras Públicas. Santos, 21/04/1890.

um mercado de trabalho próprio para os habitantes do bairro, em particular, para a mão-de-obra de trabalhadores negros.

Por conseguinte, o processo de urbanização da cidade de Santos articulava-se aos interesses da Empresa de Melhoramentos de Santos, construtora encarregada de realizar as obras do saneamento.

A construção dos canais de drenagem nas regiões pantanosas antecipou as obras de urbanização que viriam nas próximas décadas. A separação dos chamados "bairros nobres" se deu na Ponta da Praia, com os loteamentos da década de 20-30, enquanto que uma nova modalidade de moradia, destinada aos pobres, foi aos poucos sendo constituída. Temos notícia da existência de "casebres" desde os anos 90 do século passado. No entanto, poucas informações nos indicam o processo que constituiu esse padrão de moradia popular. Sabemos que em 1890 várias solicitações de licença para a edificação de tais moradias foram apresentadas junto à Intendência Municipal. O fato era, até então, novo, e o engenheiro da Seção de Obras solicitou ao presidente do Conselho de Intendência que providenciasse uma legislação própria para a regulamentação desse tipo de moradia.

---

[36] AHMSts- Fundo Câmara – Intendência (1889-1890 caixa 02) Pareceres da Comissão de Viação e Obras Públicas. *Ofício enviado por Bernadino de Santanna, Inspector do 5.º distrito, ao comissário de Saúde Pública da Intendência Municipal de Santos*, em 09/04/1890.

[37] RAQUEL ROLNIK, *A cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.*

Temos notícia novamente desse tipo de moradia em 1911, quando foi regulamentada sua construção fora do perímetro urbano. Isto significou que essa construção popular de moradia levou mais de trinta anos para Ter sua existência regulamentada. Conforme Wilma Therezinha de Andrade[38], os casebres ou chalés eram uma alternativa de moradia nas regiões agora ligadas ao perímetro urbano pelas obras de saneamento. De acordo com o censo demográfico da cidade de Santos no ano de 1913, existiam 236 casebres entre a população urbana, e um número muito superior entre a população rural, que abrigavam-se em 12.261 dessas moradias. Cabe ainda informar que existiam 234 casas consideradas em ruínas na cidade, número semelhante ao de casebres. (ver tabela pág. 151)

Dessa forma, na nova configuração urbana de Santos, "os arrabaldes" originaram-se de novas práticas e funções dos territórios na cidade. Eram locais não são de moradia, mas também de trabalho. No caso do Jabaquara, de trabalho dos negros de Quintino nas pedreiras do bairro. Na foto n.º 9, temos uma visão da pedreira e do arrabalde do Jabaquara.

---

[38] WILMA THEREZINHA DE ANDRADE. *O discurso do Progresso*: A evolução urbana em Santos (1870-1930).

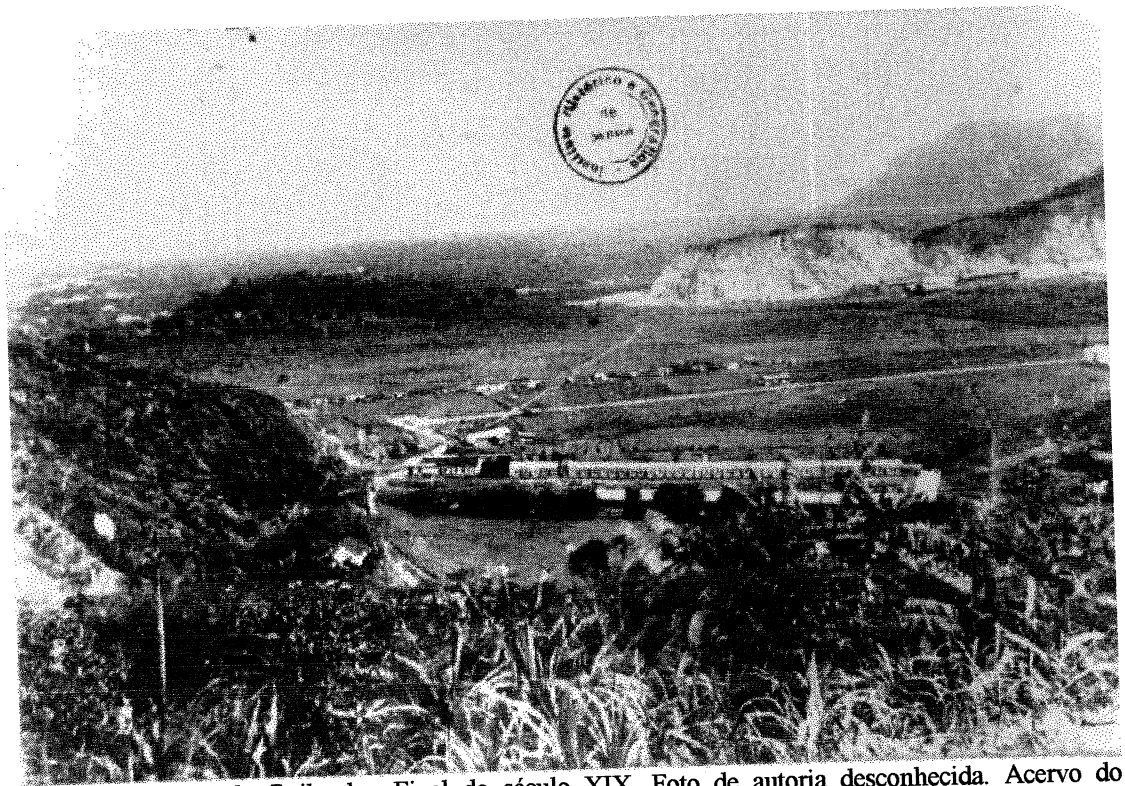


Foto n.º 9. Rua do Quilombo. Final do século XIX. Foto de autoria desconhecida. Acervo do IHGSantos[39]

Como se pode observar, a pedreira do Jabaquara já dá sinais de que estava em um lugar afastado, no período de 80, e agora era um dos locais de onde se conseguia extrair matéria-prima para as obras na cidade. Portanto, podia-se lucrar com a venda e a comercialização desse produto. Essa matéria-prima passa, então, a ser um produto que exigia uma demanda muito maior do que antes, quando as pedreiras que existiam eram apenas para aterramentos das ruas. Estes aterramentos podiam se dar com o lixo que a cidade produzia, até pelo menos os anos 1870. Agora, com as novas e modernas técnicas de construção, os aterramentos precisavam de

[39] Rua do Quilombo do Jabaquara, final do século XIX. Autoria desconhecida. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. (foto gentilmente cedida por Ana Lúcia Duarte Lanna)

matéria-prima que tinha que ser comprada, portanto, a pedreira, de propriedade da própria Cia. Docas de Santos, não só incluía o arrabalde do Jabaquara ao mercado de trabalho da construção civil, mas também, fornecia matéria-prima e mão-de-obra para as obras da cidade.

Qual mercado de trabalho que estava-se criando, poder-se-ia perguntar. E a resposta é que a construção civil, hegemonicamente de imigrantes e nacionais, sendo maioria constituída de imigrantes, excluía por completo os negros, sobrando para estes, trabalhos mais pesados e de menor qualidade, como o serviço da estiva, ou ainda, em sua maioria, serviços na pedreira do Jabaquara, onde eram contratados os homens de Quintino.

Chegamos à esta afirmação, analisando algumas greves e, principalmente, a greve da construção civil de 1891. Esta foi uma das grandes greves do final do século passado e ganhou destaque no *Diário de Santos.* Por outro lado, existiam reclamações de que os negros que trabalhavam na pedreira do Jabaquara serviam como "fura-greves".

Por outro lado, é necessário discutir qual o papel que os elementos negros, recém-saídos da escravidão, tiveram na formação de um mercado de trabalho, e qual seriam os territórios e práticas permitidos à esses segmentos na cidade.

Segundo Ferreira, a contratação de trabalhadores do quilombo já estava acertada antes da vinda dos negros fugitivos para Santos.

Assim, o Jabaquara sempre caracterizou-se por ser uma reserva de mão-de-obra para a cidade. Isso deu-se até o *boom* da imigração, quando a mão de obra era maior do que a oferta de empregos. Após a abolição, como vimos, a concessão de territórios para os ex-escravos passou a ser uma questão que envolvia a disputa por espaço, moradia e trabalho na cidade de Santos.

Ainda buscando informações sobre as tensões que originaram transformação na luta por espaços e territórios em Santos, encontramos nos autos do Fórum um processo-crime em que vizinhos são co-autores de crimes. Num desses processos, encontramos uma história muito interessante, de um crime de assassinato entre italianos. Moradores do bairro do Jabaquara, os italianos Luís Bertossi e Henrique Ferlini mantinham ocupações comuns, eram carroceiros, e por conta de uma cobrança de dívidas estranharam-se ao ponto de ocorrer um assassinato. Interessante é que as testemunhas eram vizinhos, e ainda "companheiros", o que indica uma proximidade de categoria profissional e de nacionalidade. Nos depoimentos, as testemunhas indicam não só os motivos do crime, mas também as tentativas de evitarem tal crime. Assim,

> *Eugênio Domini, de 42 anos, carroceiro, casado, morador no Jabaquara, n'esta cidade, natural da Itália, sabe ler e escrever.(...) E sendo inquirido do que trata a portaria, respondeu: Que pelas sete horas da manhã, do dia 09 do corrente, ele depoente, estando conversando na casa de Luís Bertossi, no lugar denominado Jabaquara, disse este que tinha de receber algum dinheiro, e se Henrique de tal, italiano, não lhe quizesse pagar, ele o mataria. Que ele depoente, tentou demovê-lo desta intenção, não sendo*

> *atendido por Luís Bertossi, que afirmava que o mataria, se não lhe pagasse, tendo depois, ele depoente, ido para o seu trabalho.* [40]

Em outro depoimento,

> *Verge Otavio, 27 anos de idade, carvoeiro, solteiro, morador no Jabaquara, n'esta cidade, natural da Itália, sabe escrever e ler ... Que ele, depoente, viu Henrique com uma faca ensangüentada, usurpando-a [ilegível], faca esta que ele, depoente, afirma ter sido tirada do morto por Henrique quando lutava, pois ainda via-se no corpo da calça de Luís a bainha dessa faca. Que em seguida Henrique evadiu-se, levando consigo a faca, indo ele depoente, e seu companheiro Galdino Fortini, a quem encontrara na Vila Mathias, dar parte à polícia. Que antigamente Luís e Henrique eram amigos, mas que ultimamente por causa de dívidas, andavam em questões.*[41]

Ainda sobre o crime envolvendo os italianos, no depoimento de Nazália Maria da Conceição, temos uma descrição do lugar onde o assassinato aconteceu. É interessante seu depoimento, uma vez que informa ter como profissão lavadeira, fazendo uso do rio que ficava no mesmo bairro em que morava.

> *... voltando ela de seu serviço que era de lavar roupas que existe no tachinho, e sendo o caminho para sua casa pela ponte de Miguel, carvoeiro, e conforme ali viu, no terreiro da casa de Miguel [ilegível] morto, que sabe chamar-se Luís Bertossi, carroceiro, ter sido assassinado por Henrique, segundo dizem as pessoas e que se achavam ali. E disse mais, que ela, depoente não ouviu grito nenhum, nem barulho de qualidade alguma, quando ainda se achava no rio, e era próximo da casa pelo fato de haver ali uma cachoeira.*[42]

---

[40] AGFCS - 1.a Vara Cível . Maço n.° 197. *Inquérito policial, ex-ofício, relativamente ao assassinato do italiano Luís Bertossi, no lugar denominado Jabaquara*, em 09/01/1890.

[41] Id.

[42] Ibid.

Nesses depoimentos, temos a impressão de que a cidade de Santos já tinha seus arrabaldes, uma vez que o lugar denominado Tachinho, como consta nos Autos, pertence ao Jabaquara. Uma das testemunhas ficou sabendo do ocorrido no bairro da Vila Mathias, onde trabalhava como carroceiro.

Outra questão é em relação ao desmembramento do Quilombo do Jabaquara, apenas dois anos após a abolição da escravidão no Brasil. Onde estariam localizados os remanescentes de Quintino de Lacerda? Sabemos que o quilombo ainda existia, mesmo após a abolição em Santos, no ano de 1886. Mas, o que foi o refúgio dos negros, já tinha se transformado em bairro de imigrantes e de migrantes nordestinos, como é o caso de Nazália Maria da Conceição, outra testemunha do assassinato de Luís Bertossi.

Ainda sobre os depoimentos dos Autos, uma das testemunhas afirma que Luís e Henrique chegaram à rua depois de terem aberto um buraco na parede da casa em que se encontraram. Portanto, acreditamos que tratava-se de um dos quartinhos de cômodos, ou mesmo de casa de madeira conforme podemos perceber na foto n,º8 e 9.

Portanto, a questão da disputa por territórios populares para a moradia e trabalho da população pobre ganhou novas dimensões, criando e delimitando áreas de circulação e mercado de trabalho para essa população pobre. Sobretudo para os segmentos de ex-escravos que desde o

início da construção do quilombo do Jabaquara tinham o seu "lugar" na sociedade santista. Como foram reservados à esta população territórios "livres", antes do *boom* da especulação imobiliária, eles tiveram que defender seus territórios, quando a expansão da cidade incluiu os arrabaldes do Jabaquara e morros adjacentes às funções urbanas de transporte, iluminação e serviços.

Ao recrudescimento das medidas de prevenção e vigilância sanitárias, associaram-se interesses de empreendedores ligados às reformas urbanas, a fim de expulsar outros segmentos da população pobre das áreas centrais da cidade. Por conseqüência, os segmentos de trabalhadores pobres, imigrantes e nacionais, brancos, passaram a disputar com os ex-escravos, antigos moradores do quilombo, territórios para moradia e trabalho, como percebemos nas leituras do processo-crime envolvendo os italianos.

Podemos dizer, ainda que hipoteticamente, que a mudança na ocupação e especulação em torno dos arrabaldes, principalmente do Jabaquara, e as tensões e disputas por territórios na cidade pode indicar-nos pistas para compreender sua transformação e o prenúncio da favelização da cidade, processo que ocorreria algumas décadas mais tarde.

Considerações Finais

"*Hotel japonês já está totalmente desocupado*".[1]

Esta notícia, de 02 de fevereiro de 1998, nos dá uma dimensão da problemática atual da moradia para a população pobre em Santos. Fruto da ausência de políticas públicas, os cortiços permanecem, há mais de cem anos, como única alternativa para muitos trabalhadores, que não possuem condições mínimas de sobrevivência.

Este hotel, que foi um dos mais antigos cortiços da cidade de Santos, ainda mantêm as mesmas características encontradas nos processos, relatórios e nos jornais do período estudado. O imóvel, de propriedade de Ilza Verena Novita Garcia, tinha sido alugado para Marília de Oliveira, que o sublocou para Altamira de Jesus. Esta última recolhia o dinheiro das famílias moradoras do prédio e foi acusada de não repassar os valores, o que motivou a proprietária a mover a ação de despejo.

Característica comum da moradia da população pobre, a sublocação permanece até os dias de hoje e impõe uma reflexão contemporânea sobre a continuidade de certas práticas populares no trato das questões urbanas.

Em nossa pesquisa, descobrimos os periódicos locais como interlocutores importantes de diversas posições quanto à questões da

cidade. No período estudado, estavam em disputa diversas posições à respeito de qual modelo de modernidade a cidade deveria seguir. Assim, percebemos alguns segmentos consolidando-se como expressões políticas importantes para a tomada de decisões na cidade.

Um desses segmentos, foi o dos médicos e sanitaristas, cuja presença marcou profundamente as relações sociais, tornando-se, assim, influentes na adoção de políticas sociais para a cidade. Nossa pesquisa procurou, ainda, indicar os elementos constitutivos de uma cultura urbana em Santos, no final do século XIX. A presença de médicos e de sanitaristas marcou profundamente o traçado e a identidade da cidade de Santos. Muitas das obras realizadas durante as reformas urbanas do final do século passado ainda permanecem como monumentos visíveis de projetos de modernidade, marcados por paradigmas de progresso e de cientificidade.

Esses projetos tinham como principal argumento para a ação sanitária a erradicação das epidemias e a instalação de índices de salubridade satisfatórios. Em nome disso, o governo estadual nomeou, em 1892, uma comissão de desinfecções com poderes de polícia para comandarem uma devassa nos ambientes considerados insalubres.

Procuramos, nesta pesquisa, ir além da questão sanitária, e apontar por quais maneiras a população atingida pelas reformas sanitária e

---

[1] *Diário Oficial do Município de Santos*, em 02/02/1998.

urbana reagiu, na pespectiva de buscar conflitos e tensões em torno de práticas populares de moradia e de trabalho.

Essas e outras questões permanecem em aberto, como, por exemplo, a questão das mudanças pelas quais a cidade de Santos passou no final do século XIX. Essas transformações implicavam na reorganização dos serviços do porto para que o país pudesse competir com outras nações "civilizadas". É por esses e outros motivos que as reformas urbanas e portuárias só se realizam quando as epidemias ameaçam avançar para o interior paulista, nos primeiros anos da década de 1890.

A problemática da moradia da população pobre ganhou força em nossa pesquisa quando descobrimos o interesse dos sanitaristas pelas aglomerações populares. Perguntávamos, se conseguiríamos indicar possíveis formas de resistência e quais leituras a população pobre fazia das reformas urbano-sanitárias. Descobrimos, então, leituras possíveis, tomando como interlocutores os jornais e alguns relatórios médicos.

Dessas leituras, o trabalho do médico Guilherme Álvaro e as leituras dos periódicos foram importantes para entendermos como uma idéia de higiene e salubridade estava se formando, enquanto elemento importante para as cidades brasileiras no final do século passado.

A temática presente no primeiro capítulo tratou das transformações urbanas na cidade. Estas não tiveram apenas um caráter científico e medicamentoso. A circulação de mercadorias e de serviços exigia

a construção e a organização de corredores viários que privilegiassem a produção e o consumo. Era necessário, portanto, deixar as ruas livres da presença constante daquelas pessoas que faziam da rua, seu modo de sobrevivência. Além disso, a modernização em Santos implicou na construção de belas paisagens, adornadas por praças e jardins.

No segundo capítulo, buscamos na leitura de jornais e relatórios médicos a presença marcante de uma população que se movia na cidade, criando territórios populares e tensionando as relações sociais. No momento em que essa população pobre buscava nas ruas e nas "franjas" da cidade seu meio de vida e de trabalho, as ações dos médicos, dos sanitaristas e da imprensa, em especial do *Diário de Santos*, nos indicavam as pressões que essa população sofria para adequar-se aos novos modos de viver na cidade que os médicos e sanitaristas pretendiam estabelecer.

Nos conflitos com as autoridades municipais e estaduais, percebemos ainda, que diferentes projetos disputavam espaços e práticas na cidade. Assim, a luta pela permanência dos cortiços no centro de Santos envolveu não só os moradores desses cortiços, mas uma rede de interesses e negócios imobiliários que ganharam força. Poderíamos dizer, ainda, que esses interesses levaram a que houvesse diversas demolições que, aos poucos, foram expulsando os moradores pobres do perímetro urbano.

Com a urbanização e com a expansão da cidade, espaços ocupados por chácaras, pântanos e lodaçais, sem infra-estrutura urbana

como, por exemplo, água, esgotos, iluminação, ruas asfaltadas, tornam-se a última fronteira de expansão da cidade no final do século.

Assim, especuladores como, por exemplo, Benjamin Fontana descobriram nos arrabaldes uma possibilidade de se ganhar dinheiro que haviam perdido com as demolições e o desadensamento da área central da cidade. Uma das únicas alternativas para os moradores pobres dos cortiços e habitações coletivas, o arrabalde do Jabaquara assistiu a mais uma ocupação, e seus antigos moradores, negros ex-escravos, foram também aos poucos expulsos destas áreas, quando o Jabaquara já pertencia à área urbana da cidade.

Fontes Manuscritas:

AGFCS – Auto de Infração de Posturas em que são a Câmara Municipal de Santos, o autor, e José Ribeiro de Bastos Carneiro, o réu. 1869. Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos, 4.a Vara Cível, Maço 116, n.o 30. folhas 1 a 17, em 15/10/1869.

AGFCS- Maço n.° 192. Autos de Ação Sumaríssima em que são José Alves Fonseca, autor, e Thomaz de Tal, estivador. Santos, 18/07/1890.

AGFCS. Autos de despejo em que são partes: Abílio Simões (autor) e Estanislau Pestana (réu). 1.ª Vara Cível – Maço 192. Juízo de Direito Civil. 1890.

AGFCS - Autos de Desapropriação em que são partes a Cia. de Estradas de Ferro São Paulo Railway (supplicante) e João Pinto da Silva (supplicados). Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos, 1.ª Vara Cível, maço n.o 191, de 10/10/1890.

AGFCS - 1.ª Vara Cível . Maço n.° 197. Inquérito policial, ex-ofício, relativamente ao assassinato do italiano Luís Bertossi, no lugar denominado Jabaquara, em 09/01/1890.

AGFCS - Maço 192 - Auto de Arrecadação de bens de João Sobrinho de Souza, em que é Mathias Joaquim de Miranda (autor), em 14/06/1890.

AGFCS - 1.a Vara Cível. Maço n.o 197. Autos Cíveis de Despejo em que são Luís Carneiro Pereira autor, e Maria Celestino dos Santos, ré. Santos, 25/08/1891.

AHMSts – Fundo Câmara - Intendência. 1889, 1890. Caixa 01. Ofício ao Presidente do Conselho de Vereadores, em 05/1/1889.

AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1889-1890. Caixa n.° 01. Of. do Delegado de Polícia da Cidade de Santos ao Presidente do Conselho de Vereadores da Cidade de Santos, em 24/12/1889.

AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1889-1890. Caixa n.° 04.

AHMSts - Fundo Câmara - Intendência. 1890 Caixa n.º 04. Of. do Delegado de Polícia, Francisco Cruz, ao Presidente do Conselho de Intendência Municipal, Dr. Jorge Xavier Carvalho de Mendonça, em 04/03/1890.

AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1889-1890. Caixa n.º 04.

AHMSts – Fundo Câmara - Intendência 1889-1890. Caixa n.º 02. Inquérito Policial, relativamente a falta de moralidade da Casa de Bebidas á rua de General Câmara, n.º 13. Ofício enviado ao Presidente do Conselho de Intendência, pelo Delegado de Polícia, Francisco Cruz, em 01/05/1890.

AHMSts – Fundo Câmara - Intendência. 1890. Caixa n.º 02. Of. do delegado de Higiene, dr. Raymundo Sóter de Araújo, ao Presidente do Conselho da Intendência da cidade de Santos, remetido ao Dr. Engenheiro, para atendimento às modificações recomendadas pelo dr. Intendente de Hygiene.

AHMSts – Fundo Câmara - Intendência. 1890. Caixa n.º 02. Ofício do delegado de Higiene, dr. Raymundo Sóter de Araújo, ao Presidente do Conselho da Intendência da cidade de Santos, remetido ao Dr. Engenheiro, para atendimento às modificações recomendadas pelo dr. Intendente de Hygiene.

AHMSts- Fundo Câmara – Intendência (1890, caixa 02) Pareceres da Comissão de Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado Ao cidadão Luiz José dos Santos Dias pelo Delegado de Hygiene, dr. Raymundo Soter de Araújo, em 13/03/1890.

AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1889-1890. Caixa n.º 01. Of. do Delegado de Polícia da Cidade de Santos ao Presidente do Conselho de Vereadores da Cidade de Santos, em 24/12/1889.

AHMSts- Fundo Câmara – Intendência (1889-1890 caixa 02) Pareceres da Comissão de Viação e Obras Públicas. Ofício enviado por Bernadino de Santanna, Inspector do 5.º distrito, ao comissário de Saúde Pública da Intendência Municipal de Santos, em 09/04/1890.

AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1892. Caixa n.º 04. Ofício do Presidente do Conselho de Intendência Municipal ao Delegado de Polícia - ofício n.º 05, em 31/10/1892.

AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1892. Caixa n.º 04. Ofício do Inspetor do 7º distrito Joaquim E. Barboza ao Intendente Comissário de Justiça. 01/03/1892.

AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1892. Caixa n.º 04. Ofício do Inspetor do 2.º Distrito ao Intendente de Obras Públicas Narciso de Andrade. 08/11/1892.

AHMSts - Fundo Câmara - Intendência 1892. Caixa n.º 04. Ofício do Inspetor do 7º distrito Joaquim E. Barboza ao Intendente Comissário de Justiça. 03/11/1892.

AHMSts. Fundo Câmara- caixa n.º 04. 1910.

FAMS - Livro de Registros e Ofícios da Câmara Municipal de Santos: 1865-1880, em 18/04/1865.

Fontes Impressas:

AESP - Anexo n.° 10. Parecer da Comissão composta dos srs. Barão de Embaré, J.R.Wright e R. Wursters, sobre a proposta de Cáes e Armazens, apresentada pelo eng.° A .T.Coimbra. p. 02. Santos, 24/10/1874. In: Relatório da Associação Comercial de Santos apresentado em Sessão Ordinária da Assembléia Geral em 14/06/1876.

AESP – ACS – Relatório da Associação Comercial de Santos apresentado em Sessão Ordinária da Assembléia Geral em 01/02/1879. p. 37-8. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & filhos, 1879.

AESP - RCPol. 1879. Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Laurindo Abelardo de Brito, presidente da Província de São Paulo pelo Chefe de Polícia João Augusto de Padua Fleury referente ao anno de 1879, p. 45. Santos: Typ. Do Diário de Santos, 1879.

AESP – Relatório Apresentado à Câmara Municipal da Cidade de Santos, em sessão de 03 de agosto de 1893, pelo Intendente Municipal de Hygiene, Dr. Isidoro José Ribeiro Campos. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1893. p.7.

AESP- RCMS. Relatório Apresentado ao Presidente da Câmara e ao Intendente Municipal, 1898-1901.

AESP–Comissão de Saneamento de Santos. Relatório dos trabalhos de 1907 apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Carlos J. Botelho, Secretário da Agricultura, em 8 de fevereiro de 1908 por F. R. Saturnino de Brito, engº chefe.

AESP – Comissão de Saneamento de Santos. Relatório dos trabalhos de 1907 apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Carlos J. Botelho, Secretário da Agricultura, em 8 de fevereiro de 1908 por F. R. Saturnino de Brito, engº chefe. São Paulo: Typ. Brazil, 1909.

Diário Oficial do Município de Santos, em 02/02/1998. Santos: Gráfica A tribuna, 1998.

Diário Oficial do Município de Santos. "Os primeiros cinco anos da República em Santos" In: D.O Urgente: Tudo da Cidade. Diário Oficial do Município de Santos. Janeiro, 1.993.

FRANCO, Jaime. "Localisações Primitivas" In: *A Beneficiência*: Memória Histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficiência e contribuição para a História de Santos. Ed. Do Autor: 1951.

IHGSP- Relatório sobre o Serviço de Exgottos de Santos apresentado ao Dr. Teodoro Dias de Carvalho Jr. Secretário do Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane - chefe da comisão de Saneamento - em 1896. Impresso por Oscar Monteiro. Rua Travessa do Sem. Queiroz, 3, São Paulo.

IHGSP - Hemeroteca "Júlio de Mesquita". Relatório apresentado ao Sr. Dr. Vice-Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário dos Negócios do Interior, Dr. Vicente de Carvalho, em 07/04/1892, p.VII.

IHGSP - Hemeroteca "Júlio de Mesquita". Relat. Apr. ao Sr. Dr. Vice-Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário dos Negócios do Interior, Dr. Vicente de Carvalho, em 07/04/1892, p.VII.

Recenseamento da Cidade e do Município de Santos, em 31 de dezembro de 1913. Santos: Typographia do Diário de Santos, 1914.

Jornais

Hemeroteca Municipal de Santos "Roldão Mendes Rosa"

A Tribuna 11/04/1913. *A Tribuna* – Ed. Comemorativa do 1.º Centenário da Cidade de Santos.

Cidade de Santos, 04/10/1898. Seção "Várias Notícias".

Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio

Diário da Manhã, 05/03/1890.

Diário de Santos, 11/10/1879.

Diário de Santos, 10/07/1887.

Diário de Santos, 10/01/1890. Editorial "Cousas Municipais".

Diário de Santos, 10/01/1890.

Diário de Santos, 29/0/1890.

Diário de Santos, 29/01/1890.

Diário de Santos, 21/02/1891.

Diário de Santos, 10/03/1891.

Diário de Santos, 28/05/1891.

Diário de Santos, Editorial "Os cortiços", 20/03/1893.

Diário de Santos, Edital "Mais Verdades", 22/06/1893.

Diário de Santos, 07/02/1893.

Diário de Santos, 09/02/1893.

Diário de Santos, 11/03/1893.

Diário de Santos, 27/06/1893

3) Coleções

AHMSTs – Material para a História de Santos. Coleção José da Costa Sobrinho ."Indicador Santista", vol. 27, dezembro de 1885.

4) Iconografia

CALIXTO, Benedito. *Banca do Peixe e Mercado das Canoas*. óleo s/ tela, 1887, 45 X 70 cm. Acervo da Fundação Benedito Calixto.

CALIXTO, Benedito. Porto de Santos. óleo s/ tela, 1885. Acervo da Fundação Pinacoteca Benedito Calixto.

5) Leis e Decretos

Índice das Leis Municipaes de Santos. De n.º 1 a 623. (29 de setembro de 1892 a 31 de julho de 1919). São Paulo: Casa Espíndola, 1919.

Código das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1894. São Paulo: Typogrphia do Diário Popular, 1918, Tomo IV.

Código de Posturas do Município de Santos, do ano de 1847

Código de Posturas do Município de Santos, do ano de 1892

Código Sanitário Estadual de 1895

FAMS. Transcrição do Regimento das Câmaras Municipais de 1.º de outubro de 1828. Mimeo, s/d.

6) Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos, 1.ª Vara Cível

Arquivo Histórico Municipal de Santos "José da Costa Sobrinho"

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Biblioteca do CEPEL - Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão do Litoral Paulista, da UNESP

Biblioteca do jornal *A Tribuna* "Giusfredo Santinni"

Biblioteca Municipal de Santos "Alberto Sousa"

CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da Universidade de São Paulo

Centro de Estudos Regionais "Albino Luiz Caldas", da UNISANTOS

FAMS – Fundação Arquivo e Memória de Santos

Hemeroteca da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio

Hemeroteca Municipal de Santos "Roldão Mendes Rosa"

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - Hemeroteca "Júlio de Mesquita"

Bibliografia:

ÁLVARO, Guilherme. *A campanha Sanitária de Santos*: suas causas e seus effeitos. p.36. São Paulo: Serviço Sanitário do estado de São Paulo, Casa Duprat, 1919.

ANDRADE, Wilma Therezinha F. de. *O discurso do progresso*: a evolução urbana de Santos (1870-1930). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP,1989.

_____ . *Coleção Santista*: O que se pode ler sobre Santos. São Paulo: Loyola, 1977.

_____ , & OLIVEIRA, Yza F. de. *Santos: um encontro com a História e a Geografia*. Santos: Leopoldianum, 1992.

ANDRADE, Carlos Roberto de. "O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil." *Espaço & Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XI, n.º 34. São Paulo: NERU/USP. 1991.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do Litoral*: Reformas Urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP.

BARREIRO, José Carlos. "Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do séc. XIX". *Revista Brasileira de História* nº. 14. São Paulo: ANPUH/Marco Zero,1987.

BERNARDES, Ieda P. "A estrutura administrativa da Câmara e da Intendência Municipal de Santos (1890-1900)". Santos: Fundação Arquivo e Memória. 1992. Mimeo.

BÉGUIN, François. "As maquinarias inglesas do conforto" In: *REVISTA ESPAÇO & DEBATES*, nº. 34. Rio de Janeiro:1992.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, 4.ª ed.

BRAUDEL, Fernand. "As cidades." In: *Civilização Material e Capitalismo*: séculos XV- XVIII. Tomo I. Lisboa: Ed. Cosmos, 1970.

BRESCIANI, Maria S. M. (org.) *Imagens da cidade*: sécs. XIX e XX. São Paulo: ANPUH/MARCO ZERO/FAPESP, 1994.

BRESCIANI, Maria Stela Martins. *Londres e Paris no séc. XIX*: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense,1982.

BRITO, F. R. Saturnino de. *Albun: Cannaes de Drenagem* - superficial . Commissão de Saneamento de Santos (1906-1907) . São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild, 1908.

CARPINTÉRO, Marisa V.T. *A construção de um sonho*: Habitação econômica - Projetos e discussões. Campinas, 1990. Dissertação (Mestrado em História Social)_ Instituto de Filosoifia e Ciências Humanas, UNICAMP.

CARVALHO, Ma.Cristina W., Silvia Ferreira S. W. "Arquitetura e Fotografia no século XIX." In: FABRIS, Annateresa (org.) *Fotografia*: Usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 1991.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. da Letras,1990.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CHALHOUB, Sidnei. *Cidade Febril*: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CONRAD, Robert *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2.ª ed. Apud: Simone Batista Ferreira. Quilombo do Jabaquara: territorialidade social? (TGI). FFLCH/USP, 1995.

COSTA E SILVA SOBRINHO, J. *Santos noutros tempos.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1953.

___ . *Romagem pela terra dos Andradas*. São Paulo: Freitas Bastos, 1957.

___. Materiais para a História de Santos. *Santos: Arquivo Histórico Municipal de Santos, s/d.*

COSTA, Francisca Sena DEUSA. "Quando viver ameaça a ordem urbana." In: *Boletim de Pesquisa* n.º 8. p.36. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP. São Paulo: Educ, 1997.

___. *Quando viver ameaça a Ordem Urbana*: Trabalhadores Urbanos em Manaus (1890-1915). pp. 75. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica.

CRUZ, Heloísa de Faria. *Na cidade, sobre a cidade*: cultura letrada, periodismo e vida urbana. São Paulo, 1890/1915. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em História Social) _ FFLCH/USP.

DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro. "O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?" In: *HISTÓRIA E PERSPECTIVAS*. n.º 06. Uberlândia: UFU, 1992.

FENELON, Déa R. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. In: *Projeto História*, v. 10, São Paulo: Educ, dez. 1993, p.73-90.

FERREIRA, Simone Batista. *Quilombo do Jabaquara*: Territorialidade Social? (TGI). FFLCH/USP, 1995.

FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *A emigração portuguesa e sua influência no Brasil*: o caso de Santos. São Paulo, 1989.Dissertação (Mestrado em História Social)_ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GAMBETA, Wilson Roberto . "Desacumular a pobreza: Santos, Limiar do século" In: *Espaço e Debates* n º. 11. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano IV. São Paulo: NERU/USP, 1984.

___. *Soldados da Saúde*: a formação dos Serviços de Saúde Pública em São Paulo (1889-1918). São Paulo: 1988. Dissertação (Mestrado)_ FFLCH/USP, 322 pp.

GITAHY, Maria L.C. *Ventos do Mar*: trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos (1889-1914). Santos: UNESP/PMS, 1992.

GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e sonhos*: Cultura Política e Hegemonia Progressista em Santos (1945/1962). Santos: UNESP/PMS, 1995.

HONORATO, Cesar. *O polvo e o porto.* São Paulo-Santos: Huictec/Prefeitura Municipal de Santos, 1994.

JARDIM, Evandro C. "Benedito Calixto." In: Dalton Sala (org.) *Benedito Calixto: Memória Paulista*. p. 81-118. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1990.

KOWARICK, Lúcio (org.) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____, & ANT, Clara. "Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo." In: KOWARICK, Lúcio (org.) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Santos: uma cidade na Transição (1870-1913)*. São Paulo: HUCITEC/PMS, 1996.

LE GOFF, Jacques "Documento/Monumento". In: Memória-História, Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, Vol. 1.

LOPES, Betralda. *O porto de Santos e a febre amarela*. São Paulo, 1974. Dissertação (Mestrado em História Social)_Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MATOS, Paulo. *Santos libertária*: Imprensa e movimento operário na Barcelona Brasileira (1879-1920). Santos: Unisantos, 1983. (mimeo)

MUNIZ Júnior, J. "Santos, carnaval e samba". In: *CADERNOS DO CERU* n.º 11. São Paulo: USP/FFLCH/CERU, 1978.

NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. Vol. 2, n.º 3, Dossiê Identidade e Exclusão, p. 113. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, jun, 1997.

PECHMAN, Robert M. "Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular". IN: BRESCIANI,M.S.(org.) *Imagens da cidade: sécs. XIX e XX.* São Paulo: ANPUH/MARCO ZERO.1994

_____, Robert M. *Olhares sobre a cidade.* Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ,1994.

PECHMAN, Sergio & FRITSCH, Lilian. "A Reforma Urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da Modernização do Distrito Federal na virada do século" in: *Revista Brasileira de História*, vol 5,nº. 8 e 9. São Paulo:ANPUH/Marco Zero, 1985.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros.* Rio de Janeiro*: Paz e Terra.1988.*

SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SILVA, E.B. *Saneamento urbano e expropriação dos corpos*: as epidemias e a orfandade em Santos (1889-1932). São Paulo, 1992. 219 p. Dissertação (Mestrado em História Social) _ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PINTO, Maria Inez M.B. *Cotidiano e sobrevivência*: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp/FAPESP, 1994, p. 43.

PRATA, Ranulfo. *Navios Iluminados*. São Paulo: Scritta, 1996.

RIBEIRO, J. *A Carne*. Rio de Janeiro: Technoprint, 1980, p. 78.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a Lei*: Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. p.13. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1997.

ROMERO, Marisa. *Do bom cidadão*: as normas médicas em São Paulo (1889-1930). São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica.

PINTO, MARIA INEZ M.B. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo* (1890-1914). São Paulo: Edusp/FAPESP, 1994.

RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar* - Brasil 1890/1930.Rio de Janeiro: Paz e Terra,1985.

RODRIGUES, Olao. *Cartilha da História de Santos*. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1984.

ROLNIK, Raquel. A *cidade e a Lei*: Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/NOBEL, 1997.

ROMERO, Marisa. *Do bom cidadão: as normas médicas em São Paulo* (1889-1930). São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica.

RONCAYOLO, MARCEL. "Cidade". ___ In: Enciclopédia Einaudi. vol 8. *Região*. p.422. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1986.

SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*: 1532-1936. São Paulo: Caudex, 1986.

___, *Lendas e Tradições da Cidade de Santos*. São Vicente: Revista dos Tribunais, 1939.

_____ .& LICHITI, Fernando Martins. *Poliantéia Santista.* Vol. 1 e 2. São Vicente: Caudex, 1986

SANTOS, Luiz A. de Castro - "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade". *DADOS- Revista de Ciências Sociais*, vol 28. Rio de Janeiro:Ed. Campus, 1980.

SANTOS, Ricardo Evaristo & MATOS, Paulo. *Transporte coletivo em Santos*: História e regeneração. Santos: Prefeitura Municipal de Santos,1986.

SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho*: os estivadores santistas no sindicato e na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SCHIMIDT, Afonso. *O Passadiço* (no tempo do Protocolo). São Paulo: Clube do Livro, 1967.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo:Scipione,1993

SILVA, Edith Badini da. *Saneamento urbano e expropriação dos corpos*: as epidemias e a orfandade em Santos (1889-1932). São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História Social) _ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Fernando Teixeira. *A carga e a culpa:* Os operários das Docas de Santos - Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968). São Paulo: Hucitec/PMS, 1995.

SILVA, Marcos A. da. *História*: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo:Brasiliense,1995

SOUSA, Alberto. *A municipalidade de Santos perante a Commissão de Saneamento*: polêmica com o Dr. Saturnino de Brito. Santos: Officinas graphicas do Bureau Central, 1914.

STORCH, Robert. "O policiamento do cotidiano na cidade Vitoriana". *Revista Brasileira de História.* São Paulo:ANPUH/Marco Zero,1985.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

___. *A formação da classe operária.* Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

WENDERS, Win. "A Paisagem Urbana". Trad. de Mauricio Santana Dias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1994.

WILLIANS, Raymond. *O campo e a cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.